



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ELSON MOURA DIAS JUNIOR

**ALIENAÇÃO E ESTRANHAMENTO EM MARX E A CULTURA
CORPORAL**

Salvador – BA
2013

ELSON MOURA DIAS JUNIOR

**ALIENAÇÃO E ESTRANHAMNETO EM MARX E A CULTURA
CORPORAL**

Dissertação defendida no Programa de Pós
Graduação em Educação da Universidade Federal
da Bahia – UFBA, como requisito final para
obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Celi Nelza Zulke Taffarel

Salvador – BA
2013

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Dias Junior, Elson Moura.

Alienação e estranhamento em Marx e a cultura corporal / Elson Moura
Dias Junior. – 2013.

180 f.

Orientadora: Prof. Dra. Celi Nelza Zulke Taffarel.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Educação, Salvador, 2013.

1. Educação física – Aspectos sociais. 2. Esportes - Aspectos sociais. 3.
Alienação. I. Taffarel, Celi Nelza Zulke. II. Universidade Federal da Bahia.
Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 613,7 – 23. ed.

ELSON MOURA DIAS JUNIOR

ALIENAÇÃO E ESTRANHAMNETO EM MARX E A CULTURA
CORPORAL

Dissertação defendida no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação, pela seguinte banca examinadora:

Salvador, 5 de abril de 2013.

Prof.^a Dr.^a Celi Nelza Zülke Taffarel (Orientadora)
Universidade Federal da Bahia.

Prof. Dr. Cláudio de Lira Santos Júnior
Universidade Federal da Bahia.

Prof. Dr. Welington Araújo Silva
Universidade Estadual de Feira de Santana

Profª. Drª. Elza Margarida de Mendonça Peixoto
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Mauri de Carvalho
Universidade Federal do Espírito Santo

Dedico este trabalho a todos(as) aqueles(as) que vendem sua força de trabalho em uma atividade que já não mais lhe faz sentido que não seja o da fria relação capitalista de quantificar dados, resultados e seres humanos. Não se reconhecem no produto, no processo, em si e, muito menos, no gênero humano. Ainda assim, me reconheço e milito ao lado destes que são os reais portadores da vontade objetiva de revolucionar as bases estruturais do capitalismo e, portanto, de emancipar toda a humanidade.

AGRADECIMENTOS

Ser o protagonista desta produção não tira de mim a responsabilidade de agradecer aos que direta ou indiretamente participaram desta construção. Assim, poderei afirmar que se trata de mais uma produção fruto do acúmulo da humanidade.

Agradeço inicialmente aos meus pais – e irmã- e, na pessoa destes, estendo aos familiares que estiveram mais próximos e subverteram a ideia preconcebida de que as ligações biológicas mais diretas que definem graus de afinidade. A estes agradeço por, inicialmente, permitirem a reprodução da minha vida sem a qual não poderia estudar, praticar esportes – que me levou à Educação Física, estudar na UEFS, e, hoje, ser professor da mesma instituição, bem como concluir este Mestrado. Em todo este processo, vocês estiveram presentes. Sou sabedor do meu não merecimento de tanto carinho e dedicação. Na ciência disso, busco “compensar” procurando os orgulhar no campo teórico e político. Isso pode ser insuficiente, mas enquanto sujeito histórico, busco melhorar sempre. Aproveito e os tranquilizo afirmando que as decisões tomadas quando da luta revolucionária são de minha inteira responsabilidade. As ausências oriundas desta são justificáveis a partir da paráfrase do poeta DamárioDacruz que agora os ofereço: “Mãe, a nossa luta é por uma pátria sem dúvidas nem dívidas; é por um país sem donos nem danos. Tá pensando que é mole, Mãe?!”

Agradeço ao programa de Pós-graduação em educação da FACED/UFBA por me permitir avançar nos estudos diante de tantas dificuldades que são postas pela falta de prioridade por parte do governo para com a educação.

Estendo estes agradecimentos aos colegas mais próximos de Mestrado que fiz mesmo com toda dificuldade de estudar sem a liberação: Murilo, Linesh, Edson, Fernando Cunha (cursando o Doutorado, mas dividindo algumas disciplinas). Perdoem se me esqueci de alguns.

Ao grupo LEPEL, meus sinceros agradecimentos por elevar o padrão intelectual dos seus membros bem como de todos envolvidos, direta e indiretamente, nas frentes de enfrentamento que temos no campo da Educação Física e Educação. Um agradecimento especial à LEPEL-

UEFS por ter me acolhido assim que cheguei (de volta) na UEFS, me ajudando nos estudos e formulações tendo a práxis pedagógica revolucionária como caminho para um horizonte histórico Socialista. Uma parte disso está expressa nesta dissertação.

Ao MNCR, por me ensinar (e continua me ensinando) a necessidade da luta imediata como forma de transpor as condições colocadas para uma nova sociedade. Com vocês aprendi que temos que ter “força na luta, que a luta é para vencer”.

Serei eternamente grato à Raquel Rodrigues por, no 7º semestre de meu curso de graduação através das aulas e leituras solicitadas, me inquietar e me estimular a buscar cada vez mais aprofundar no referencial marxista que nos acompanha hoje.

Agradeço aos mestres da banca de avaliação pela contribuição de cada um na qualificação deste projeto. Cada um, em sua especificidade, fez valer a máxima tão necessária à ciência: rigor científico. Agradeço a Claudio Lira (um dos grandes intelectuais que a classe produziu), Elza Peixoto (pouco tempo é suficiente para identificar a seriedade e coerência), Mauri de Carvalho (uma referência cada vez mais próxima) e, por fim, meu amigo, professor, e camarada Wellington Araujo (por me mostrar, inicialmente, mas não só, numa reprovação, a necessidade de seriedade para com a condução do processo de ensino e aprendizagem. Hoje rimos disso, mas este foi um fato bastante importante na minha formação).

Agradeço aos alunos da UEFS, especialmente os orientandos - e os quadros, por me permitir contribuir na formação técnica e política de vocês. Não cobro nenhum tipo de dívida de gratidão. Cobro compromisso com a classe!

Agradeço imensamente à minha companheira Anne por, inicialmente, aceitar esta difícil tarefa de ser minha companheira. Mas, também, por dividir comigo este projeto de emancipação humana e, por isso, tentar entender as ausências, inclusive nos momentos em que muito precisa de mim. Obrigado por me permitir participar tão de perto da criação deste grande amor que é Helena; só nós sabemos como é amar um “ser” que não tem ligações biológicas conosco. Te amo por isso e por muito mais!

E, por fim, agradeço à minha orientadora Celi Taffarel por ser Celi Taffarel. Sei que nossa referência será sempre a classe, mas identifico em ti um quadro destacado e destemido na busca por outro modo de produzir e reproduzir a vida. Você é e sempre será um exemplo. Minha formação unilateralizada me impede de encontrar a palavra exata para expressar a honra que é ter sido seu orientando. Na falta de palavras uso as mesmas do companheiro Edmundo Dias quando este disse que você é a maior comunista que ele já conheceu.

Muito obrigado a todas e todos!

“A história do futebol é uma triste viagem do prazer ao dever. Ao mesmo tempo em que o esporte se tornou indústria, foi desterrando a beleza que nasce da alegria de jogar. Neste mundo do fim do século, o futebol profissional condena o que é inútil, e é inútil o que não é rentável.

Ninguém ganha nada com esta loucura que faz com que o homem seja menino por um momento, jogando como o menino que brinca com o balão de gás e como o gato que brinca com o novelo de lã: bailarino que dança com uma bola leve como o balão que sobe ao ar e o novelo que roda, jogando sem saber que joga, sem motivo, sem relógio e sem juiz.

O jogo se transformou em espetáculo, com poucos protagonistas e muitos espectadores, futebol para olhar, e o espetáculo se transformou num dos negócios mais lucrativos do mundo, que não é organizado para ser jogado, mas para impedir que se jogue.

A tecnocracia do esporte profissional foi impondo um futebol de pura velocidade e muita força, que renuncia à alegria, atrofia a fantasia e proíbe a ousadia.

Por sorte ainda aparece nos campos, embora muito de vez em quando, algum atrevido que sai do roteiro e comete o disparate de driblar o time adversário inteirinho, além do juiz e do público das arquibancadas, pelo puro prazer do corpo que se lança na proibida aventura da liberdade.”

“O Futebol” (Eduardo Galeano)

DIAS JUNIOR, Elson Moura. Alienação e estranhamento em Marx e a Cultura Corporal. 180 f. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

RESUMO

Se configurando como ponto de partida da pesquisa, definimos enquanto pergunta síntese: como se manifesta o fenômeno da alienação e estranhamento em uma produção humana de ordem não material, neste caso, na cultura corporal? Destacamos que não se trata de uma questão que surge de nossa cabeça; antes, está ancorada em uma realidade empírica de falta de acesso às produções humanas da cultura corporal. Nosso desafio foi o de entender como uma produção que inicialmente o produto é não separável do produtor, pode se estranhar deste. Em definindo a pergunta síntese, identificamos que uma revisão bibliográfica nos ofereceria a instrumentalização necessária na busca pela resposta. Para tal, inicialmente recorreremos aos clássicos marxianos – notadamente Manuscritos Econômicos de 1844, Sagrada Família e Ideologia Alemã-e textos marxistas por reconhecer que aí encontramos a definição de alienação/estranhamento por excelência. Coube uma análise diferenciada entre os fenômenos da alienação (*Entausserung*) e estranhamento (*Entfremdung*) entendendo-os a partir da determinação de um pelo outro. Após, a partir de um estudo ontológico, definimos a cultura corporal como atividade humana de caráter não material em que o produto é, inicialmente, não separável do produtor; afasta-se aparentemente do trabalho enquanto intercâmbio orgânico sem deixar de ser determinada pelo modo de produção. No terceiro e último capítulo sintetizamos a discussão relacionando o fenômeno do estranhamento no campo da cultura corporal. Apontamos as expressões objetivas e subjetivas do fenômeno. Ao fim destacamos que aquilo que inicialmente é não separável do produtor, por conta das determinações históricas, tem sua estrutura modificada, transita para o campo das produções separáveis onde o sentido passa a não corresponder com o significado e passa a se constituir enquanto mais uma das mercadorias a serem trocadas no grande mercado. Isto inevitavelmente causa uma limitação no acesso. O produtor se estranha do produto, do processo e do gênero humano. Esta expressão objetiva encontra correspondência no campo da subjetividade onde o processo de apropriação da cultura corporal se dá a partir de uma apropriação em-si, uma identificação

espontânea, tendo-as não como suas produções, mas sim como pressupostos de sua atividade, ou seja, a cultura corporal se estranha ao produtor.

Palavras chave: Alienação; Estranhamento; Cultura Corporal.

ABSTRACT

As the starting point of this research defined as the synthesis question: how does the phenomenon of alienation and estrangement manifest itself in a non-material culture, in that case, in the body culture? We have distinguished that it is not about a question that sprouts up from our mind; otherwise, it is built on an empirical reality related to the absence of access to the human productions of the body culture. Our challenge was to understand how a production, which initially its result is non-separable from its producer, might estrange itself from the other one. Having defined the synthesis question we identified that a bibliographic review would offer us the necessary apparatus in search of this answer. For this, at the very beginning, we resorted to the Marxian classics – especially The Economic and Philosophic Manuscripts of 1844, The Holy Family and The German Ideology – and other Marxist texts for recognizing that there we found the definition of the phenomena of alienation (*Entäußerung*) and estrangement (*Entfremdung*) understanding them from the determination of each other. After that, as of an ontological study, we defined the body culture as a human activity featuring a non-material aspect in which the product is, initially, non-separable from the producer; put itself apparently away from the labor as an organic exchange shall not long be determined by the mode of production. In the third and in the last chapter we summarized the discussion relating the phenomenon of estrangement in the field of the body culture. We pointed to the objective and subjective expression of the phenomenon. Lastly, we highlighted that what primarily is not separable from the producer, due to the historical determinations, has its structure modified, and shifts itself to the field of the separable productions in which the sense does not correspond with the meaning and constitutes itself as one more commodity to be changed in the great market. This unavoidably causes a limitation in the access. The producer estranges himself from the product, from the process and from the human gender. This expression aims to meet a correspondence in the subjectivity field in which the process of appropriation of the body culture takes place from an appropriation itself, a spontaneous identity understanding them not as your productions but so as a presumption of his activity, it means, the body culture estranges itself to the producer.

Keywords: alienation; estrangement, body culture.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 ALIENAÇÃO E ESTRANHAMENTO | 27 |
| 2.1 ALIENAÇÃO/OBJETIVAÇÃO (<i>ENTAUSSERUNG</i>) | 33 |
| 2.2 ESTRANHAMENTO (<i>ENTFREMDUNG</i>) | 48 |
| 2.3 ESTRANHAMENTO E PRODUÇÃO NÃO MATERIAL | 57 |
| 3 MAS AFINAL, O QUE É CULTURA CORPORAL? UM DEBATE ONTOLÓGICO | 73 |
| 3.1 CULTURA | 74 |
| 3.2 MAS AFINAL, O QUE É CULTURA CORPORAL? | 80 |
| 3.2.1 “Educação Física e o conceito de cultura” ou o “inconsciente órfão” | 83 |
| 3.2.2 Conceituando a cultura corporal | 96 |
| 4 CULTURA CORPORAL E ESTRANHAMENTO | 113 |
| 4.1 CULTURA CORPORAL E MODO DE PRODUÇÃO | 115 |
| 4.2 EXPRESSÃO OBJETIVA DO ESTRANHAMENTO | 122 |
| 4.2.1 Mudanças estruturais: valor/valor-de-troca subsumindo valor-de-uso | 133 |
| 4.2.2 Atleta – e especialista – produtor | 138 |
| 4.3 EXPRESSÃO SUBJETIVA DO ESTRANHAMENTO | 148 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 163 |
| REFERÊNCIAS | 173 |

1 INTRODUÇÃO

Iniciamos esta produção apontando como o problema do acesso à Cultura Corporal aparece em nossa realidade.

A aparência da realidade pode nos levar a interpretar que os acontecimentos reais não têm uma relação comum entre si. No caso do esporte, por exemplo, podemos colher informações, ainda que críticas, que não mantêm uma relação de totalidade com os demais acontecimentos, ou seja, a falta de uma quadra esportiva em determinado bairro; a falta de espaço próprio em escolas públicas; a falta de patrocínio esportivo para atletas iniciantes, especialmente os que não praticam futebol; a privatização dos espaços de lazer; a depredação dos espaços públicos de lazer esportivo; a perda de espaços de praticas esportivas para a especulação imobiliária e tantos outros. Elementos objetivos que, mesmo não negando totalmente o acesso, o limitam. Neste caso, o da aparência, como se tais fatos fossem isolados, independentes entre si; tivessem suas próprias causas, suas próprias consequências e suas próprias resoluções.

Em que pese nosso entendimento de que existem peculiaridades em cada caso, entendemos que estas são expressões peculiares de uma essência comum (VÁZQUEZ, 2007). É, portanto, sem negar a aparência, pelo contrário, incorporando-a, partindo dela, que buscaremos a essência comum entre estes acontecimentos singulares. Desta forma buscaremos fugir da pseudoconcreticidade (KOSIK, 1976), entendimento de que a aparência confunde-se com a essência. Se assim o fosse não teríamos necessidade da ciência, a simples observação da realidade já nos demonstraria sua essência.

Para, defato, apontar o direcionamento de nosso trabalho, pensamos ser pertinente iniciar a partir daquilo que Gamboa (2007) indica como fio condutor da pesquisa: o problema de pesquisa. Ao definir este elemento, teremos a clareza da área em que este trabalho se

encontra, quais objetivos- gerais e específicos- devem ser almejados, quais métodos mais se adéquam, fontes consultadas entre outros.

De saída identificamos nossa pergunta síntese: como se manifesta o fenômeno da alienação e estranhamento em uma produção humana de ordem não material, neste caso, na cultura corporal? Já nosso objetivo: elaborar uma síntese sobre a relação entre o fenômeno da alienação e estranhamento e a produção humana da cultura corporal.

Reservaremos parte considerável desta introdução para definir com clareza como chegamos até eles: problema e objetivo.

Sendo assim, ainda segundo o mesmo autor, elencamos algumas questões que serviram de base para constituição da pergunta\problema síntese do trabalho: por que a classe trabalhadora não tem acesso pleno à Cultura Corporal? Quais os limites objetivos e subjetivos implicam para este não acesso pleno? Qual mediação existente entre a produção da cultura corporal e sua socialização que implicam no acesso limitado destas pratica? Quais as condições objetivas necessárias para que a possibilidade de acesso pleno torne-se uma realidade?

Estas não são questões que surgem de nossa consciência; antes, estão ancoradas na realidade concreta, tendo nossa consciência como reflexo -ativo- da mesma.

Em que pese os limites de uma dissertação, buscamos alguns dados que possam nos esclarecer, ainda que de forma introdutória, naquilo que destacamos como realidade empírica no que diz respeito ao acesso às produções da Cultura Corporal. Sendo assim, de acordo Taffarel et al (2011), citando pesquisa do IBGE de 2003:

[...] apesar de 93,6% das cidades brasileiras realizarem eventos esportivos com execução ou participação da prefeitura, a estrutura financeira, institucional, de pessoal, equipamentos e instalações para tanto ainda é deficiente. O pessoal ocupado com esporte, em 2003, representava apenas 1,4% em relação ao total de pessoal das prefeituras; mais de 88% dos municípios não possuíam Conselho Municipal de Esporte; os recursos aplicados em desporto e lazer atingiram menos de 1% do total das despesas das prefeituras; menos da metade das cidades faziam parcerias ou convênios voltados para o esporte; e 88% das escolas municipais não possuíam instalações esportivas – quadro ainda mais grave nas áreas rurais. Os dados da pesquisa confirmam que o Brasil é mesmo o país do futebol: 94,5% das prefeituras realizavam eventos nessa modalidade; 27,7% das cidades tinham estádios de propriedade e/ou gestão da prefeitura (segundo equipamento esportivo mais frequente), e os campos de futebol estavam presentes em 74,8% dos municípios. [...] **O que os dados revelam é que a maioria da população não tem acesso aos bens da cultura corporal.** (Grifos nossos)

Ainda no campo do que definimos como realidade empírica, temos dados elucidativos de nosso Estado.

A situação geral das atividades esportivas na Bahia ainda é bastante precária. Inexiste uma política governamental para os esportes; inexistente planejamento; a formação de quadros gestores para a atividade é, no mínimo, insuficiente; praticamente não se dispõe de uma infraestrutura para a prática das atividades esportivas e além dos recursos aplicados no setor serem insignificantes o Estado não possui capacidade de absorção dos recursos federais que lhe são destinados. As ações e intervenções até hoje são episódicas e pontuais. Ao longo do tempo, pelo menos até 2006, as atividades governamentais voltadas para o esporte foram de cunho eminentemente político-eleitoral. Este é um sentimento consensual. Os recursos orçamentários para a atividade são também reduzidos. No orçamento estadual de 2007 sob a rubrica Dinamização da cultura e Difusão do Esporte e Lazer estavam destinados R\$ 37.791.325,00, ou seja, 0,30% do orçamento e ainda dividido com as atividades vinculadas à cultura. Em 2008 foram destinados R\$ 26.850.125,00 e em 2009, R\$ 35.006.400,00 que corresponderam respectivamente a 0,14% e a 0,15% do orçamento estadual. Observe-se que estes números se referem à programação o que não significa necessariamente a execução. Voleibol, basquetebol, futsal, esportes náuticos e em geral os esportes olímpicos foram bastante maltratados na Bahia. Sobrevivem a duras penas graças ao esforço e ao empenho de alguns aficionados. (SPINOLA et al., 2009, p. 30)

Foi, portanto, esta realidade empírica que nos serviu de parâmetro para levantar as questões acima citadas. As mesmas nos permitem apontar com mais clareza qual a pergunta síntese vai nos guiar nesta pesquisa, qual problema pretendemos resolver ao fim desta dissertação.

Inicialmente pensamos que identificar as barreiras objetivas e subjetivas para o acesso aos bens da cultura corporal, se mostrariam suficientes para nosso objetivo. Assim questionamos: quais os elementos da realidade contraditória se apresentam enquanto barreira objetiva para o pleno acesso à cultura corporal, por parte da classe trabalhadora? Quais as possibilidades imediatas, mediatas e históricas que possibilitam o acesso pleno a mais esta produção humana? Até então, imaginávamos que estas seriam nossas perguntas sínteses.

Adicionado a isso, no processo de orientação fomos questionados com a seguinte indagação: responder por que a classe trabalhadora não tem acesso pleno aos bens da Cultura Corporal e, quando tem acesso, este se dá por meio de sub-produtos desta. Neste momento entendemos que estávamos tratando de mais uma mercadoria à serviço da manutenção da lógica capitalista. Ou seja, a resposta estava já colocada. E, portanto, apenas identificar isso, seria insuficiente, não justificaria a formulação de uma pergunta síntese.

A resposta às questões acima colocadas teria que versar sobre a relação de mercadorização dos elementos da cultura corporal. Portanto, precisávamos tratar esta enquanto uma mercadoria, sem perder de vista que se trata de produção humana. Formulamos assim o que desenvolveremos mais a frente: um duplo caráter da cultura corporal. Apoiamos na formulação Marxista de “duplo caráter do trabalho incorporado na mercadoria” e “dois fatores da mercadoria” (MARX, 2010).

Ao serem apresentados estes elementos no processo de qualificação do trabalho, apareceu como unânime a categoria “alienação” como base para o trabalho. A explicação de como o ser humano se aliena na/da cultura corporal nos apresentaria as respostas para as inquietações inicialmente colocadas. Trata-se de uma produção humana que se estranha a quem produziu. O fato de caracterizarmos esta produção enquanto mercadoria nos obrigava a acatar a alienação enquanto pilar de nossos estudos.

Ainda no campo da definição da pergunta síntese ancorada em um problema concreto e, também, servindo de justificativa central de nosso material, partimos do pressuposto materialista (e histórico) de que os seres humanos tornam-se humanos a partir da apropriação e objetivação daquilo que é produzido pelos outros seres humanos. Neste sentido, ao mesmo tempo em que apontamos a necessidade vital desta apropriação, questionamos sobre as condições objetivas que impõem a uma determinada classe – trabalhadora- um acesso limitado a uma produção em específico: a cultura corporal. Ou seja, nossa pesquisa se justifica por buscar apontar as barreiras objetivas que impõem à classe trabalhadora limites de acesso às produções humanas da cultura corporal, fazendo com que esta não se desenvolva em sua plenitude.

Ao passo que justificamos nossa pesquisa, reconhecemos os limites da prática teórica, ou seja, sabemos da importância, ao mesmo tempo em que reconhecemos os limites da produção científica no que diz respeito às mudanças efetivas na realidade. Tal importância pode se expressar na necessidade de um agir consciente da realidade, seus limites, contradições e possibilidades.

Tendo a categoria “alienação” como pilar da nossa pesquisa, levantamos algumas questões, ainda preliminares, no intuito de chegar à nossa pergunta síntese: como pode a alienação se expressar na cultura corporal, já que esta se insere na definição de produção não material em que o produto não se separa do produtor no ato do consumo? Se consumo o esporte, jogo, luta, etc. já no ato de sua produção, como pode outrem se apropriar desta minha produção? Como me alieno de algo que sequer se externaliza a mim?

Ao caracterizar estas produções, Marx (1987) assim se referiu:

O produto não é separável do ato de produção. Aqui também **o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada** e, pela própria natureza da coisa, **não se dá senão em algumas esferas**. (Necessito do médico, não de seu moleque de recados.) Nas instituições de ensino, por exemplo, os docentes podem ser meros assalariados para o empresário da fábrica de conhecimentos. Não se deve considerar o mesmo para o conjunto da produção capitalista. (MARX, 1987, grifos nossos).

Seria a cultura corporal uma dessas esferas? Ao ser alçada ao patamar de umas das mais rentáveis mercadorias do Século XX e XXI, estaria a Cultura Corporal fadada ao processo de alienação a que estão inseridas as produções materiais? Como, se até então, nestas praticas não existe uma objetivação de qualidade semelhante às produções materiais?

De outro lado, temos uma observação de Duarte (2009, p. 97, grifos nossos) que nos ajuda a entender este processo ou, pelo menos, estabelecer a dúvida. Afirma ele: “Assim, na formação do indivíduo, será alienador **todo processo** que resultar na não-efetivação, na existência individual, das possibilidades historicamente produzidas de objetivação consciente, social, livre e universal.”. E, portanto, nos parece que existe a possibilidade de caracterizar a alienação no campo da cultura corporal.

Ou seja, pela duvida que se coloca sobre o objeto sincreticamente estudado, temos um problema objetivo que necessita de rigorosidade científica para sua resolução. Temos, finalmente, uma pergunta síntese, um problema de pesquisa: como se manifesta o fenômeno da alienação em uma produção humana de ordem não material, neste caso, na cultura corporal?

Parece-nos muito claro que a resposta a tal pergunta nos ajudará a formular possibilidades de alteração do quadro; sempre tendo em vista o que colocamos acima, ou seja, os limites de uma pesquisa científica.

Dando prosseguimento, definimos como objetivos gerais: elaborar uma síntese sobre a relação entre o fenômeno da alienação e a produção humana da cultura corporal. Isso nos possibilitará concluir sobre as consequências deste fenômeno para o processo de formação humana. E nos possibilitará, também, projetar possibilidades de superação deste quadro negativo.

A busca por este objetivo nos colocará na obrigação de entender o fenômeno da alienação e a explicação do que é cultura corporal. Ainda mais, é essencial para este trabalho a conclusão sobre a possibilidade de o fenômeno objetivo da alienação, ocorrer no campo de uma produção de ordem não material.

Dando prosseguimento; entre a pergunta e a resposta de uma pesquisa, neste caso uma dissertação, encontramos o que Gamboa (2007, p. 70) chama de “níveis de complexidade”. O autor cita que estes são compostos pelo nível técnico, metodológico, teórico, epistemológico, e pressupostos gnosiológicos e ontológicos. Partimos do entendimento que o próprio desenvolver da pesquisa mostrará os níveis acima elencados. De outro lado, entendemos que os rigores da academia exigem que sejam elucidados no trabalho os elementos que constituem o caminho entre aquilo que acima citamos: a pergunta e a resposta; e que vai diferenciar uma simples observação rotineira de uma resposta científica. Sendo assim, apontamos os procedimentos técnicos e metodológicos que nos ajudarão neste caminho.

Inicialmente, afirmamos que este será um trabalho feito à luz do Materialismo Histórico e Dialético. Valemo-nos especialmente de dois pressupostos fundamentais: de um lado o princípio da determinação, o materialismo; de outro, a lógica do pensamento, a dialética.

No primeiro caso temos o princípio da determinação no que tange à relação entre matéria e consciência. Segundo Trivinos (2008), o materialismo filosófico:

[...] apóia-se nas conclusões da ciência para explicar o mundo, o homem e a vida. Isto significa que, não obstante os materialistas considerarem **a matéria o princípio primeiro e o espírito, a idéia, o aspecto secundário**, suas concepções mudam de acordo com a evolução do pensamento científico. (grifos nossos).

No segundo caso temos a dialética como lógica do pensamento que incorpora a lógica formal e a supera. Inicialmente nos valem das três leis fundamentais da dialética: lei da contradição, luta e unidade dos contrários; lei da passagem da quantidade à qualidade e vice-versa; e lei da negação da negação. A primeira lei nos permite afirmar algo que se constitui como condição essencial da realidade: estar em permanente movimento. Na segunda, como este movimento acontece. Por fim, na última lei, qual a relação entre o novo e o velho (TRIVINOS, 2008).

Cabe ressaltar que entender o Marxismo fragmentando os dois pressupostos acima elencados, é limitar o entendimento, ou mais, é não entender o Materialismo histórico e dialético.

Enquanto desdobramento das leis fundamentais, destacamos a categoria “totalidade” (NETO, 2011) como aquela que melhor nos ajuda a explicar nosso objeto, ou seja, apontando que este não se encontra de forma isolada na totalidade dos fenômenos da realidade¹. Marx (2010) nos ajuda a entender esta relação a partir da conceituação da relação dialética entre base econômica e superestrutura. Ou, que é falar a mesma coisa com outras palavras, a forma como homens e mulheres produzem e reproduzem socialmente a vida se constitui como base econômica sob a qual se erguem uma superestrutura política, jurídica da qual correspondem determinados níveis de consciência social. Em síntese, estamos nos referindo à categoria “modo de produção”. É, tendo esta relação de totalidade como parâmetro, que pretendemos discutir o fenômeno da alienação ao se expressar nas produções da cultura corporal.

Ainda que saibamos que as categorias da dialética materialista não acontecem uma sobrepondo as outras; antes disso, constituem graus de desenvolvimento do pensamento; não elegeremos categorias exclusivas do trabalho. Para o método que escolhemos, a observação empírica exige que as entendamos como partícipes da realidade, expressas em nossa subjetividade a partir do grau de desenvolvimento da nossa capacidade de percebê-las.

Por se tratar de uma pesquisa de cunho social, entende-se que seu objeto de observação sofre influências de diversos fatores históricos, culturais, econômicos, ideológicos etc. desta forma, tais fatores determinam que o objeto de estudo não pode ser entendido apenas numa “[...] fórmula numérica ou num dado estatístico” (Minayo, 1999, p. 22). “A rigor, qualquer investigação social deveria contemplar uma característica básica de seu objeto: os aspectos qualitativos.” (ibid, p. 22). Pesquisar pessoas em determinada condição social, pertencente à determinada classe social, com crenças e valores diversos, ou as próprias determinações sociais, mostra que este objeto é contraditório, inacabado e em permanente transformação, portanto, não pode ou não deve ser limitada a números.

Optamos, por conta de nosso objeto, por uma revisão bibliográfica. Gil (2007, p.44), descreve que a revisão bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Para este trabalho, será fundamental que levantemos dados bibliográficos de obras que versem sobre: modo de produção, ontologia do ser social, trabalho, produção material e não material, objetivação, apropriação, alienação e cultural corporal.

¹De forma alguma que negamos que em paralelo ao entendimento da realidade enquanto totalidadetemoso entendimento das mediações.

Em se tratando ainda dos níveis técnicos e metodológicos, apontamos que até o momento dividimos a escrita nas seguintes partes: a primeira contendo a discussão sobre a alienação. A intenção é de esgotar o entendimento sob como o ser humano se forma a partir da apropriação e objetivação das produções humanas, sejam elas materiais ou não materiais e, especialmente, como esta formação se dá numa base material alienante/alienadora.

Na segunda parte pretendemos discutir o que vem a ser cultura corporal. Inicialmente, neste momento, enquanto produção humana não material em que o produto não se separa do produtor no momento do consumo.

Na terceira, e última parte, buscaremos observar mais de perto a cultura corporal; desta vez, a partir da sua inserção na realidade objetiva da sociedade capitalista. E, portanto, concluir sobre como as produções humanas de caráter não material se estranham dos seres humanos. É aqui que vamos desenvolver aquilo que pensamos ter caráter de primazia na área: a discussão do duplo caráter da cultura corporal.

Alertamos ao leitor que, embora este texto seja escrito dividido por capítulos e, embora estes possam expressar – separadamente- alguns entendimentos, a leitura desta obra de forma fragmentada pode levar a entendimentos parciais e perigosos. Utilizamos do método que podemos chamar de “escrever em movimento”, ou seja, alguns elementos só podem ser totalmente entendidos se a obra for completamente visitada. Não podemos nos responsabilizar por entendimentos sincréticos daquilo que só pode ser totalmente entendido com a visitaçã completa da obra.

Embora tenhamos um espaço, no referencial teórico, para todas as discussões acima projetadas, iniciaremos, de forma embrionária, um levantamento sobre os pilares de nossa dissertação.

Sobre o nosso entendimento do que venha a ser o duplo caráter da cultura corporal², adiantamos que entendemos esta como produção humana, fruto das relações entre humanos e a natureza e dos seres humanos entre si, para atender às necessidades também humanas em determinados períodos históricos.

Atribuímos ao trabalho, intercâmbio orgânico entre o ser humano e natureza, papel primordial na constituição do ser social. Com o próprio desenvolvimento das produções

²Reservaremos parte considerável do trabalho, especialmente o capítulo que trata deste conceito, para abordar nossa posição sobre o termo utilizado para caracterizar este segmento das produções humanas.

humanas, fruto do trabalho, diversas produções não materiais surgem para atender às mais diversas necessidades. Entre elas encontramos a cultura corporal. Por exemplo: ao se deparar com a necessidade de transpor um rio, homens e mulheres tiveram que desenvolver uma série de ações que podemos sintetizar em: se deslocar, flutuar e respirar. Ao resolver este problema o ser humano criou a atividade do nado. Pelo fato desta atividade não limitar-se a um mero contrair ou estender músculos – embora incorpore tal ação- que falamos de uma cultura corporal; tratamos de seres humanos que por uma multiplicidade de determinações – fruto de relações humanas- se apropriam de determinadas técnicas e se objetivam nestas. Limitar isso ao movimento é reduzir unilateralmente o ser humano a um conjunto de músculos, ossos, ligamentos e tendões.

Como todas as produções humanas, também a Cultura Corporal não fica imune aos processos históricos. É o que chamamos de acúmulo histórico. Novas necessidades sociais demandam às produções que estas se modifiquem. Como a satisfação de necessidades criam novas, este processo é infinito. Voltando ao exemplo do nado; o que antes era apenas a necessidade de transpor um rio, hoje, com a lógica da competição, passa a se relacionar com o objetivo de transpor uma piscina o mais rápido possível; temos, portanto, o nado crawl.

Num dado desenvolvimento da história humana, o excedente das produções, conjugadas à propriedade privada, fazem com que as produções humanas ganhem caráter de mercadoria. Neste momento, as relações humanas são ditadas pela relação entre mercadorias, sem que para isso deixem de ser produções humanas. A universalização destas relações mercadológicas – tendo o Capitalismo como modo de produção- faz com que também a cultura corporal se encontre enquanto mercadoria a ser comprada\vendida no grande mercado. Também esta sem deixar de ter seu caráter de produção humana, fruto das relações sociais.

Cabe lembrar que uma sociedade pautada nas relações mercadológicas, não se caracteriza totalmente por uma negação universal das mercadorias a determinados segmentos da sociedade o que, aliás, seria uma contradição. Uma série de mecanismos, tendo as relações mercadológicas como reguladora, fazem com que os segmentos da sociedade tenham acesso às produções humanas, ainda que de forma limitada, mesmo que na forma de subproduto. No campo da cultura corporal não é diferente; por isso usamos neste trabalho a questão do acesso limitado, mesmo que reconhecendo que determinadas produções são totalmente negadas a determinados segmentos.

Definimos, portanto, ainda que de forma embrionária, o que denominamos por duplo caráter da cultura corporal: de um lado produção humana –não material- que satisfaz necessidades concretas fruto da relação dos seres humanos com a natureza e entre si, de outro,

passa a se alienar do produtor se constituindo como algo que lhe é estranho. Coisa só possível por conta da sociedade de classes, pautada na propriedade privada.

Assim como colocado acima, nesta parte vamos buscar nos clássicos o que o Marx (2010, p. 63) chamou de “[...] duplo caráter do trabalho materializado na mercadoria.” e dos dois fatores da mercadoria (ibid p. 57). A ideia inicial é a de, ao identificar que a cultura corporal também se torna, por forças de determinantes objetivos, uma mercadoria, identificarmos nesta um duplo caráter, ou seja, uma produção humana que mesmo sem deixar de ser produção humana, pela universalização das relações de troca, torna-se mercadoria.

O esporte, neste momento, se caracteriza como o conteúdo da Cultura Corporal, fruto das necessidades históricas, que mais se desenvolveu³ no processo histórico. Toda vez que neste trabalho citarmos este conteúdo é por conta deste entendimento. Ao entender o mais desenvolvido, podemos entender o menos desenvolvido.

Já que acima tratamos da alienação enquanto pilar central de nosso trabalho, cabe aqui uma primeira aproximação ao fenômeno.

Alienação radica do termo – Latim- *alienus*, que significa “o outro” (CHAUÍ, 2000). Portanto, o ser alienado é aquele que não se reconhece no outro. A autora continua e esclarece que na contemporaneidade existem 3 expressões de alienação: a política, a social e a econômica. A primeira se refere ao não reconhecimento, por parte dos eleitores, daqueles a quem oferece sua confiança através do voto; exceção feita ao momento do voto. Após isso não mais me reconheço naquele, suas posições, decisões, ações etc. A segunda refere-se ao não reconhecimento do outro, do meu próximo, aquele que as vezes está na minha frente com um problema e não sou capaz de ajudar, de me colocar no seu lugar, de me reconhecer no problema deste que poderia ser o meu. E, por fim, a terceira refere-se ao não reconhecimento daquilo que eu mesmo produzo, seja o produto em si (faço um TV e nem ao menos sei como se liga), ou ao seu respectivo valor (produzo tanto e nem ao menos me aproprio – me reconheço- da/na terça parte deles).

Embora não discordemos da explicação e achemos que esta, por si só, avança em relação ao senso comum, pensamos que é necessário um maior aprofundamento.

³Não vai aqui, neste momento, nenhuma emissão de juízo de valor. Limitamos a observação ao que objetivamente verificamos. Neste sentido é inegável que o esporte, pelas próprias características, foi a modalidade da Cultura Corporal que mais avançou no último período. Isso em numero de investimentos, praticantes, aparição na TV, etc.

É preciso destacar que a partir de então estamos fazendo a opção por tratar do conceito de alienação como este aparece nas formulações do Marx, especialmente nos Manuscritos econômico-filosóficos (1844), ainda que saibamos que este não é um termo inicialmente formulado pelo autor; pelo contrário, as observações sobre o fenômeno advêm de uma série de outros autores. Nossa opção se justifica nas palavras de Konder (2009, p. 28): “Estamos convencidos de que, bem compreendido, o conceito de alienação pode servir de base a uma aparelhagem conceitual notavelmente fecunda e apta para dar conta de alguns dos problemas centrais do século 20”. Este autor, assim como nós, fez a opção de tratar do conceito a partir dos textos marxianos e da tradição marxista.

De outro lado, achamos importante apresentar ao leitor os conceitos precedentes aos que utilizaremos. Esta resumida apresentação nos permite, inclusive, reforçar o quanto mais avançada é a definição a qual nos apoiaremos para aprofundar os estudos. Para tal, estaremos utilizando dos estudos de Mészáros (2006) e Ranieri (2000). Ambos, além de nos ajudar na definição do conceito nos textos pré-marxianos, ajudam a reforçar nossa opção, especialmente pela escolha dos Manuscritos.

Antes dos textos pré-marxianos, ao buscar no dicionário Aurélio, encontramos três palavras diretamente ligadas ao conceito: “alienação”, “alienado” e “alienar” (FEREIRA, 2010, p. 34). Os significados são: “ato ou efeito de alienar-se [...] Cessão de bens [...] Enlevo, arrebatamento [...] Falta de consciência dos problemas políticos e sociais [...] Afastamento da realidade.” (p. 34). Já o ser alienado é aquele que perdeu a razão ou está alheio aos problemas sociais e políticos. O objeto alienado é aquele que se transferiu para outras pessoas. É o que vai, aliás, fundamentar o campo jurídico quando se trata de alienar bens, ou seja, transferência de bens. Alienar, por sua vez tanto pode ter relação com o objeto: transferir para outrem o domínio de; quanto com a ação: manter-se alheio aos acontecimentos (p. 34). Definições que podem ser utilizadas para objetos produzidos pelos seres humanos como os próprios seres humanos.

Tomando como parâmetro os clássicos, iniciamos com Rousseau que, de acordo Mészáros (2006, p. 56), em sua crítica, condensa as tendências sociais com uma idealização da natureza.

Só podem ser observadas as características da alienação que estão de acordo com as premissas últimas do sistema de Rousseau. Uma vez que a propriedade privada é considerada a condição absoluta da vida civilizada, só a sua forma de distribuição pode ser questionada, a problemática complexa da alienação não pode ser

apreendida em suas raízes, mas em apenas algumas de suas manifestações. (MÉSZÁROS, 2006, p. 60).

Ou seja, Rousseau apenas questiona os efeitos subjetivos do processo de alienação – plano moral- ou pelo campo da distribuição. Aponta, portanto, a superação por meio da educação. Por se manter preso à base material cujas manifestações denuncia, ou seja, a base material pautada na propriedade privada e na “troca justa”, que suas críticas devem ser limitadas aos planos “abstratamente moralizantes” (p. 61).

Em Hegel, temos a inversão do entendimento da realidade; as condições socioeconômicas tidas como expressões do pensamento. Em igual medida, a superação destas se dá no plano espiritual, “[...] o que deixa a realidade da alienação capitalista totalmente intocada.” (p. 63).

Sob o ponto de vista hegeliano, a objetividade se põe, portanto, como exteriorização (*Entausserung*) da consciência sob intermediação do trabalho. A alienação (*Entausserung*) é objetividade subsumida à atividade do homem. Trata-se do espírito exteriorizando-se na materialidade. (RANIERI, 2000, p. 69-70)

Ao identificar objetivação com estranhamento, Hegel, anula as contradições matéricas, “Ocorre a desistoricização no sistema de Hegel.” (p. 75).

Cabe imediatamente refletirmos sobre a posição de Feuerbach:

É bastante interessante notar que a absorção que Marx faz de Feuerbach nos Manuscritos revela uma relação ao mesmo tempo de aproveitamento e aprovação do argumento deste último- do ponto de vista materialista-no que diz respeito à crítica da filosofia especulativa e da religião, do mesmo modo que este mesmo proveito é revertido na crítica e elaboração anti-feuerbachiana do papel da atividade humana na produção e reprodução da vida. (RANIERI, 2000, p. 61).

Se de um lado Feuerbach inverte o polo idealista de Hegel por um polo materialista, de outro, desconsidera a atividade humana e a história. De um lado substitui Deus pelo homem concreto; de outro, não reconhece o objeto (fruto do trabalho humano) como fruto da necessidade do homem. Para ele, o trabalho é fruto da satisfação dos interesses utilitários (VÁZQUEZ, 2007).

Sobre os Socialistas utópicos, cabe um parêntese. Não nos parece que sua posição sobre a superação das condições materiais atuais e, portanto, alienantes, tenha uma caráter qualitativamente diferente daquilo que acima observamos ao tratar da perspectiva de Rousseau. Apontam a substituição das contradições atuais, projetando um sistema socialista, porém, em grande parte, a partir de um modelo imaginário ou como um postulado moral e não como uma necessidade histórica inerente às contradições da estrutura social existente. Se de um lado postulam a superação das condições materiais atuais – ao contrário de Rousseau-, por outro, não superam o caráter moralizante desta projeção.

Na tradição Marxista, de acordo Ranieri (2000, p. 5), alienação (geralmente atribuída a identidade entre Entausserung e Entfremdung⁴) refere-se à não oportunidade do homem em ter acesso aos produtos de sua atividade; ao fato destes produtos submeterem o próprio ser humano ao seu controle e à impossibilidade de, em função destes obstáculos, os homens se reconhecerem mutuamente enquanto produtores da história. Aqui vemos já uma diferença qualitativa em relação aos conceitos precedentes.

O próprio Marx, ao “responder” a Hegel, considera o trabalho, e não o espírito, como construtor da história. Esta posição demarca a oposição entre Marx e aquele. Mais uma vez cabe a expressão de que Marx vira a dialética Hegeliana de cabeça para baixo ou, que seria mais acertado, desvira a dialética Hegeliana; esta sim de cabeça para baixo. Um tipo de incorporação por superação.

Sobre Feuerbach, Marx o supera por levar em consideração a atividade sensível do ser humano.

Em síntese:

A diferença fundamental entre a perspectiva que seara Hegel e Feuerbach de Marx é que para este último o elemento definidor da sociabilidade humana são categorias apoiadas na produção e reprodução dos homens sobre bases materiais, sendo que esse princípio é o que concebe o fenômeno estranhamento como apoiado na histórica apropriação dos produtos do trabalho humano. (RANIERI, 2000, p. 85)

E, portanto, a alienação é, antes de tudo, um fenômeno objetivo e histórico. Isto não quer dizer que não exista uma expressão deste fenômeno na subjetividade humana. Trata-se

⁴Explicaremos mais tarde, mas, por hora, significam respectivamente: alienação e estranhamento. Como veremos no Capítulo sobre alienação, não se tratam de sinônimos, mas de uma unidade, da determinação de um pelo outro.

de pensar o princípio da determinação; neste caso, a defesa pela perspectiva materialista, daquela que considera a matéria como pressuposto da ideia.

A base de sua afirmação (Marx) não foi simplesmente dos insuportáveis efeitos desumanizadores da alienação – apesar de que, subjetivamente, é claro que isso teve um papel muito importante na formação do pensamento de Marx-, mas o profundo entendimento do fundamento ontológico objetivo do processo, o qual permaneceu oculto para seus predecessores. (MÉSZÁROS, 2006, p. 64).

Nisso, supera-se o caráter moralizante empregado por Rousseau e, de certa forma, pelos Socialistas utópicos.

Desta forma, a superação do fenômeno da alienação não se dará exclusivamente pela sua expressão subjetiva ou pela sua expressão política, mas sim pela sua dimensão objetiva: a totalidade dos processos sociais, de que subjetividade e política apenas são, ainda que importantes, expressões singulares determinadas.

Isto que para nós demarca a diferença qualitativa entre Marx e seus predecessores. A sua posição radical sobre o fenômeno demonstra que acertamos em preferir pensar a alienação na cultura corporal a partir da fundamentação marxiana e marxista.

Para tal, recorreremos inicialmente às três obras que de acordo Ranieri (2000), melhor tratam deste conceito: Manuscritos de 1844, Sagrada Família e Ideologia Alemã (1845). A escolha por este período se dá pelo fato de agrupar o período em que o Marx (e, por ventura, Engels) desenvolveu seu pensamento de economia política, produção e, alienação.

Uma síntese das três obras nos apresenta argumentos suficientes para defender a posição mais avançada do Marx e Engels em relação aos predecessores. Este avanço é fruto da análise radical do fenômeno alienação, ou seja, sua materialização na forma de produzir e reproduzir socialmente a vida – que encontra na subjetividade humana uma expressão que não é negada pelos autores.

Isso não quer dizer que buscaremos nos textos marxianos a plena definição da alienação no campo da cultura corporal. Apenas buscaremos nestes as características deste fenômeno. Será igualmente necessário a incursão nos textos marxistas mais próximos do estudo do fenômeno da alienação no campo das produções humanas de ordem não material. As possibilidades deste debate, para além dos aspectos imediatamente econômicos, serão mais bem explicadas no capítulo reservado para esta discussão.

Por hora cabe citar que estaremos nos utilizando de debates férteis no campo do marxismo sobre o processo de mercadorização de produções humanas de qualidade não material e, por consequência, do processo de estranhamento. Para tal utilizaremos as formulações de Konder (2009) para tratar do estranhamento na religião, ciência e arte; Saviani (2005, 1984) para o campo da educação; Vázquez (2010) no campo da arte e Eagleton (2011) para o debate da literatura; Dantas (2011) no trato com a informação; Reis (2011) no trato com o cinema, e outros que por ventura nos ajudem a entender a cultura corporal alienada, ainda que não tenham tratado diretamente deste tema.

Mais próximo ao debate da cultura corporal, valemo-nos de diversos trabalhos que tratam fundamentalmente do esporte como negócio, de onde extrairemos a função mercadoria e estranhamento, e trabalhos que de forma direta tratam do estudo da cultura corporal enquanto produção não material que se depara com a universalização do capital, algo mais próximo de nosso debate. Destacamos, pela proximidade com nossa temática, os trabalhos de Silva (1991) e Ghiraldelli Júnior (1990)⁵.

Pensamos ter apresentado argumentos suficientes, para uma introdução, no que tange a fundamentar nossa escolha pelo conceito marxiano.

Uma última observação que será melhor desenvolvida no corpo do texto. Trata-se da utilização – e entendimento – do termo alienação. Até então o termo, mesmo entre os marxistas, era atribuído a uma dimensão puramente negativa. Aliás, nas páginas acima isso foi mais do que presente. No entanto, é preciso definir que Marx inaugura uma análise dialética do processo de externalização e estranhamento, o que, muitas vezes, é colocado como sinônimo a partir do termo “alienação”. Mas *Alienação (Entausserung)* é qualitativamente distinta de *Estranhamento (Entfremdung)*. A primeira tem relação com a objetivação e externalização; a segunda se relaciona com o fato de, em determinadas condições sócio históricas, o produto ser apropriado por uma classe que não o produziu; por isso, estranhamento. Ou seja, não se trata de sinônimos, mas sim, como veremos mais à frente, uma unidade, determinação de um pelo outro.

Esta ressalva nos ajuda a não sermos traídos na utilização dos termos de forma equivocada. Mas, ainda assim, alertamos aos leitores que os autores utilizados podem fazer usos termos como sinônimos. Até mesmo nós, que acabamos de apresentar a diferença, podemos recorrer a esta simplificação em alguns momentos. Nos próprios textos clássicos

⁵ Estaremos nos valendo do que os autores trataram na época em que produziram seus respectivos materiais. Está longe de nossa responsabilidade as possíveis inflexões que possam ter sido feitas pelos mesmos.

acima, ou por força do hábito, ou por problemas de tradução, vemos a utilização “indevida” do termo alienação.

Tal risco pode ser contornado pelo entendimento da ideia por trás dos termos. Se compreendermos a diferença entre externalização e estranhamento, a utilização do termo é o que menos importa.

Após esta ressalva somos obrigados a atualizar nossa pergunta síntese, definindo-a do jeito que apresentamos ao leitor no início da introdução. Esta deve ficar: como se manifesta o fenômeno da alienação e estranhamento em uma produção humana de ordem não material, neste caso, na cultura corporal?

Pelo fato de estarmos convencidos de que não existe produção de conhecimento neutro, deixamos clara nossa posição judicativa, ou seja, julgamos a realidade a partir da ótica da classe trabalhadora. Por isso a definição, já na introdução, de qual segmento da realidade estamos tomando como parâmetro para levantar problemas. Se a história da humanidade tem sido, até então⁶, a história da luta de classes, nossa pesquisa se insere neste contexto, se posicionando a favor da classe trabalhadora.

⁶Exceção feita ao período Comunista primitivo. Tal reparo já é colocado, mesmo que em nota de rodapé, na obra Manifesto do Partido Comunista, editadas mais recentemente.

2 ALIENAÇÃO E ESTRANHAMENTO

“Estamos convencidos de que, bem compreendido, o conceito de alienação pode servir de base a uma aparelhagem conceitual notavelmente fecunda e apta para dar conta de alguns dos problemas centrais do século 20”

(KONDER, 2009, p. 28)

Se de fato existe um conjunto de palavras muito usadas que, em que pese o uso, não desfrutam de um bom entendimento, alienação é, sem dúvidas, uma delas.

Ora feita por parte da “esquerda”, ora por parte da “direita” (e todas suas ramificações), a acusação de alienado(a) recai sobre qualquer um(a) que se enquadre em algumas destas características: “fechado” em alguma opinião; defendendo intransigentemente esta opinião; desligado do entorno; não preocupado com problemas sociais; preocupado demais a ponto de esquecer de outros elementos; defensor de determinada posição teórica, política ou religiosa; etc. Todos, embora de especificidades diferentes, taxados de alienados.

Diferente do seu difuso uso por parte do senso comum temos, também, um uso diverso por parte dos teóricos (cientistas e filósofos). Embora diverso, utilizaremos aqui, aqueles que convergem para um caminho comum. Os motivos foram expostos na introdução deste trabalho.

Sendo assim, como já tratado na introdução desta dissertação, optamos pelo conceito utilizado nos textos Marxianos – notadamente os Manuscritos econômico-filosóficos de 1844- bem como pela tradição Marxista. Justificamos esta escolha por acreditarmos que este é o que melhor atende às exigências do presente e, portanto, é o conceito de alienação por excelência. Um resgate histórico do termo pode ser encontrado, ainda que sinteticamente, na introdução deste trabalho; bem como nas referências utilizadas para esta produção. “Estamos convencidos de que, bem compreendido, o conceito de alienação pode servir de base a uma

aparelhagem conceitual notavelmente fecunda e apta para dar conta de alguns dos problemas centrais do século 20” (KONDER, 2009, p. 28). E, por que não dizer, do século 21?

Iniciando a análise a partir do referencial Marxista, indicamos que o termo alienação usufrui de 4 significados no idioma Alemão: *Vergegenständigung*, *Distanzierung*, *Entausserung* e *Entfremdung*; respectivamente: objetivação, distanciamento, externação e estranhamento. Objetivar é a materialização de uma ideia. Distanciamento significa que a ideia ao ser materializada ganha independência, se afasta. Externação é uma ideia externada, aquilo que apenas era ideia (interna), torna-se externa. Embora semelhante à objetivação, é algo diferente, mesmo que possam ocorrer em paralelo. Estes são 3 significados que representam ações imprescindíveis ao ser humano. Sem elas a espécie não extrapolaria o campo da vida primitiva. Existem independente de época ou condição social. Já o 4º significado – estranhamento- e, de fato, sua efetivação, são próprios de determinadas condições históricas. Aquilo que é criado volta com um poder autônomo em relação a quem o criou (a criatura é estranha ao criador).

Antes de prosseguir, ainda que tenhamos apresentado as traduções acima, resumiremos, para fins desta dissertação, as definições “objetivação, distanciamento e externação” ao significado *Entausserung*. De outro lado, estranhamento se mantém como sendo o *Entfremdung*. Acreditamos que tal síntese não nos faz perder o sentido daquilo que queremos apresentar neste capítulo. Para tal, estaremos nos valendo dos estudos de Ranieri (2000)⁷ quando este afirma que existe uma diferença entre alienação (*Entausserung*) e estranhamento (*Entfremdung*). A primeira tem relação com a objetivação e externação⁸; a segunda relaciona-se com o fato de em determinadas condições sócio-históricas, o produto ser apropriado por uma classe que não o produziu; por isso, estranhamento. Prossegue o autor:

Falamos aqui em alienação (*Entausserung*) e estranhamento (*Entfremdung*) pelo fato de cada um destes conceitos poder ocupar lugares distintos na teoria de Marx. De maneira geral, o conceito de alienação é tratado pela biografia que se ocupa do tema de forma a remetê-lo, quase invariavelmente, à negatividade de um estado que teria uma necessária contrapartida positiva, de emancipação, cujo alcance dependeria da supressão do estágio alienado, que é compreendido como aglutinador tanto de

⁷Pensamos ser relevante observar que o autor é o responsável pela tradução e apresentação da obra Manuscritos econômico-filosóficos (Karl Marx), publicada pela Editora Boitempo, em 2008.

⁸ Ou seja, dois significados que mais acima eram traduzidos por termos diferentes, mas que aqui se aproximam. Faltando apenas o termo distanciamento que, aliás, está implícito na ideia de objetivar e externar.

Entausserung quanto de *Entfremdung*. Rigorosamente, estes dois conceitos pertenceriam à esfera única da caracterização da desigualdade social, posto que responsáveis pela determinação tanto material quanto espiritual da vida do homem sob o capitalismo. Pensamos que, na reflexão levada a efeito por Marx, este pressuposto não necessariamente é verdadeiro, pois os referidos conceitos podem aparecer com conteúdos potencialmente distintos, na medida em que são distintos também etimologicamente: *Entausserung* tem o significado de remissão para fora, extrusão, passagem de um estado a outro qualitativamente diferente, despojamento, realização de uma ação de transferência. Nesse sentido, *Entausserung* carrega o significado de exteriorização, um dos momentos da objetivação do homem que se realiza através do trabalho num produto de sua criação. Por outro lado, *Entfremdung* tem o significado de real objeção social à realização humana, na medida em que historicamente veio a determinar o conteúdo das exteriorizações (*Entausserung*) por meio tanto da apropriação do trabalho quanto da determinação desta apropriação pelo surgimento da propriedade privada; além disso, *Entfremdung* sempre remeteu a essa afirmação da negatividade, também do ponto de vista histórico (...). Enfim, a unidade existente entre alienação e estranhamento no interior da teoria de Marx está associada, ao nosso ver, não exatamente à uma mesma significação, mas à determinação de um pelo outro, [...]. (RANIERI, 2000, p. 29)

Esta longa citação foi necessária para, de um lado, reafirmar o que pontuamos antes dela: de que não afetaria o sentido dos termos agruparmos objetivação, externalização e distanciamento ao conceito *Entausserung* (alienação) e estranhamento ao *Entfremdung*. De outro, por nos ajudar a desmistificar a ideia de que a alienação apenas estaria relacionada a um estado de negatividade e, portanto, sinônimo de estranhamento. Como vimos, “[...] os referidos conceitos podem aparecer com conteúdos potencialmente distintos, na medida em que são distintos também etimologicamente [...]” (Ibidem).

Ainda sobre isso, Mészáros (2006, p. 107) afirma que Marx tanto aponta o ‘aspecto positivo’, necessário da alienação e reificação das relações humanas – para atender a necessidades só possíveis por estas- como enfatiza seu ‘aspecto negativo’ - quando a contradição irreconciliável entre propriedade privada e trabalho aponta sua necessária superação. Percebamos que o autor faz a opção por entender os dois momentos dialeticamente distintos a partir do mesmo termo: alienação. Isto não fere a explicação que acima demos se não penetrar na ideia por detrás do termo.

Antes de nos determos aos Manuscritos, cabem algumas observações sobre as obras do Marx que nos ajudam a entender os fenômenos da alienação e estranhamento.

Ao verificar a obra “A sagrada família”, percebemos o desdobramento do que primeiro se identifica nos Manuscritos.

O que para nós demarca a importância desta é o fato dos autores se posicionarem contra o idealismo de forma clara e contundente. Esta posição irá influenciar direta e

indiretamente o debate sobre alienação e estranhamento. Nela, os autores realizam uma dura crítica ao “Jornal Literário Geral”, obra que expressava as ideias dos intelectuais alemães liderados por Bruno Bauer; os chamados Críticos críticos⁹. E, portanto, realizam uma crítica¹⁰ da Crítica crítica.

Existe uma série de passagens que podem expressar o que afirmamos. Destas destacamos uma, quando os autores referem-se aos trabalhadores e sua consciência:

A Crítica crítica, pelo contrário, quer fazê-los crer que deixarão de ser trabalhadores assalariados na realidade apenas com o fato de superar em pensamento o pensamento do trabalho assalariado, apenas com o fato de deixar de se considerarem trabalhadores assalariados em pensamento, deixando, de acordo com esta fantasia exagerada, de deixarem-se pagar por sua pessoa. Na condição de idealistas absolutos, de seres etéreos, naturalmente eles poderão viver do éter do pensamento puro depois disso. A Crítica crítica os ensina que eles superam o capital real com o simples domínio da categoria do capital no pensamento, que eles realmente mudam, tornando-se homens reais, se mudarem seu ‘eu abstrato’ na consciência, desprezando toda a mudança real de sua existência, quer dizer, das condições reais de sua existência, portanto, de seu eu real como se fosse uma mera operação acrítica. O ‘espírito’, que se vislumbra categoria na realidade, naturalmente também reduz toda a atividade humana e sua práxis a um processo de pensamento dialético da Crítica crítica. E é justamente isso que difere o socialismo dela do socialismo massivo do comunismo. (ENGELS e MARX, 2003, p. 66).

Vemos claramente a crítica contundente à redução da atividade humana a uma determinada forma de pensar e, portanto, uma crítica clara ao idealismo filosófico. A Crítica crítica, nas palavras de Engels, cria uma história e não a observa (p. 23).

Em se estabelecendo o caráter materialista que deve instrumentalizar a crítica, os autores apresentam argumentos diretamente direcionados a processo de estranhamento: “Na determinação da compra já vai implícito o fato de que ele [o trabalhador] deve se comportar ante seu produto como ante um objeto alienado [estranhado] que lhe fugiu às mãos.” (p. 64-65).

E, para evitar possíveis maus entendidos – que, por ventura, tenham sido deixados nos Manuscritos- sobre a relação de estranhamento que se expressa na vida dos não proprietários,

⁹Para evitar confusões, entendendo o primeiro termo como o substantivo e o segundo como adjetivo. O primeiro é – diríamos- o título “auto-outorgado” e o segundo, a qualidade.

¹⁰ Ação (verbo) dos autores: Marx e Engels. A ação que estes fazem em relação à posição dos Críticos críticos, ou seja, criticam esta posição; não por ser crítica, mas pela qualidade desta.

assim como na vida dos proprietários, os autores afirmam, após o relato das posições ocupadas entre o proprietário privado e o proletariado nesta antítese¹¹:

A classe possuinte e a classe do proletariado representam a mesma auto alienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa auto alienação, sabe que a alienação é seu próprio poder e nela possui a aparência de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana. (ENGELS e MARX, 2003, p. 48)

Portanto, ainda que se trate de um processo que atinge o proprietário e o não proprietário, aqui os autores demarcam objetivamente que não se trata de uma igualdade de expressões. Para tal apontam, com base na posição que cada uma das classes ocupam no processo produtivo, a qualidade do fenômeno como algo de caráter diferenciado.

Ainda tratando da não alteração qualitativa do entendimento sobre o estranhamento nos textos subsequentes do Marx e Engels, encontramos duas passagens na obra “Ideologia Alemã” que expressam isso: “A depreciação do mundo dos homens aumenta em razão direta da valorização do mundo das coisas” (ENGELS e MARX, 2007, p. 12). Fica claro o não reconhecimento naquilo que é fruto do próprio trabalho, quanto mais riqueza produz, mais o ser humano empobrece já que nelas não mais se reconhece e, portanto, a contradição entre a produção social e a apropriação privada se acirra. De igual modo temos: “No desenvolvimento das forças produtivas temos a formação de ‘forças destrutivas’ (máquinas e dinheiro) e a formação de uma classe que não usufrui das riquezas produzidas” (p. 44-45). Ou seja, formulações que tomam como princípio está citado dos Manuscritos.

Fizemos a opção por aprofundar nos Manuscritos econômicos por estar nestes, segundo os próprios autores visitados, as definições que não sofrerão modificações de ordem qualitativa nas obras posteriores; nem as acima citadas, nem a obra prima: O Capital. Encontra-se aqui, portanto, arriscamos dizer, a obra prima do Marx sobre a definição de alienação.

¹¹ Sobre a antítese: “Proletariado e riqueza são antíteses. E nessa condição formam um todo. Ambas são formas do mundo da propriedade privada. Do que aqui se trata é da posição determinada que um e outra ocupam na antítese. Não basta esclarecê-los como os dois lados – ou extremos- de um todo” (p. 47-48)

Em outras palavras, a **originalidade dos Manuscritos de Paris** funda-se na percepção de que uma vez desvendada **anatureza social do trabalho**, desvenda-se, igualmente, os caminhos para a compreensão da desigualdade sócio-econômica e, conseqüentemente, sua superação: é somente na compreensão do objeto do trabalho enquanto objeto que, **ao mesmo tempo, supre e cria necessidades** que repousa, por um lado, o sentido da sociabilidade, e, por outro lado, a chave de seu coroamento numa sociedade emancipada. (RANIERI, 2000, p. 33, grifos nossos).

Esta obra ganha importância no tema justamente por aquilo que colocamos acima; ela demarca o início dos estudos de Marx e Engels sobre economia política, como expresso na citação abaixo:

Desta forma, podemos dizer que cinco são os pontos fundantes do texto de Marx da problemática levantada nos Manuscritos de 1844: em primeiro lugar, a relação capital-trabalho enquanto contradição dialética; em segundo, o trabalho estranhado como resultado e criador desta contradição; em terceiro, **o lugar da alienação e do estranhamento na produção e reprodução dos homens enquanto pano de fundo para a elaboração de uma concepção de história**; em quarto, a superação da relação Marx-Feuerbach a partir da concepção marxiana de natureza; em quinto, a relação Marx-Hegel a partir da concepção marxiana de historicidade e atividade. (RANIERI, 2000, p. 37, grifos nossos).

Uma leitura desavisada dos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, ou seja, uma leitura que não leve em consideração as afirmações acima, pode causar um prejuízo no entendimento desta relação de unidade – e não de identidade- entre alienação e estranhamento. Talvez por isso uma primeira leitura da obra pode causar desconfiança ao leitor já que alterna, podemos dizer, as expressões de negatividade e de positividade sobre os fenômenos analisados.

Daqui em diante, portanto, utilizaremos os conceitos – alienação e estranhamento - a partir daquilo que os diferencia, embora estejam numa relação de unidade, uma determinação de um pelo outro.

O fato de existirem sob uma relação de unidade, não anula a ideia de que existe uma identidade em cada um dos conceitos. Sem perder o caráter de unidade, trataremos no prosseguimento do trabalho de aprofundar nos elementos específicos de cada um. Uma separação que só atende aos interesses de melhorar a forma de exposição. No prosseguimento do trabalho, notadamente quando estivermos tratando do estranhamento, teremos que discutir pelo viés da unidade – determinação de um pelo outro (RANIERI, 2000, p. 29). Isso por

queseria equivocado entender a objetivação do ser humano, condição fundamental de sua existência, abstraída das condições objetivas de uma sociedade pautada na propriedade privada e estranhamento.

2.1 ALIENAÇÃO/OBJETIVAÇÃO (*ENTAUSSERUNG*)

Inicialmente trataremos mais a fundo do *Entausserung*, ou seja, objetivação, externalização e distanciamento; estes que, como já mencionamos, fazem parte da natureza social dos seres humanos, ou seja, da segunda natureza. Sem elas o gênero humano não alcançaria o nível de acúmulo histórico hoje facilmente perceptível aos órgãos dos sentidos. Após, trataremos do estranhamento enquanto expressão sócio histórica desta capacidade humana, só possível de existir por conta da capacidade de alienação.

Buscamos uma citação de Marx (2008, p 87-88), que, no mínimo, à primeira vista, nos parece estranha, uma contradição¹²: “[...] se a propriedade privada aparece como fundamento, como razão do trabalho exteriorizado, **ela é antes uma consequência do mesmo [...]**” (grifos nossos). Como pensar na propriedade privada enquanto consequência da ação criadora do ser humano – o trabalho? Estaria Marx defendendo uma pretensa naturalização da propriedade privada, já que esta aparece como desdobramento da ação fundante da espécie humana? Seria esta uma análise a-histórica feita por Karl Marx? Continua o autor: “A propriedade privada é, portanto, **o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado**, da relação externa (*ausserbung*) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo” (ibid, p. 28, grifos nossos).

Um olhar mais detido da relação ser humano, trabalho e natureza; além da observação do resultado final desta ação, se faz necessário para entendermos a relação estabelecida pelo autor entre trabalho exteriorizado e propriedade privada; e, conseqüentemente, o entendimento sobre a relação de unidade entre alienação (*Entausserung*) e estranhamento (*Entfremdung*).

O clássico escrito por Engels (1990) nos ajuda a entender o ser humano como uma espécie capaz de modificar a natureza para que esta se adapte às suas necessidades inicialmente imediatas. Alguns podem questionar que os animais também são capazes de

¹² Aliás, na própria obra, o autor já esclarece sobre a possível contradição.

fazê-lo. Porém, segundo o mesmo autor, o fazem de forma acidental, instintiva, sem planejamento e pouca modificação conseguem. Compete à espécie humana transformar a natureza a partir de um planejamento, de uma projeção, inclusive das consequências imediatas de seus atos.

Esta transformação só é possível através do trabalho. Ainda, segundo Engels, é o trabalho o responsável, entre outras coisas, pela transformação de um ser quadrúpede em um ser bípede, pelo desenvolvimento das ferramentas, pelo desenvolvimento da linguagem, do convívio social e assim por diante.

Embora saibamos que a palavra trabalho, usufrui de várias conceituações, utilizaremos a que indica que trabalho é o intercâmbio orgânico entre o ser humano e a natureza, indispensável à existência humana – quaisquer que sejam as formas de sociedade-, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material ente o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 2010, p. 64-65).

Quando tratamos do trabalho como condição indispensável quaisquer que sejam as formas de sociedade, tratamos do trabalho no sentido ontológico (aquilo que funda) e, portanto, existente independente de época¹³.

De outro lado, sabemos que a ação de trabalhar não segue um processo linear de desenvolvimento. Em cada período histórico, fruto das relações sociais de produção, o trabalho foi executado de diferentes formas: como trabalho escravo, servil e, atualmente, trabalho assalariado, abstrato, estranhado. Neste caso tratamos de trabalho no sentido histórico. Trabalho histórico e ontológico só tratados de forma separada por questões didático-expositivas. Só podemos entender o trabalho em sua dimensão ontológica por entender a dimensão histórica. Ou seja, ainda que realizado nos moldes escravistas e servis, o trabalho continuou a ser condição vital para a espécie humana garantindo, assim, sua dimensão ontológica.

Pensamos ter sido Manacorda (2010, p. 69-70) quem destacou muito bem esta dimensão dupla do trabalho, a unidade entre uma dimensão positiva e uma dimensão negativa:

13 Já de pronto refutamos toda e qualquer defesa de fim do trabalho como ação fundamental para o ser humano; colocamos esta questão – fim do trabalho- como sendo a destruição da própria espécie humana. O fim do trabalho seria o fim da espécie humana. Toda tecnologia e informação só são possíveis por conta desta relação orgânica entre o homem e a natureza.

A nós interessa, após termos primeiramente chamado atenção, para o aspecto negativo, destacar, com igual vigor, ambos os aspectos desta contraposição. Por um lado, que nas condições historicamente determinadas, as quais [...] não estão, de fato, destinadas a durar eternamente, o trabalho é verdadeiramente o homem perdido de si mesmo, a negação de toda manifestação humana, a miséria absoluta. Não se trata de palavras ou fórmulas. [...]. Por outro lado, que a atividade do homem se apresenta como humanização da natureza, devir da natureza por mediação do homem, o qual, agindo de modo voluntário, universal e consciente, como ser genérico ou indivíduo social, e fazendo de toda natureza o seu corpo inorgânico, liberta-se da sujeição à causalidade, à natureza, à limitação animal, cria uma totalidade de forças produtivas e dela dispõe para desenvolver-se onilateralmente. Se não se compreende essa natureza contraditória da atividade humana, não se compreende nada de Marx; compreender esta antinomia significa pôr-se no centro de todo o seu pensamento.

Ou seja, resgata a análise dialética na avaliação do trabalho como atividade vital que, sob determinadas condições objetivas se torna desumanizador; mais precisamente, nas condições objetivas capitalistas, trata-se de um trabalho alienado - estranhado.

Por enquanto restringiremos nossa análise à dimensão ontológica do trabalho, humanização da natureza. Mais uma vez, cabe lembrar que esta divisão serve apenas para cumprir um papel didático expositivo. Não estamos, portanto, tratando de uma soma de partes: negativa e positiva; mas de uma unidade de contrários que sob determinadas condições, torna hegemônica uma ou outra dimensão.

Caso queiram manter a ideia de que os animais¹⁴ também exercem trabalho, faz-se necessário chamar a ação humana de outra coisa- ou mudar o termo da ação instintiva animal. O que inicialmente diferencia o trabalho humano da ação animal, é que aquele constrói na mente a ação que vai gerar uma transformação. Suas forças e vontade estão subordinadas a este objetivo. Os elementos são: atividade adequada a um fim, o próprio trabalho; o objeto de trabalho e; os meios de trabalho, o instrumental do trabalho (Marx, 2010, p. 211-212).

Sobre este último, Duarte (2009, p. 66) afirma e reforça: “O ponto de partida para a distinção entre os homens e os animais é um ponto de partida dinâmico: a atividade vital

14 Tomamos a posição de continuar na comparação entre seres humanos e animais, não por repetição pura, mas pela necessidade de demarcar esta diferença em tempos onde algumas teorias psicológicas e pedagógicas, ainda que não diretamente intencionadas, formulam teses sobre desenvolvimento humano que mais nos aproximam do que nos diferenciam dos demais seres vivos.

humana, para satisfazer necessidades dos homens, produz os meios para essa satisfação [...]”. Coloca esta questão, entendendo-a em movimento, como elemento central desta diferenciação.

Além disso, temos o fato de neste processo o ser humano, ao modificar a natureza, modifica-se em igual medida. Pensemos um simples – embora complexo- machado. Antes de sua feitura o homem pensava em forma de substantivo: pau, pedra e barbante. Após sua feitura, passa o homem a pensar também em forma de adjetivo: duro, leve, pesado, bom, ruim, etc. Podemos avançar também no entendimento de que a satisfação de uma necessidade, por parte do trabalho com o machado, faz com que o homem crie novas necessidades em um movimento ininterrupto. A fome que antes era saciada às custas de precários mecanismos, pode vislumbrar a possibilidade de se satisfazer com outros elementos antes impossíveis por falta de um material adequado. Isto modifica ininterruptamente o ser humano.

Verificamos isso utilizando a mesma citação de Duarte (2009, p. 66); desta vez, em sua versão completa:

O ponto de partida para a distinção entre os homens e os animais é um ponto de partida dinâmico: a atividade vital humana, para satisfazer necessidades dos homens, produz os meios para essa satisfação e, ao fazer isso, gera novas necessidades que exigirão nova atividade. Na verdade, o ‘ponto de partida’ de diferenciação entre os homens e os animais não é um ponto, mas um processo, o processo de início da história social humana.

Cada vez mais, a partir do trabalho, o ser humano vai abandonando sua condição de ser puramente natural. Nas palavras de Neto e Braz (2010, p. 30-31) isso se dá:

Em primeiro lugar, porque o trabalho não se opera com uma atuação imediata sobre a matéria natural; diferentemente, **ele exige instrumentos** que, no seu desenvolvimento, vão cada vez mais se interpondo entre aqueles que o executam e a matéria; em segundo lugar, porque o trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas; bem ao contrário, **passa a exigir habilidades e conhecimentos que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação e que se transmitem mediante aprendizado**; em terceiro lugar, porque o trabalho não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades, nem as satisfaz sob formas fixas; se é verdade que há um conjunto de necessidades que sempre deve ser atendido (alimentação, proteção contra intempéries, reprodução biológica etc.), as formas desse atendimento variam muitíssimo e, sobretudo, **implicam o desenvolvimento, quase sem limites, de novas necessidades.**(grifos nossos).

Mais uma vez ressaltamos a produção dos meios para satisfazer as necessidades e o processo histórico de desenvolvimento desta ação humana.

Quando os autores falam do uso de instrumentos, cabe um destaque para elucidar ainda mais a diferenciação dos seres humanos em relação aos demais seres. Estes possuem um equipamento hereditário que os permite se desenvolver a partir de um número limitado de operações em um determinado meio. De outro lado, os seres humanos, com seu equipamento não corpóreo – instrumentos- podem efetuar uma infinidade de operações (CHILD, 1942, p. 11).

No que diz respeito ao aprendizado, isto se faz vital haja visto que não possuímos um conjunto de equipamentos hereditários que nos permitam desenvolver as operações cotidianas; aliás, se assim o fosse, como colocado acima, nossas ações seriam limitadas por esta carga hereditária. Precisamos aprender; aprender com o outro. Não é a toa que o nível de acúmulo histórico das produções humanas é claramente superior aos animais. O Castor, o João-de-barro, a aranha caranguejeira e outros “destaques” da natureza, embora suas “peripécias arquitetônicas”, as executam, em linhas gerais, da mesma forma que sua espécie vem fazendo por muito tempo. Por outro lado, os seres humanos vêm acumulando uma série de modificações que nos permitem em relativo espaço de tempo modificar o outro e a nós mesmos, de forma surpreendente quando comparado com os animais. Exemplos nos saltam aos olhos: moradia, comunicação, eletrônicos, alimentação, deslocamento etc.

Dois elementos merecem nossa observação a partir da discussão do trabalho como ação fundante: a linguagem e as relações sociais.

No primeiro caso – linguagem - Engels (1990, p. 10) nos ajuda a entender sua relação com o trabalho.

Em resumo, os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram necessidades de dizer algo uns aos outros. A necessidade criou o órgão: a laringe pouco desenvolvida do macaco foi-se transformado, lenta mas firmemente, mediante modulações que produziam por sua vez modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco a pronunciar um som articulado após o outro. **A comparação com os animais mostra-nos que esta explicação da origem da linguagem a partir do trabalho e pelo trabalho é a única acertada.**(grifos nossos)

Ou seja, um ser gregário em fase de desenvolvimento das ações do trabalho, passa a ter, cada vez mais, necessidades de se agrupar e, conseqüentemente, de se comunicar. É neste sentido que o autor coloca o trabalho, também, como fundante da linguagem. Cabe pontuar, porém, que o autor escreve este texto a partir daquilo que tem em mãos, aquilo que de mais evoluído no campo do desenvolvimento humano. Neste sentido, é bom pontuar que o próprio desenvolvimento da ciência aponta que existem controvérsias sobre a relação da afirmação “A necessidade criou o órgão”. Pensa-se, por outro lado, que o órgão já existente se desenvolveu a partir da necessidade de comunicação. Este reparo histórico não desqualifica a ideia a ser passada pelo Engels quando coloca o trabalho como fundante da linguagem¹⁵.

O que antes era uma linguagem rudimentar torna-se uma rica forma de comunicação. Enquanto os animais se mantêm no campo da comunicação rudimentar, pode o homem criar idiomas ou escrever uma poesia, por exemplo.

Não ser formado por equipamentos hereditários, ser inacabado e consciente deste inacabamento, leva ao homem, como apontado acima, a ter que aprender como condição indispensável à vida. Quem aprende, aprende alguma coisa com alguém. O “outro” é fundamental para a constituição do “eu”, ou seja, o ser humano é o que poderíamos chamar de ser social.

[...] o trabalho jamais é um processo capaz de surgir, de se desenvolver ou, ainda, de se realizar, em qualquer tempo, como atividade isolada de um ou outro membro da espécie humana. **O trabalho é, sempre, atividade coletiva**: seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos. Essa inserção exige não só a coletivização de conhecimentos, mas sobretudo implica conhecer e obrigar outros à realização de atividades, organizar e discutir tarefas, estabelecer ritmos e cadências etc.- e tudo isso, além de somente ser possível com a comunicação propiciada pela linguagem articulada, não está regido ou determinado por regularidades biológicas; conseqüentemente, o caráter coletivo do trabalho não se deve a um gregarismo que tenha raízes naturais, mas, antes, expressa um tipo específico de vinculação entre membros de uma espécie que já não obedece a outros determinismos orgânico-naturais. Esse caráter coletivo da atividade do trabalho é, substantivamente, aquilo que se denominará de **social**. (NETO e BRAZ, 2010, p. 33-34, grifos do autor).

15 Ainda assim, após este reparo, podemos pensar a frase a parti de um conceito de criação não ao pé da letra. Neste sentido a ideia de que a necessidade criou o órgão pode ser pensada como a necessidade criou as condições objetivas para desenvolver e melhor utilizar o órgão. Além do mais, não é nenhuma aberração afirmar a necessidade como criadora do órgão; lógico, em isso sendo datado. O Homem de Neandertal – 10.000 anos atrás, por exemplo, foi fruto desta relação: meio (necessidade)/biológico.

Se pensarmos a fundo o ato científico do pesquisador, algo aparentemente isolado, entenderemos que até a produção de ciência necessita de um desenvolvimento das forças produtivas só possível por conta de uma série de outras atividades e, portanto, é também, dependente das relações sociais.

Também social é o instrumento produzido pelo homem. Se este é, como afirma Child (1946, p. 12), um “animal social”, o é, também, sua produção e meios de produção.

Mesmo já tendo falado, de forma sintética, do acúmulo histórico, cabe aqui (re)sintetizar a ideia, a partir do que coloca Neto e Braz (2010) sobre a satisfação das necessidades. Para eles a satisfação destas, “[...] implicam o desenvolvimento, quase sem limites, de novas necessidades.”. E isso que permite ao homem acumular historicamente o que é produzido socialmente. Ao se apropriar do que foi produzido pelos antecessores, pode o ser humano criar novas necessidades, suas satisfações, mais necessidades, em um processo infinito.

Percebamos que ao falar do trabalho como ação fundante, de forma imediata, necessito falar da linguagem como um desenvolvimento deste. De igual forma tenho que falar das relações sociais como condição imprescindível à manutenção do ser humano. Apontamos, portanto, que se trata de uma relação entre complexos – aquilo que é tecido junto- ou complexo de complexos. Ambos, elementos fundamentais para identificar o ser social. Ao fim desta parte, para iniciar o debate da Cultura Corporal, retornaremos para a análise da relação entre trabalho e relações sociais.

Cabe, por outro lado, sempre reforçar nossa defesa do trabalho como ação fundante do ser social. Portanto, por mais que identifiquemos a linguagem e a relação social como complexos fundamentais para o ser humano, temos o trabalho como ação que funda as demais; como aquilo que Engels (1990) vai dizer que cria o próprio homem.

Lessa (2007, p. 111) vai interpretar a relação do trabalho com as demais ações como se estas fossem todas expressões da “materialidade do mundo dos homens”. Sendo o trabalho a “materialidade natural” e todos os complexos sociais, exceto o trabalho, como “materialidade social”. Ou, ainda o mesmo autor, citando Lucácks, indica a transformação da natureza – trabalho- como “posições teleológicas primárias” e as interações entre os seres

como “posições teleológicas secundárias” (LESSA, 2007, p. 117). Ao mesmo tempo em que afirma a relação entre os complexos, coloca o trabalho como algo fundante, primário; confere assim a primazia ao trabalho na formação do ser humano.

Por nossa conta e risco adicionaremos as expressões “unidade” e “última instância”. O fazemos, no caso da “unidade”, para não correr o risco de análises mecânicas, não dialéticas, da relação entre trabalho, relações sociais e linguagem, como se partes fossem. São dimensões de uma unidade, etapas de um mesmo movimento. De outro lado, no que diz respeito à “última instância”, afirmamos que é o trabalho, por tudo que acima foi exposto, que, em última instância, cria o ser humano, sua linguagem e relação social.

Acreditamos poder enriquecer esta análise da ontologia humana a partir dos estudos de Duarte (2011 e 2009), citando o Psicólogo Russo Alexis Leontiev; neste momento, especialmente, as categorias: atividade humana, apropriação e objetivação.

Enquanto atividade humana, reconhecemos as ações, fruto das relações sociais, cujas características acima elencamos: produção de instrumentos, surgimentos de novas necessidades e a própria produção das relações sociais (DUARTE, 2011). E, portanto, um conceito que incorpora e amplia o de trabalho como intercâmbio orgânico. Amplia para o conjunto de atividades oriundas desta relação entre o ser humano e a natureza.

Estas produções vão, de acordo o mesmo autor, ganhando uma existência objetiva ou, que é falar a mesma coisa com outras palavras, vão se objetivando.

Por meio desse processo de objetivação, a atividade física ou mental dos seres humanos transfere-se para os produtos dessa atividade. Aquilo que antes eram faculdades dos seres humanos se torna, depois do processo de objetivação, características por assim dizer ‘corporificadas’ no produto dessa atividade, o qual, por sua vez, passa a ter uma função específica no interior da prática social. (DUARTE, 2011, p. 49)

Cita, também, que “O processo de objetivação é, portanto, o processo de produção e reprodução da cultura humana (cultura material e não-material), produção e reprodução da vida em sociedade” (ibid, p.50).

Como já abordamos acima, o ser humano não encontra limites biológicos absolutos para suas ações¹⁶. Em contra partida, esta não limitação obriga o homem a se apropriar das produções humanas para poder dar prosseguimento à sua vida. É o que vamos chamar de apropriação ou, nas palavras de Duarte (2011, p. 50), oposto e, ao mesmo tempo, complemento da objetivação.

Uma das características da apropriação seria, segundo Leontiev, a de que se trata de um processo sempre ativo, isto é, o indivíduo precisa realizar uma atividade que ‘reproduza os traços essenciais da atividade acumulada no objeto’ [...]. A atividade a ser reproduzida, em seus traços essenciais, pelo indivíduo que se apropria de um produto da história humana é, no mais das vezes, a atividade de utilização desse objeto mas, em certos casos, pode ser necessária também a reprodução da atividade de produção do objeto. Outra característica do processo de apropriação é a de que, por meio dele, são reproduzidas no indivíduo ‘as aptidões e funções humanas historicamente formadas’ [...], ou seja, a apropriação da cultura é o processo mediador entre o processo histórico de formação do gênero humano e o processo de formação de cada indivíduo como um ser humano. (DUARTE, 2011, p. 50).

Ao se apropriar das objetivações, o sujeito se apropria daquilo que foi produzido/objetivado por outros seres humanos, ainda que o sujeito não reconheça isso. Como já falamos, este é um processo cumulativo. Esta apropriação, embora aparente ser uma apropriação imediata daquilo que foi objetivado por um ser precedente, refere-se essencialmente a toda uma produção social da humanidade.

Em síntese: “O indivíduo forma-se, apropriando-se dos resultados da história social e objetivando-se no interior dessa história, ou seja, sua formação realiza-se por meio da relação entre objetivação e apropriação.” (DUARTE, 2011, p. 51).

Se, de um lado, os animais, pelas próprias características de suas ações, ficam presos ao reino da necessidade, ou seja, agem para satisfazer imediatamente às necessidades; os seres humanos, embora tenham a característica de satisfação de necessidades, avançam naquilo que podemos chamar de reino da liberdade. Ao passo que um animal caçador age motivado pela fome, o ser humano pode comprar comida sem a menos estar com fome; já prevendo um

16 Ainda que reconheçamos que, antes de tudo, somos seres biológicos. Temos um conjunto de características biológicas que nos identificam como sendo de uma determinada espécie. Uma vez rompidos estes limites, nossa vida se encontra em risco. Porém, pra reforçar esta nossa característica social, temos exemplos infinitos de como produções humanas nos ajudam a sobrepor limites biológicos bem definidos. Por exemplo: nos é impossível respirar, por meios naturais, debaixo da água. A produção de cilindros de oxigênio, conjugados a complexos sistemas de respiração, nos permite ultrapassar estes limites.

futuro próximo. Mesmo a satisfação de necessidades vitais (fome, sede, reprodução) são, nos seres humanos, satisfeitas por ações pautadas na liberdade e acúmulo histórico. Muito provavelmente nunca veremos um cachorro preparando um banquete, ornamentando a comida com adereços e coisas do tipo. A satisfação da necessidade, em conjunto com estas ornamentações, é própria de seres pautados pela liberdade.

O tipo de atividade animal é aquela executada sem mediação entre o conteúdo da ação e aquilo que a motivou. No exemplo apontado por Duarte (2011, p. 52) um caçador age ao ver o objeto de seu desejo/fome: a presa.

No caso dos seres humanos, esta atividade é mediada por um conjunto de ações. No mesmo exemplo da caça, podemos ter um grupo de homens cuja ação seja espantar as presas. Algo desprovido de sentido não fosse o fato de estarem realizando esta ação pelo simples fato de saberem que em dado local, para onde foram espantados os animais, existe outro grupo cuja ação é abater os animais. Ascender uma fogueira para assar a carne pode compor este conjunto de ações que compõem a atividade de caça. Do ponto de vista do indivíduo estas ações só fazem sentido por conta das “[...] relações sociais existentes entre ele e o restante do grupo ou, em outras palavras, o conjunto da atividade social. Somente como parte desse conjunto é que a ação individual adquire um sentido racional.” (DUARTE, 2011, p. 53).

Uma ação é, portanto, para Leontiev, um processo no qual não há uma relação direta entre o motivo e o conteúdo (ou objeto) dessa ação. A ação só existe como integrante de um todo maior que é a atividade. A única situação na qual não há distinção entre ação e atividade é aquela na qual a atividade é composta de uma única ação, como no caso do indivíduo que produz fogo para se aquecer. Na grande maioria das situações, porém, as atividades humanas são constituídas por um complexo conjunto de ações. (ibid).

Este tipo de atividade e ações objetivas exigem uma tradução no âmbito subjetivo, na consciência dos indivíduos (DUARTE, 2011, p. 54). Por conta do conjunto de atividades que acima caracterizamos, temos um desenvolvimento da subjetividade humana de igual teor, ou seja, desenvolvimento de capacidades superiores.

Fundamental se faz dedicarmos parte considerável deste capítulo à discussão sobre o produto final desta relação própria dos seres humanos. Pois justamente aqui reencontramos a

explicação iniciada nesta parte: a externalização, a objetivação, ou seja, a alienação (*Entausserung*).

Neste sentido estaremos dialogando com os conceitos de produção material e produção não-material (MARX, 1978; SAVIANI, 2005 e 1984).

Inicialmente, produção material pode ser entendida como o resultado do que já apontamos acima sobre o intercâmbio orgânico do homem com a natureza. Ou, como aponta Saviani (2005, p. 12): “[...] o processo de produção da existência humana implica, primeiramente, a garantia da sua subsistência material com a conseqüente produção, em escalas cada vez mais amplas e complexas, de bens materiais [...]”.

De outro lado ou, que seria mais acertado, seguindo em paralelo, temos o desenvolvimento desta complexidade ao ponto em que as ações humanas vão se desenvolvendo de tal forma que uma série de outras objetivações vai surgindo. Estas têm um caráter, uma natureza diferente das produções materiais; mas nem por isso são de caráter antagônico; pelo contrário, mantém uma relação de unidade.

Quanto mais se desenvolve o ser social, tanto mais diversificadas são as suas objetivações. Assim, no seu desenvolvimento, ele produz objetivações que, embora relacionadas ao processo de trabalho, dele se afastam progressivamente – objetivações crescentemente *ideais* (isto é, no mundo das idéias), de que são exemplos as formas iniciais do pensamento mágico nas quais estão contidos os vetores que, após uma evolução multimilenar, apresentar-se-ão diferenciados das expressões do pensamento religioso, da reflexão científica e filosófica e da arte. (NETO e BRAZ, 2010, p. 40, grifos do autor)

Podemos, também, mais uma vez, citar Lessa (2007, p. 111) quando este coloca a “materialidade social”, ou seja, todos complexos sociais, exceto o trabalho, como algo que se ergue a partir da “materialidade natural”, ou seja, o trabalho¹⁷.

Ambas as citações já demonstram um caráter de unidade entre as produções materiais e não materiais. Isto fica ainda mais claro nas palavras de Saviani (2005, p. 12):

17 Fundamental pontuar que na mesma citação, Lessa aponta que “Não material é rigorosamente o inexistente”. Esta será uma polêmica a qual, muito provavelmente, não nos deteremos ao longo da produção da dissertação. Por enquanto cabe colocar que não atrapalha nossa escrita a questão dos termos.

Entretanto, para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte). Tais aspectos, na medida em que são objetos de preocupação explícita e direta, abrem a perspectiva de uma outra categoria de produção que pode ser traduzida pela rubrica ‘trabalho não-material’. Trata-se aqui da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana.

Embora possa parecer que nas duas primeiras citações os autores pontuem mecanicamente que a produção material gera a não material; e na segunda, aparente ser que esta relação se inverte, ou seja, uma precedência da ideia (o que nos levaria a pensar no idealismo filosófico), nos é muito claro que se trata de uma relação de unidade que encontra, em última instância, a precedência do trabalho, do intercâmbio orgânico do ser humano com a natureza. Ou, tratando do mesmo termo, são as necessidades materiais que nos levam a atuar no mundo. É no desenvolvimento da relação prática dos seres humanos que a estes foi “permitido” o desenvolvimento de sua capacidade cognitiva, fonte de toda uma gama de produções não-materiais (arte, ciência e filosofia). Obviamente que na complexificação destas relações, a observação já não mais identifique precedências; fica mais claro, de outro lado, a unidade entre as ações.

Em sua obra, após dissertar sobre a objetivação e apropriação de objetos e instrumentos, Duarte (2009, p. 38) aponta que esta relação não se limita a este intercâmbio:

Além dos instrumentos e da linguagem, também as relações entre os seres humanos são objetivações da atividade humana. Nesse caso, tratam-se de determinados tipos de atitudes entre os homens que vão se fixando, se objetivando, e sendo apropriadas por cada pessoa durante sua vida. No início, provavelmente esse tipo de objetivação estava muito ligada à obtenção de êxito, na relação com a natureza, de determinadas formas de atividade coletiva, nas quais se estabeleciam determinadas relações entre os participantes dessas atividades. **Assim como a linguagem e os instrumentos, também a objetivação das relações entre os homens significa o acúmulo de experiência, síntese de atividade humana, de tal forma que cada ser humano se apropriando dessas objetivações, passa a agir no âmbito das condições sociais, isto é, no âmbito das condições que não resultam da natureza, mas sim da história da atividade dos outros homens.** (grifos nossos).

Compartilhamos de tal afirmação, até por que ela que nos ajuda a entender a Cultura Corporal – objeto do próximo capítulo- enquanto uma produção humana, ontologicamente

ligada à atividade humana como um todo; aliás, mais do que isso, compondo o conjunto de atividade humanas; neste caso, “[...] que não resultam da natureza, mas sim da história da atividade dos outros homens.” (ibidem).

No campo da produção não material, temos também uma distinção: de um lado temos a produção em que o produto se separa do produtor no momento do consumo:

O resultado são mercadorias que existem isoladamente em relação ao produtor, ou seja, que podem circular como mercadorias no intervalo entre a produção e o consumo; por exemplo: livros, quadros, todos os produtos artísticos que se diferenciam da atividade artística do artista executante. A produção capitalista só se aplica aqui em forma muito limitada¹⁸. (MARX, 1987).

As ideias de um livro, por exemplo, ali colocadas pelo autor serão “separadas” deste no ato de consumo. Depois de toda uma tarefa de edição, correção, digitação, criação da arte/capa e venda, alguém o adquirirá para poder consumir as ideias originalmente produzidas pelo autor em questão. Este, não mais estará “ao lado” do produto.

De outro lado, encontramos a produção em que o produto não se separa do produtor no ato do consumo:

O produto não é separável do ato de produção. Aqui também o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada e, pela própria natureza da coisa, não se dá senão em algumas esferas.¹⁹ (Necessito do *médico*, não de seu moleque de recados.) Nas instituições de ensino, por exemplo, os docentes podem ser meros assalariados para o empresário da fábrica de conhecimentos. Não se deve considerar o mesmo para o conjunto da produção capitalista. (MARX, 1987, grifos do autor).

Neste segundo “campo” que podemos identificar a “atividade educacional” (SAVIANI, 1984, p. 81). O ato de educar pressupõe o produtor e o consumidor. Já no ato de produção, ao mesmo tempo, existe o ato de consumo. Não existe uma separação entre os processos como acontece no primeiro “campo” das ações não materiais e mesmo na produção material.

18 A atuação Capitalista sobre a produção humana é objeto do próximo tópico, quando trataremos do estranhamento (*Entfremdung*).

19 Idem.

Cabe pontuar que quando a aula passa a ser gravada em DVD – ou, até mesmo, comercializada pela internet- passam para o primeiro grupo, a das produções onde os produtos se separam do produtor. E, aqui, se o Capital apenas tinha entrada limitada, a possibilidade da expansão desta entrada torna-se cada vez mais real.

Por tudo que colocamos acima - desde o início do debate do trabalho, até materialidade dos produtos finais – pensamos poder retomar a discussão sobre objetivação, externalização e distanciamento; objetivo desta parte. O faremos, recolocando elementos que foram, de forma difusa, apresentados acima além de novas sínteses.

De pronto reafirmamos a necessidade ontológica dos seres humanos em objetivar sua existência. O que, como afirmou Duarte (2011), mantém uma relação de unidade com a apropriação daquilo que foi objetivado por outros seres humanos. Logo uma formação condicionada à relação entre objetivação e apropriação.

Utilizaremos uma série de citações dos Manuscritos econômico-filosóficos (MARX, 2008) – originalmente escritos em 1844- para apontar como se dá esta relação de externalização, objetivação: “[...] O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (*sachlich*) é a objetivação (*Vergegenstan*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação” (p. 80). Continua: “A exteriorização (*Entausserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (*aussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora dele. (p. 81). E mais: “Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização”.

Neste momento, e apenas neste momento, nos é indiferente aprofundar na identidade da produção material que a diferencia relativamente da identidade da produção não-material. Limitamo-nos a apontar que as produções não materiais mantêm uma relação de unidade com as produções materiais. A complexificação da atividade do trabalho gera uma série de outras atividades e, conseqüentemente, uma série de outros produtos: materiais e não-materiais.

Quanto mais se desenvolve o ser social, tanto mais diversificadas são as suas objetivações. Assim, no seu desenvolvimento, ele produz objetivações que, embora relacionadas ao processo de trabalho, dele se afastam progressivamente – objetivações crescentemente *ideais* (isto é, no mundo das idéias) (NETO e BRAZ, 2010, p. 40.).

Ou, ainda, retomando Lessa (2007), a “materialidade natural” – o trabalho-, gera uma “materialidade social”- todas outras atividades, exceto o trabalho.

Sendo assim podemos utilizar as citações acima para apontar que aquilo que apenas se encontrava no plano das ideias, através do trabalho ou outras atividades, se materializa em um produto, seja ele material ou não-material.

Se num primeiro momento podemos ter esta fala sendo confundida com um pretenso idealismo, ou seja, a ideia precedendo a matéria, refutamos tal interpretação afirmando que esta prévia ideação, esta construção na mente antes da realização da atividade, é o resultado de condições colocadas pela realidade e, logo, temos a matéria, em última instância, como precedente da ideia.

E assim temos a unidade entre a necessidade humana – sem esquecer da liberdade-, a atividade que irá satisfazer – e criar novas necessidades- e o produto final desta relação, ou seja, o trabalho que se fixou num objeto.

Garantimos, de uma só vez, o entendimento do processo de objetivação, exteriorização e distanciamento – afinal, o produto existe fora e independente do produtor-, ou seja, o significado do *Entausserung*. Nas palavras, já utilizadas, de Duarte (2011, p. 49), “[...] a atividade física ou mental dos seres humanos transfere-se para os produtos dessa atividade”.

Não conseguiríamos avançar no capítulo sobre alienação e Cultura Corporal se preso ficássemos a uma leitura mecânica e economicista do termo objetivação, como se este fosse relacionado puramente à construção de instrumentos, à produção material, ao trabalho – intercâmbio orgânico entre ser humano e natureza. Para nós fica claro que a objetivação está mais relacionada com uma ação humana de “[...]remissão para fora, extrusão, passagem de um estado a outro qualitativamente diferente, despojamento, realização de uma ação de transferência [...] (RANIERI, 2000, p. 29), do que com uma ação que necessariamente transforma a natureza e produza um objeto material novo. Retomaremos este debate quando da explicação sobre a Cultura Corporal. Por hora, e para nos ajudar na parte que segue, apenas reafirmamos a categoria trabalho como ação fundante, que permite aos seres humanos a produção das mais variadas formas de se relacionar; seja no próprio trabalho, na linguagem e nas relações sociais em si, ou seja, um completo campo de objetivações.

Após entender como se efetiva a alienação, externalização, objetivação – suas causas, características e consequências-, debruçaremos sobre a atividade de entender como ocorre o fenômeno do estranhamento (*Entfremdung*), este que é dependente de determinadas condições históricas. A relação entre os conceitos é não de uma identidade, mas de uma unidade, uma determinação de um pelo outro.

É neste momento em que para além da unidade, teremos que identificar os elementos de identidade da produção material e da produção não-material. Isto por que ao discutir sobre estranhamento, teremos que identificar se este ocorre do mesmo modo em atividade que gera uma produção material e não-material. Ao aprofundar no debate, poderemos entender o fenômeno do estranhamento no campo da Cultura Corporal.

Por hora, ainda não nos é capaz responder à situação problemática que trouxemos no início – e colocada por Marx, nos Manuscritos econômicos de 1844-, ou seja, de que a propriedade privada, antes de fonte da alienação – neste caso, do estranhamento- é uma consequência desta. Percorremos metade do percurso, ou seja, tratamos da alienação enquanto objetivação, externalização. Falta o outro movimento: como isso, criado pelos seres humanos, se estranha deste.

2.2 ESTRANHAMENTO (*ENTFREMDUNG*)

Acima, ao tratar da objetivação, buscamos em Marx – mas não só- a dimensão ontológica do trabalho, intercâmbio orgânico entre ser humano e natureza. Mais uma vez lembramos que tal debate torna-se abstrato não sendo alocado nas condições objetivas em que esta relação acontece. Falamos, desta vez, do trabalho na sua dimensão histórica e, portanto, temos que falar do trabalho nas relações sociais capitalistas²⁰. Desta forma, buscaremos no próprio Marx (2010) a análise do trabalho abstrato.

²⁰Parece-nos desnecessário ter que tratar aqui do processo histórico de construção e consolidação do modo de produção capitalista. Pensamos que existem muitas obras que tratam deste processo. Indicamos, aliás, o capítulo XXIV, de O Capital (MARX, 2010), que trata da acumulação primitiva e aborda o processo de transição entre a sociedade velha feudal e a nova sociedade capitalista, apontando as mudanças estruturais e sua expressão no plano super-estrutural: leis, por exemplo.

Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da história da humanidade. O capital anuncia, desde o início, uma nova época no processo de produção social. (MARX, 2010).

E, portanto, algo de qualidade diferente do mundo escravista, por exemplo. Neste, o ser humano era uma mercadoria. Agora o ser humano usufrui da liberdade; aliás, uma dupla liberdade: para vender sua força de trabalho onde quiser e livre dos meios de produção; o que o coloca na condição de vendedor da força de trabalho e não comprador desta. Portanto, sua única mercadoria é a força de trabalho.

Neste momento, e apenas neste momento, o que nos interessa é menos a relação entre os sujeitos principais desta relação e mais a relação destes com o trabalho e o resultado.

Se chegamos ao ponto de entender que algo outrora abstrato – a força de trabalho – ganha caráter de mercadoria, suspeitamos que trata-se de uma relação universalmente mediada pela relação de troca de mercadorias. Marx (2010, p. 57) assim nos explicou esta relação: “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza [...]”. E, portanto, temos as produções humanas alçadas ao caráter de mercadorias. Sobre estas, o autor afirma:

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto do consumo, ou indiretamente, como meio de produção. (MARX, 2010, p. 57).

Nesta, encontra-se embutida uma determinada utilidade capaz de satisfazer as necessidades, ora do estômago, ora da imaginação. A esta utilidade o autor define como sendo o valor-de-uso da mercadoria; algo inerente à todas produções humanas.

Já que estamos tratando de uma relação social pautada em uma imensa acumulação de mercadorias, temos que tratar das relações de troca entre as mesmas. A troca é inicialmente

possibilitada pela produção do excedente. Mas, nas relações capitalistas, alça-se à forma naturalizada de relações entre produções e entre seres humanos²¹.

Neste momento encontramos os limites do valor-de-uso. Como proceder a troca com objetos de qualidades – utilidades- diferentes? Esta pergunta só se justifica já que não existe a mínima racionalidade em trocar produtos de mesma qualidade: calçados iguais, por exemplo. E, portanto, não se trata de uma relação entre qualidades. De outro lado, mesmo em produtos de qualidades diferentes, encontramos algo que lhes é comum: a quantidade de trabalho humano. Inicia-se, portanto, uma relação de troca de quantidades diferentes, mas de proporções equivalentes. Se um determinado produto “A” tem uma quantidade de trabalho x , e outro – “B”- uma quantidade de trabalho $2x$, trocam-se dois produtos de “A” por um de “B”. Sintetiza-se assim uma troca entre equivalentes. Agora, estamos falando do valor das mercadorias. Temos uma relação entre quantidades.

Isto não quer dizer, de forma alguma, que se anulou o valor-de-uso da mercadoria. Este apenas foi colocado de lado para facilitar a troca entre proporções iguais. O valor-de-uso continua existindo, e mais, configura-se enquanto o motor da troca. Detêm em si a qualidade que motivou a troca e que exigirá a definição daquilo que nelas existem em comum: a quantidade de trabalho humano. Logo, um valor.

Nisso fica mais claro conceituar “dois fatores da mercadoria” (MARX, 2010, p. 57), valor-de-uso e valor no mesmo objeto.

Neste capítulo trilhamos o caminho que busca evitar a unilateralidade dos conceitos. Aqui, mais uma vez, utilizamos esta premissa. De outro lado, isto não quer dizer que não possamos, mais uma vez, desmembrar – a nível didático/expositivo- as dimensões. Em síntese: o valor-de-uso de uma mercadoria, ou seja, sua qualidade, é condição *sinequa non* desta, independente de época histórica. Algo muito parecido com o que acima denominamos de dimensão ontológica. Também acima pontuamos que dimensão ontológica só pode ser explicada pelo seu par dialético: a dimensão histórica. Ou seja, o valor da mercadoria é uma condição social a qual as produções humanas foram submetidas. No intuito de trocar

21 Não negamos que algumas relações podem ser mediadas não pela troca de mercadorias. Temos como exemplo a entrega de um presente de um pai a um filho; não temos aí uma relação de troca de mercadorias. Acontece que não é esta a relação que foi universalizada, embora aconteça, nas relações Capitalistas. Uma simples observação mais atenta nos coloca a seguinte questão: como o pai da criança adquiriu o presente? Ou seja, até mesmo relações não mediadas pela mercadoria, não estão aquém da universalização das trocas capitalistas.

mercadorias proporcionalmente iguais, necessário foi se estabelecer aquilo que as assemelham: a quantidade, o valor que tem sua expressão aparente no valor-de-troca (uma quantidade x trocada por uma quantidade y).

Já que acima estabelecemos que a força de trabalho é também uma mercadoria, vejamos como esta mercadoria se apresenta nesta relação dialética.

Valores-de-uso não podem se opor como mercadorias quando neles não estão inseridos trabalhos úteis qualitativamente distintos. Numa sociedade cujos produtos assumem, geralmente, a forma de mercadoria – isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias-, essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis executados, independentes uns dos outros, como negócio particular de produtores autônomos, leva a que se desenvolva um sistema complexo, uma divisão social do trabalho. (MARX, 2010, p. 64).

Da mesma forma como o valor-de-uso de uma mercadoria é “deixada de lado” no processo de troca, também o trabalho enquanto função útil, qualitativamente distinta de outros, tem sua qualidade “deixada de lado”. Restam os mesmos elementos outrora usados para caracterizar os valores. Neste momento tratamos apenas da duração e do tempo de energia dispendido para produzir determinada mercadoria. Abstrai-se a qualidade do trabalho restando sua quantidade. É isto que permite que o fruto deste trabalho possa ser trocado pelo fruto de outro trabalho de qualidade diferente. Esta troca só é possível, pois existe algo em comum entre qualidades diferentes: uma quantidade.

Assim como na análise das mercadorias, fruto do processo de trabalho, temos a mesma observação para o trabalho. Não se trata de anular o trabalho útil, o trabalho concreto, de uma qualidade que lhe é próprio e que o diferencia de outras atividades humanas também de trabalho. Mais uma vez, é isso que justifica a existência do trabalho e que serve de motor da troca; desta vez, da troca da minha mercadoria força de trabalho, de qualidade própria. Trata-se apenas de afirmar que nas condições históricas estabelecidas acima, o que se busca para a troca não são qualidades diferentes, mas sim quantidades, proporções equivalentes. Sintetizamos esta relação com o uso do termo “duplo caráter do trabalho incorporado na mercadoria” (MARX, 2010, p. 63).

É aqui, portanto, que o conceito de “duplo caráter do trabalho incorporado na mercadoria” vai nos ajudar a entender como algo pode se transformar em seu contrário, ou

seja, como o trabalho, ação fundante humana, torna-se seu contrário, ação que coisifica o homem. Desta explicação depende a síntese que pretendemos neste capítulo: a relação de unidade entre objetivação e estranhamento.

Pelo que acima foi colocado, pensamos poder seguir na análise do fenômeno do estranhamento, olhando-o mais de perto, buscando suas características essenciais.

O fato de a qualidade da mercadoria, e mais importante, a qualidade do trabalho, aquilo que lhe confere utilidade, ser abstraído da relação em nome da troca, nos aponta a possibilidade de entender o fenômeno do estranhamento.

Já que se reduz um todo a uma mera quantificação de dispêndio de energia, pouco importa ao trabalhador – ou tem menor importância- se o produto do seu trabalho é linho ou pão; arma ou remédio. Este, abstraídas as qualidades do produto e de sua própria função, se estranha ou, poderíamos dizer, se afasta, se desinteressa etc. daquilo que faz. Observemos mais de perto este fenômeno, suas características e consequências.

O estranhamento, fruto da sociedade das mercadorias (elevada à enésima potência no Capitalismo), é algo, como em síntese pontuamos acima, componente estrutural do modo de produção Capitalista. Em suma, parece que a mercadoria que satisfaz as necessidades humanas, sendo que os seres humanos que transformaram a natureza para produzir o necessário para sua satisfação. Estranhamo-nos a tal ponto do produto que achamos que a mercadoria que satisfaz, tem um poder autônomo. Um exemplo: se sentirmos calor, usamos roupas leves, que permitam uma maior exposição do nosso corpo. Pelo contrário, se sentimos frio, quem “mata” este frio? Alguns, com poucas exceções, dirão: um casaco, um moletom, uma luva, um gorro etc. Ou seja, nos alienamos de tal ponto de nossas produções que acreditamos que casaco, moletom, luva, gorro etc. usufruem de uma autonomia tal que tem o poder de satisfazer nossas necessidades. De fato não é uma inverdade que estas roupas são utilizadas para “matar” o frio e, portanto, satisfazer a necessidade. Porém, nossas respostas deixam de lado aquele que é fundamental neste processo, aquele sem o qual não seria capaz a nenhuma roupa “matar” o frio: o ser humano; quem, de fato, transforma a natureza para extrair dela produções (inclusive roupas) que serão usadas para “matar” o frio; aquele sem o qual, simplesmente, roupa não existe. Acontece que já que suas qualidades foram subsumidas por uma quantidade, este é deixado de lado, tem sua importância diminuída; torna-se um mero composto quantitativo de gastos de energia.

No campo (polêmico) da religião podemos afirmar que o homem cria deus à sua imagem e semelhança e este volta, como poder autônomo, independente do homem – seu criador- e o domina. Ou seja, a cria domina o criador. A tal ponto que a frase se inverte e é internalizada como algo natural: “Deus cria o homem à sua imagem e semelhança”. É, também, uma expressão de alienação (estranhamento).

A isso, Marx (2010, p. 94) chamou de Fetice. As produções humanas parecem “[...] dotadas de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos.”. Obscurece-se assim o responsável pela criação das mercadorias: os seres humanos através do trabalho. Isso é sempre relativo já que o ser humano estará sempre presente²².

Aproximemo-nos mais do objeto; desvendemos seu caráter objetivo, econômico. Ainda estamos tratando-o pela sua expressão na subjetividade humana; algo por nós criticado quando do entendimento da perspectiva de alienação para Rousseau.

Em linhas gerais temos, como já abordado acima, uma sociedade pautada no conjunto de troca de mercadorias. Estas são produções humanas que, ao invés de satisfazer diretamente suas necessidades (através de suas qualidades, valor-de-uso), ganham caráter de valor (tendo a expressão no valor-de-troca), servindo para garantir a valorização do valor, ou seja, garantir o processo Capitalista (D-M-D’: Dinheiro – mercadoria- Dinheiro primitivo + Dinheiro excedente²³). Ou seja, ao não produzir o necessário para me satisfazer diretamente, torno-me alienado de minha ação e, mais que isso, daquilo que produzo. Mais à frente trataremos em detalhes deste fenômeno.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, 2008, p. 80)

22 Explicaremos no 3º capítulo.

23 Estamos cientes que a “fórmula geral do capital” (D-M-D’) apresenta contradições, como apontado pelo mesmo autor. Sabemos da necessidade de dissertarmos sobre capital constante (que apenas transfere valor), o capital variável (que, além de transferir, cria valor) e mais-valia. Mas, para os fins desta parte, apresentar apenas a fórmula geral, é o suficiente.

A citação acima, além de reforçar o que já havíamos pontuado, demonstra que não só o produto da atividade se estranha a quem o criou. Esta relação primeira desvenda e serve de fundamento para uma relação de estranhamento em outras esferas, mas do mesmo movimento.

Temos já a explicação do objeto produzido como algo que se defronta com seu produtor como algo que lhe é estranho, ou seja, estranhamento em relação ao produto. O mesmo Marx (2008) nos ajudará a prosseguir no entendimento:

O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (sachlich) é a objetivação (vergegenständlichung) do trabalho. **A efetivação (verwirklichung) do trabalho é a sua objetivação.** Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como **desefetivação** (entwirklichung) do trabalhador, a objetivação como **perda do objeto e servidão ao objeto**, a apropriação como **estranhamento** (Entfremdung), como alienação (Entausserung). (ibdem, p.80, grifos nossos).

Ora, se o produto final é o trabalho que se fixou num objeto e este, por sua vez, em condições já acima mencionadas, torna-se estranho a quem produziu; estranho também o é o ato de produção. Aquilo que era efetivação aparece como desefetivação; a objetivação, como perda do objeto e servidão ao objeto; a apropriação como estranhamento.

Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. **No estranhamento do objeto do trabalho resume-se somente o estranhamento**, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo. (Ibdem, p. 82, grifos nossos).

Ao falar do estranhamento do objeto, o autor diz que se trata de um resumo, de uma síntese, ou seja, o resultado de algo precedente. A nosso ver, este algo se refere, também, à atividade própria humana, o trabalho. Conclui ele: “O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele.” (p. 83). E, portanto, além do estranhamento ao produto, temos também o estranhamento ao processo.

Como consequência imediata dos dois elementos pontuados acima, temos um processo de “estranhamento-de-si” tal qual o estranhamento da coisa. Isto se dá pelo fato de o homem se estranhar de sua própria função ativa, de sua atividade vital. Estranha-se assim de si próprio.

Ora, se nos estranhamos de nossa própria atividade vital, aquilo que nos confere identidade de gênero²⁴, estranhamo-nos, em igual medida, do gênero humano.

Uma síntese possível ao momento nos apresenta a transposição de nossa vida produtiva, ou seja, de nossa vida genérica, estando estranhada, para uma atividade resumida a apenas um meio de vida. O que era vital, que nos conferia sentido, apenas vira um “meio para”. Assim temos o estranhamento do objeto, do trabalho, de nós mesmos e do próprio gênero humano.

Vázquez(2007), desdobrando concretamente o que colocamos acima, nos aponta como o trabalhador não se reconhece no produto final nem, sequer, no processo. Com o advento, no início do século XX, do Fordismo, a linha de produção tirou do trabalhador a possibilidade de, pelo menos, conhecer o processo de produção da mercadoria. Perde-se o caráter de totalidade da produção em nome das tarefas especializadas da linha de produção para garantir a lógica: “produção em série, consumo em massa”. O autor vai além e diz que também o burguês é alienado haja visto que pouco lhe importa como se dá o funcionamento da empresa que é dono. Importa-lhe, pelo contrário, os números finais, quanto ela rende. Se é uma fábrica de salsicha ou de diplomas, pouco lhe importa. Para ele só importa o que coloca no banco ao final do mês. Portanto, um estranhado do processo²⁵.

Retomando o debate de Duarte (1999), sobre sentido e significado, cabe lembrar que nesta relação existe um distanciamento entre o sentido da atividade e seu significado. Exemplo do autor: o ato de tecer um fio, ou seja, seu significado, não se relaciona com o sentido da atividade tecer fio, ou seja, usar o fio (para confeccionar uma roupa, por exemplo).

24 Não no sentido de feminino e masculino, mas no sentido de gênero humano. Para maior entendimento, sugerimos: DUARTE, Newton. **A Individualidade para-si**: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

25 Nunca é demais lembrar que não se trata de colocar o estranhado trabalhador na mesma condição de estranhado burguês. Mediando esta relação, existe uma ação intensa de exploração do último em relação ao primeiro. Já tratamos disso na introdução, mas nunca é demais reforçar a partir da sugestão da leitura de: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Sagrada família ou A crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo Editora, 2003.

Nesta relação, tecer o fio encontra seu sentido na necessidade de obter um salário para sobreviver. E, portanto, para o trabalhador, tanto faz trabalhar tecendo fio ou construindo carro; o sentido é o mesmo. De igual medida, para o burguês da fábrica de tecer fio, tanto faz o significado da atividade, tecer fio ou construir carro. Para ele, o que dá sentido é o lucro final. E, portanto, tanto faz se é dono de uma fábrica de remédio ou de armas; salvar vidas ou tirar vidas não mais dá sentido à atividade²⁶. Ou seja, as relações sociais pautadas na troca de mercadorias, promovem um distanciamento entre aquilo que motivou a atividade – o sentido- e as características desta atividade – o significado. Existe a “cisão” entre o subjetivo – o sentido da atividade- e o objetivo- o significado.

Ainda sobre esta relação em que burguesia e o proletariado aparecem como classes estranhadas, temos:

Deste modo, o mundo do mercado aparece ante os burgueses como ante os operários, ante os trabalhadores como ante os proprietários, na forma de um mundo regido por **leis independentes da vontade dos homens, um mundo hostil, sujeito a crises imprevisíveis** (os economistas burgueses só conseguem encontrar explicação para cada crise, via de regra, depois da eclosão dela) e, particularmente, **na forma de um mundo absurdo, onde os procedimentos mais racionais se articulam e se fundem numa irredutivelmente espessa irracionalidade global.** (KONDER, 2009, p. 133, grifos nossos).

Não são pouco graves as consequências desta relação estranhada. Pensemos que o fato de o trabalhador não se reconhecer na sua atividade (outrora vital) de tecer um fio, faz com que este não tenha desejo em se dedicar na relação. Resta-lhe o trabalho como mero meio de vida. Nas palavras de Marx (2008) o trabalhador só se reconhece ser humano, nas suas atividades animais (comer, beber, se reproduzir); ao passo que, nas suas atividades humanas, ele não se reconhece²⁷. Trabalho passa a ser tortura, e a fuga dele, aquilo que mais nos aproxima de nossa atividade vital. E, portanto, a relação de objetivação e, fundamentalmente,

26 Exemplo bastante representativo é o da empresa Taurus; ao mesmo tempo em que produz armas, produz EPI's (equipamentos de proteção individual) e baldes. Ver: <http://www.taurus.com.br/>

27 É extremamente representativa a fala de um determinado apresentador, de um determinado programa jornalístico que passa todas as manhãs, de um determinado canal de TV famoso. Ao se despedir dos telespectadores na sexta-feira ele utiliza a expressão “Graças a Deus hoje é sexta-feira; é vida que segue!”. Ao passo que quando executa o mesmo ato, desta vez, na segunda-feira, diz: “coragem; hoje é segunda-feira”. Isso diz alguma coisa sobre a forma como entendemos o trabalho nas condições históricas atuais.

apropriação ficam prejudicadas. Estamos longe de achar que a própria inserção do ser humano neste ambiente, por si só, esclarecera-lo desta contradição; pelo contrário, para ele esta relação é natural, “[...] um mundo regido por leis independentes da vontade dos homens.” (ibdem, 2009).

Ainda sobre esta relação, um parêntese: Lessa(2007) vai esclarecer aos que erroneamente apontaram o Taylorismo (células de produção) como o passo para a desalienação dos trabalhadores. Estes, ao contrário de Vázquez (2007), se prenderam a apenas uma etapa da totalidade: a produção em si. Como o Toyotismo aboliu – em partes- a linha de produção e adotou a célula de produção, dando ao trabalhador maior autonomia/conhecimento do processo, os teóricos apontaram prematuramente o fim da alienação do trabalho. Mas, e o produto final? Lessa vai, categoricamente, pontuar que enquanto estivermos no modo de produção que, em linhas gerais, o homem (e a mulher) produzir não para satisfazer suas necessidades imediatas, e sim para trocar seu trabalho por um salário (o que, por si só, já lhe desautoriza de reivindicar ter posse do produzido), para poder consumir mercadorias básicas necessárias para sua reprodução, seremos todos alienados! Poderíamos mais uma vez resgatar a relação entre sentido e significado para pensar o Toyotismo; o resultado seria o mesmo: a separação entre sentido e significado. Ainda mais, avançar na análise que colocamos acima da alienação de si e do gênero humano.

Precisamos verificar como este fenômeno se expressa em produções que pretensamente não se externaliza ao ser humano.

2.3 ESTRANHAMENTO E PRODUÇÃO NÃO MATERIAL

Aqui se torna relevante resgatar a identidade da produção não-material. Buscamos, inicialmente, em Duarte (1999) e Konder (2009) como o processo de estranhamento se dá neste segmento. Esta que é fruto (e, como vimos, fundamento) da ação do ser humano com a natureza. Mas é de ordem diversa, ou seja, não está diretamente ligada à transformação da natureza.

Fica mais fácil de identificar isso na produção material, até por conta de se ter um produto externo, separável - e perceptível - ao ser humano. É mais clara esta relação quando da transformação da natureza. Se aquilo que produzo (carro, mesa, roupa, etc.) não me pertence, obviamente que pertence a outrem. Porém, neste momento, tratamos da produção

não material, daquilo que no campo da aparência nos passa despercebido, mas que com a mediação da teoria pode nos clarear a essência.

Assim como os meios e os produtos da atividade humana se constituem em objetivações do gênero humano, **o mesmo ocorre com as relações entre os homens**. Essas relações objetivam-se e cada indivíduo depara-se com elas já existentes, tendo que delas se apropriar para poder viver. **Na sociedade alienada essa apropriação das relações sociais objetivadas realiza-se, na maioria dos casos, na forma de uma apropriação espontânea, de uma apropriação em-si**. As relações sociais assumem, para os homens, a aparência de forças naturais às quais eles se submetem, interiorizando-se através de uma identificação espontânea com a situação dada. As relações sociais objetivadas não são reconhecidas pelos homens, na sociedade alienada, enquanto produto da atividade histórica humana. **É condição indispensável para a realização plena da liberdade do gênero humano, a de que os homens submetam as relações sociais objetivadas ao seu controle consciente**. (DUARTE, 2009, p.78, grifos nossos).

Não estamos realizando uma transposição mecânica entre o entendimento da produção material e não-material. Pelo contrário, estamos seguindo rigorosamente o método para: 1- identificar que a atividade humana não se restringe à transformação da natureza; 2- que a relação de objetivação e apropriação, por sua vez, não se limitam aos produtos materiais, mas, se estendem aos produtos não materiais; 3- e, finalmente, que sob determinadas relações históricas – pautadas na propriedade privada e divisão social do trabalho- também estas produções se estranham dos que a produziram.

O que nos instrumentaliza para esta informação é o fato de termos tratado acima de todo um processo de estranhamento – do processo de trabalho, de mim mesmo e do gênero humano- a partir do processo de estranhamento do produto do meu trabalho. E, portanto, um processo universalizado de estranhamento a partir da produção da vida.

Na primeira parte deste capítulo, trouxemos uma série de citações de Neto e Braz (2010), Lessa (2007) e do próprio Duarte (2009) para explicar que a complexificação da relação do ser humano com a natureza fez com que este realizasse uma série de atividades não mais diretamente ligadas à transformação da natureza, mas produto da relação entre os próprios seres humanos. Seria um grande contrassenso se déssemos a estas produções um tratamento diferenciado em relação às produções em que a natureza é diretamente transformada. Já que são produções humanas, são, antes de mais nada, produções sociais e históricas e, portanto, determinadas pelas base material, pela forma como os seres humanos

produzem e reproduzem socialmente a vida. O processo de estranhamento também está presente nestas relações. “Assim, na formação do indivíduo, será alienador **todo processo** que resultar na não-efetivação, na existência individual, das possibilidades historicamente produzidas de objetivação consciente, social, livre e universal.” (DUARTE, 2009, p. 97, grifos nossos).

Sobre esta relação, de base econômica que se expressa nas mais diversas esferas humanas, Antunes (2011), citando como sendo “sociabilidade contemporânea” (p. 149), afirma:

[...] se esta se objetiva originariamente no processo produtivo – e tem neste momento o seu estatuto ontológico fundante-, o capitalismo avançado conseguiu estendê-las até a esfera do consumo. Com todo arsenal mercadológico da *mass media*, a possibilidade de manipulação das necessidades de consumo do ser que trabalha o impossibilita, também neste plano, de buscar sua realização, acarretando formas complexas de estranhamento. (p. 149)

Tais formas complexas advém do processo de luta de classes que reduziu a jornada de trabalho e, portanto, o tempo de exposição do trabalhador à atividade opressiva, permitindo uma maior possibilidade de usufruir de tempo de não trabalho. A mais-valia absoluta deixa de exercer papel dominante no processo de estranhamento.

Ao tratar do fenômeno da alienação²⁸, Konder (2009, p. 43), citando Marx, esclarece: “[...] jamais lhe ocorreu, porém, reduzir o fenômeno da alienação, nas suas múltiplas formas, aspectos e dimensões, à alienação econômica, tal como jamais lhe ocorreu reduzir todo o trabalho humano ao trabalho diretamente empenhado na produção econômica.”. E continua:

O desenvolvimento criador do marxismo nas condições atuais, cobra dos marxistas uma atitude menos prudente e uma disposição mais ousada. Cumpre-lhes aproveitar as investigações realizadas nos domínios da infraestrutura da alienação, para utilizar os resultados aí obtidos num outro plano, isto é, na observação das outras formas e aspectos do fenômeno global da alienação. (KONDER, 2009, p. 45).

28 Para nós, estranhamento.

Munido deste pressuposto, passa o autor a observar o fenômeno da alienação nas mais variadas esferas da produção humana; notadamente história, religião, ciência, arte e política, ou seja, produções de ordem não material. Aqui, para aprofundar nosso entendimento, utilizaremos outros autores.

No campo da Religião, aponta:

A única compreensão que a consciência religiosa sempre conforta é uma compreensão passivamente sofrida, a compreensão da verdade revelada, a compreensão resultante do fato de que o sujeito seja alcançado por uma luz que vem de fora. A compreensão ativa, derivada do desenvolvimento da razão humana, derivada da apreensão crescente, gradativa e ilimitada, pelo homem, da racionalidade da sua objetivação, esta não cabe por inteiro dentro da consciência religiosa. (KONDER, 2009, p. 96)

A consciência se vê reprimida pelo jogo de interesses que não acha interessante um total conhecimento de como as coisas funcionam. E, portanto, “[...] uma apropriação espontânea, de uma apropriação em-si.” (DUARTE, 2009, p.78).

Já no caso da ciência o autor afirma que a mesma está comprometida com a divisão de classe e, portanto, com a alienação (KONDER, 2009, p. 116).

Utiliza, para tanto, o exemplo das ciências naturais²⁹. As mesmas estão intimamente ligadas ao desenvolvimento das forças produtivas. Acontece que em determinada fase de desenvolvimento destas, o choque com as relações sociais torna-se inevitável. De condição de desenvolvimento, passam a se constituir como entrave. A grande contradição se dá quando de um lado o desenvolvimento permite o avanço nas ambições capitalistas; de outro, este desenvolvimento acirra as contradições entre forças produtivas e relações sociais. Não se pode, por esta feita, querer afirmar que as ciências - nem as naturais- podem se sentir deslocadas do desenvolvimento material e, portanto, do desenvolvimento social pautada nas relações de estranhamento.

Cabe aqui um reforço de Anderyet al (2007) quando aponta que em qualquer sociedade onde existam relações que envolvam interesses antagônicos, as ideias refletem

29 Até por que, tratar das ditas ciências sociais tornaria a análise mais fácil. São ciências cujo objeto são sujeitos e, portanto, inseridos em uma realidade material. Portanto um contrassenso se não estivessem conectadas à estas condições.

essas diferenças. Dentre as ideias que o homem produz, parte delas constitui o conhecimento referente ao mundo. O conhecimento humano, em suas diferentes formas (senso comum, científico, teológico, filosófico, estético, etc.), exprime condições materiais de um dado momento histórico.

No campo da arte, tal relação ganha caráter mais complexo por ser esta rodeada de uma pretensa “liberdade criadora” (KONDER, 2009, p. 157). Ainda assim, alguns aspectos são elucidativos. Pensamos que aqui podemos aprofundar o entendimento para podermos levantar pistas para o debate no campo da cultura corporal.

Esta área de liberdade é rompida com a Revolução Industrial e a produção de obras de arte em escala massiva. Aqui, talvez, um grande parêntese seja necessário para tratar desta relação: arte-mercadoria-estranhamento.

Ao tratar da mesma, Vázquez (2011), citando Marx, inicialmente coloca uma possível dificuldade de relação entre arte e mercadoria por conta daquilo que o autor chamou de desenvolvimento desigual entre a arte e a economia (produção material) (p. 148-149). Explica que nem todas as produções espirituais sofrem hostilidade do capital; a ciência, por exemplo, por estar intimamente relacionada ao processo de produção, tem um desenvolvimento combinado (ibdem). Mas no caso da arte, a própria natureza de suas relações, impõe uma dificuldade nesta relação.

Nem sempre esta relação se deu desta forma. Explica o autor que quando tratamos do trabalho enquanto auto realização humana, como atividade livre e criadora, não temos uma distinção qualitativa entre as atividades. Esta distinção só ocorre como manifestações distintas de uma mesma essência do homem (p. 175). Isto corrobora com nossa ideia de tratar os fenômenos humanos não de forma estática ou natural, mas de forma sócio histórica.

Acontece que não podemos perder de vista que: “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza [...]” (MARX, 2010).

A arte não ficaria impune a tal universalização. Eagleton (2011, p. 107-108), citando o exemplo da literatura e teatro, nos apresenta isto:

A literatura pode ser um artefato, um produto da consciência social, uma visão de mundo; mas ela é também uma *indústria*. Os livros não são apenas estruturas de significado – são também mercadorias produzidas pelas editoras e vendidas no mercado com lucro. O teatro não é apenas uma coleção de textos literários; é também um negócio capitalista que emprega certos homens (autores, diretores, atores, ajudantes de palco) para produzir uma mercadoria que será consumida por um público para obter lucro. Os críticos não são apenas analistas de textos; eles também são (geralmente) acadêmicos contratados pelo Estado para preparar os estudantes ideologicamente para exercer suas funções dentro da sociedade capitalista. Os escritores não são apenas transpositores de estruturas mentais transindividuais; eles também são trabalhadores contratados pelas editoras para produzir mercadorias para a venda. (grifos do autor).

Mesmo voltando no tempo, numa relação de troca de mercadorias - não capitalista - verificamos a arte como atividade livre e criadora; a relação entre o produtor e o consumidor não eram mediadas por um mercado, ainda que remunerada.

Acontece que com o estabelecimento do modo de produção capitalista “Entre o produtor e o consumidor, interpõe-se um mundo invisível e estranho: o mercado” (VÁZQUES, 2011, p. 164). Daí passa a fazer todo o sentido a citação de Eagleton (2011), acima.

E mais, “a história da arte é parte ativa da história global dos homens, ajuda a compô-la criadoramente, mas afinal, não passa de um aspecto vivo desta”. (KONDER, 2009, p. 160).

A consciência artística é, antes de mais nada, uma consciência de um indivíduo. Este, por sua vez, não está imune à sociedade, ao vínculo com uma determinada classe, sujeito à pressões de condições econômicas e obrigado a trabalhar dentro de uma determinada linha de condições culturais. Desta forma, não só o impacto filosófico e político deve ser observado na alienação artística. Também o impacto estético deve ser considerado.

Porém, sobre isso, Vázquez (2011, 172), insiste na relação de hostilidade entre arte e produção material. “Por ser hostil ao trabalho criador, a produção material capitalista é igualmente hostil, ainda com maior razão, ao trabalho artístico que é criação por excelência”. E continua, afirmando que não se pode reduzir a arte a uma abstração quantitativa, condição para sua mercadorização:

[...] ainda que o tempo de criação faça também parte das vicissitudes do processo criador, o que interessa sobretudo é seu resultado, o produto do trabalho artístico, e não precisamente de um ponto de vista quantitativo, mas qualitativo. No entanto, por

seu caráter individual, concreto, o trabalho artístico é irreduzível a um trabalho geral abstrato, do qual pudesse ser considerado como uma parte ou fração. A obra de arte, por sua vez, é um produto que vale por suas determinações específicas, pelas qualidades que o artista soube extrair de uma dada matéria, a fim de difundir-las, como qualidades estéticas, a um novo objeto. Este objeto vale por sua utilidade, pelo valor de uso vinculado a essas qualidades criadas (a suas qualidades estéticas) e, nesse sentido, não pode ser equiparado a outros objetos. Qualitativamente, cada obra de arte vale por si mesma, na medida em que satisfaz, com seu valor de uso específico, uma necessidade humana também específica. Não pode ser reduzida a uma unidade, com o fim de ser equiparada a outra, a menos que se faça a abstração de suas qualidades, isto é, de seu caráter específico.

E, portanto, esta hostilidade encontra fundamento em duas vias: de um lado a produção material é avessa à atividade livre, criadora humana e, portanto, à arte; de outro lado, a arte, em suas qualidades, em seu valor de uso, é avessa ao tipo de atividade capitalista, “[...] a vida burguesa não merece ser exaltada.” (p. 156) ³⁰.

Mas, da mesma forma como as citações que colocamos acima (Eagleton e Marx), também este autor se rende à possibilidade concreta de a arte fazer parte do emaranhado jogo universalizado de troca de mercadorias. Ao explicar o trabalho produtivo capitalista como aquele que gera a mais-valia, explica: “Deste ângulo não há trabalho ou produto que por princípio, não possa ser produtivo” (p. 186).

Isto não ocorre sem consequências à produção e ao produto humano da arte. Aliás, nenhuma produção humana deixa de sofrer consequências em suas bases quando defrontadas e subsumidas pela produção capitalista. O próprio Vázquez, ainda ao resistir à esta relação, afirmou “[...] a menos que se faça a **abstração de suas qualidades**, isto é, de seu caráter específico.” (p. 172, grifos nossos).

E é isto que ocorre, ainda que não de forma absoluta; a atividade da arte vira trabalho assalariado e tem sua qualidade (criadora, livre) colocada em risco³¹.

³⁰Desconfiamos que não encontremos esta dupla aversão quando do trato da cultura corporal, pelo menos no campo do esporte moderno. Talvez, pelo fato de o mesmo encarnar em suas qualidades, elementos próprios do modo de produção capitalista (competição, individualismo, racionalismo, etc.), a aversão possa limitar-se ao ponto em que o capital perceba nestas produções, potencialidade de lucro. Deixemos este debate para os capítulos que seguem, notadamente o terceiro, que trata do estranhamento e cultura corporal.

³¹ Garantindo o caráter de contradição que perpassa toda esta produção, trazemos, ainda que apenas como um observação, a questão polêmica levantada por Eagleton (2011, p. 113): a reprodução de cópias como possibilidade de universalizar a arte contra a singularidade alienadora da arte tradicional que atribuía a esta um caráter de exclusivismo. Sem aprofundar nos parece que o autor ao tratar, tanto da reprodução pretensamente “democratizadora” quanto do exclusivismo pretensamente restritivo, abandonou a categoria modo de produção.

Assim, pois, sob o capitalismo, há uma tendência no sentido de que a produção artística seja também uma produção para a troca e, portanto, de que as obras de arte se produzam como mercadorias ou objetos que se medem quantitativamente, por seu valor de troca. O que caracteriza a obra de arte quando convertida em mercadoria, por conseguinte, é a **abstração de suas verdadeiras qualidades**. Possui valor de troca na medida em que se faz abstração de seu verdadeiro valor, isto é, na medida em que é **ignorada ou negada precisamente como produto artístico**. (VÁZQUEZ, 2011, p. 183-184).

O estranhamento na arte também se expressa na relação produção – consumo: condições diferenciadas aos produtores, compelidos a ter um público seletivo. É representativo o fato de a arte primordial do século XX ter sido o cinema: produzido por equipes, consumido por multidões. Isto diz alguma coisa sobre a relação da arte com a sociedade pautada no estranhamento.

Neste campo, do cinema, Reis (2011, p. 293), vai compará-lo a uma cadeia produtiva, ainda que apontando as restrições da comparação entre esta e a cadeia industrial:

[...] se considerarmos rigorosamente a atividade cinematográfica no contexto de uma cadeia produtiva industrial complexa, chegaremos à conclusão, grosso modo, que o trabalho de extração da matéria-prima da película do filme ao trabalho do bilheteiro e do pipoqueiro nas salas de exibição, tudo ocorre para a realização do fetiche mercadoria cinema.

E avança no entendimento dos monopólios dos meios de produção, incluindo propriedade intelectual, domínio da distribuição, da circulação e exibição comercial do produto mundialmente (p. 293-294). Aponta, também, a função ideológica que esta produção fetichizada exerce sobre os sujeitos em nome da manutenção dos monopólios.

Já Eagleton (2011, p. 116) nos oferece um ótimo entendimento sobre a expressão subjetiva deste processo para o consumidor desta obra de arte – no caso do exemplo, o teatro-subsumida pela lógica mercadorizada e, por consequência, estranhada: “O público em um

Por exemplo, o fato de serem reproduzidas em larga escala, não tira da arte seu caráter de exclusivismo, ainda que aumente sua possibilidade de consumo para além de apenas uma obra. Mas isto não faz perder de vista que esta relação ainda permanece mediada pela troca de mercadorias e, portanto, pelo caráter limitador.

teatro burguês é o **consumidor passivo** de um objeto artístico acabado e inalterável que lhe é apresentado como ‘real’.” (grifos nossos). É justamente contra isso que se levantam autores como Brecht³².

Ou seja, uma série de produções humanas, advindas das outras esferas sociais, que não o trabalho material, que, por conta da condição de determinadas por este último, se configuram, também, como atividades pautadas pelo estranhamento; ainda que garantam em seu conteúdo o caráter de produções humanas, valor-de-uso, etc.

Este longo parêntese nos permite voltar, no próximo capítulo, a nossa atenção ao objeto desta produção – cultura corporal- com mais entendimento desta relação de estranhamento em produção de ordem não material.

Ainda dissertando sobre as características e impactos do processo de estranhamento, Mészáros (2006, p. 78), nos alerta para a impossibilidade de o ser humano, sob bases mercadológicas, desenvolver plenamente suas possibilidades de apropriação daquilo que é produto de sua atividade, para além da impossibilidade, já mencionada, de se realizar no exercício de suas capacidades produtivas. Cita, por exemplo, a capacidade socialmente estabelecida de captar a beleza visual (já que apenas a posse de olhos não nos possibilita tal atividade). O ser humano alienado está preso à esfera da utilidade; isso acarreta um extremo empobrecimento dos sentidos humanos. O mesmo autor vai chamar de “mediações de segunda ordem” (p. 228), esta capacidade socialmente construída. Acima mencionamos “segunda natureza”. Acontece que esta mediação, no dado momento- sociedade de classes, mercadológica-, é determinada pelo estranhamento. Por isso o olho não consegue captar, em sua plenitude, a beleza visual. Não percamos de vista esta informação: é uma mediação socialmente estabelecida e historicamente situada.

Também acima pontuamos que em uma sociedade estranhada, os sujeitos têm como natural as condições colocadas. Alguns exemplos foram utilizados. Citamos, também, alguns conceitos: “compreensão passivamente sofrida”; “apropriação em-si”; “não-efetivação das possibilidades historicamente produzidas de objetivação consciente, social, livre e universal.”; “estranhamento”; “mundo regido por leis independentes da vontade dos homens, um mundo

32 Nas palavras do autor: “Brecht reconhecia que essa estética refletia uma convicção ideológica que o mundo era fixo, determinado e imutável, e de que a função do teatro era oferecer um entretenimento escapista para os homens aprisionados nessa suposição. Contra isso, ele postula a concepção de que a realidade é um processo descontínuo e mutável, produzido pelos homens e, portanto, passível de transformação” (EAGLETON, 2001, p. 116)

hostil”; “separação entre sentido e significado” e “desejetivação, perda do objeto e servidão ao objeto, estranhamento”. Estas são, podemos dizer, consequências de um processo de estranhamento e, antes disso, são expressões do próprio fenômeno.

Devido a importância que estas expressões ganham em nosso trabalho, vamos observá-las mais de perto. Para entendermos como se dá o estranhamento na Cultura Corporal é preciso que entendamos a fundo esta situação histórica. Para tal, vamos, a partir daquilo que é apontado por Duarte (2009), aprofundar no entendimento da individualidade em-si e individualidade para-si.

O autor apresenta uma questão que nos parece bastante pertinente: “[...] por que a atividade humana pode ser ao mesmo tempo consciente e alienada?” (p. 83). Esta questão nos permite afirmar que quando tratamos do estranhamento não estamos pensando seres humanos “zumbis”, ou seja, seres humanos totalmente desprovidos de qualquer entendimento do seu entorno, agindo apenas para manter uma sobrevivência instintiva. Existe um determinado grau de consciência mesmo nas ações estranhadas: “[...] as ações, mesmo na atividade alienada, são dirigidas por objetivos conscientes.” (p. 88). É neste momento que inicia a definição de individualidade em-si e para-si.

Na socialidade em-si os homens se relacionam com as condições sociais da existência humana da mesma forma que se relacionam com as condições naturais, ou seja, como pressupostos de sua atividade e não como objetivações humanas. Os homens vivem a socialidade, mas não mantêm uma relação consciente com ela. Em outras palavras, há uma **identificação espontânea** entre o indivíduo e as condições objetivas de sua existência. (DUARTE, 2009, p. 164, grifos nossos).

Interessa-nos neste momento, a expressão “identificação espontânea”. Ela nos possibilita entender como o sujeito se relaciona com seu entorno; com um grau de entendimento, mas um entendimento espontâneo; como bem falou o autor, como se pressupostos destas fossem. Por isso que acima citamos que o indivíduo tem como natural as condições colocadas.

A formação desta individualidade se dá no campo daquilo que o autor chama de cotidiano. Ao se apropriar de genericidade em-si, ou seja, cotidianas, os seres humanos formam a sua individualidade em-si.

Ao aprender a utilizar os objetos humanos, isto é, ao se apropriar do seu significado social, a criança está agindo no âmbito das objetivações genéricas em-si e está constituindo sua individualidade em-si. **Ela não precisa manter uma relação consciente com essa objetivação genérica para fazer dela um órgão de sua individualidade.** (p. 177, grifos nossos).

Estas objetivações genéricas aparecem ao sujeito, não como objetivações próprias, mas como pressupostos de suas atividades. Mais uma vez: algo dado, natural, independente dele.

Isto não quer dizer que a formação da individualidade em-si seja sinônimo de estranhamento e, portanto, numa suposta sociedade “desestranhada”, a individualidade em-si perde existência. Parece-nos que esta fase se desenvolve independente de época. De outro lado, ao se perpetuar esta fase no processo de formação, temos a aproximação com o processo de estranhamento.

O indivíduo não se forma enquanto um ser alienado pelo fato dele apropriar-se da genericidade em-si e objetivar-se enquanto individualidade em-si, mas sim quando isso se constitui a finalidade central de sua vida, ou nas palavras de Marx (1990:80), quando se transforma ‘sua **essência** em um simples meio de sua existência’. (DUARTE, 2009, p. 177, grifos do autor).

Ou seja, ao se perpetuar como finalidade central de sua vida, esta individualidade em-si transpõe a fase da necessidade humana, condição de existência, e passa a se constituir como elemento de negatividade: estranhamento. Sua vida passa a ser regida pela generalidade em-si. As palavras de Marx, na citação, remetem ao que pontuamos acima; de que a atividade vital humana, ou seja, sua essência, tornou-se um mero meio de sua existência. Ficamos, portanto, com a expressão individualidade em-si alienada.

O indivíduo para-si não elimina do seu ser individual, da sua vida individual, das suas objetivações e apropriações, a individualidade em-si, pelo fato de que ele não elimina a genericidade em-si. **O que ocorre é que sua vida é dirigida não pela genericidade em-si, mas sim pela genericidade para-si.** (DUARTE, 2009, p. 180, grifos nossos).

A transposição do processo de individualidade em-si para individualidade para-si, ocorre no campo do não cotidiano.

O que ocorre é que ele manterá uma relação cada vez mais consciente com as formas pelas quais, subjetiva e objetivamente, ele reproduz em sua vida, tanto a alienação quanto a humanização, e estará em constante processo de superação das formas de produção e reprodução da alienação das quais já tomou consciência. (p. 180)

Constituem-se como espaços não cotidianos, aqueles que tratam da ciência, arte, a filosofia, etc. Isto nos permite defender uma escola que não esteja permeada pelo cotidiano dos estudantes, mas que se apresente a este como espaço de não cotidiano, como espaço que possibilita a transposição da individualidade em-si (e estranhada) para uma individualidade para-si; ainda que tenhamos claro que se trata de um processo ininterrupto, que tem na destruição das condições objetivas estranhadas, condição para seu desenvolvimento pleno.

Precisaremos de mais duas citações para caracterizar esta transposição:

O indivíduo para-si é o ser humano cuja individualidade está em permanente busca de se relacionar conscientemente com sua própria vida, com sua individualidade, mediado pela também constante busca da relação consciente com o gênero humano. A dinâmica desse processo é a relação entre objetivação e apropriação, ou seja, o indivíduo se apropria das objetivações genéricas em-si e faz delas mediadoras entre sua consciência individual e as formas pelas quais ele objetiva sua individualidade ao longo de sua vida. Essa individualidade é constante objeto de reapropriação pelo indivíduo para-si, na busca do seu desenvolvimento de forma coerente com a relação que o indivíduo pretende manter entre sua vida e a objetivação do gênero humano. (p. 184-185).

[...] a formação da individualidade para-si é a formação da relação consciente com a genericidade, isto é, da capacidade de escolha livre e consciente daquilo que nas objetivações genéricas se torna necessário para que a objetivação individual se realize de forma cada vez mais plena e rica, mas por outro lado, é justamente a relação com as objetivações genéricas que vai criando a necessidade subjetiva delas para a objetivação individual. Não existe liberdade de escolha quando não existem situações reais (objetivas e subjetivas) onde essa escolha possa se efetivar. (p. 185).

Sem esta mediação, por conta das condições objetivas pautadas na mercadorização das relações humanas, a individualidade em-si é campo fértil para o processo de estranhamento. O sujeito entende como natural as condições que lhe são colocadas e a relação hierárquica destas: econômicas, familiares, etc. Entende como natural o cotidiano por ele seguido e não por ele determinado.

Retomando o debate do sentido e significado, o sujeito estranhado, ainda que tenha consciência da sua atividade – tecer fio- não mantém um pleno entendimento da mesma³³. Isto por que, como pontuamos acima, existe uma separação entre o que o motivou a agir e a atividade em si. O que motiva a atividade de tecer o fio é o salário. Sua condição essencial torna-se apenas um meio de vida. E esta condição se apresenta como um pressuposto de vida – e não uma objetivação humana, como algo do qual ele não pode fugir, algo dado, imutável. Eis uma consciência em-si estranhada.

Ao fim do capítulo retomaremos os conceitos que utilizaremos para observar a Cultura Corporal. Antes, precisamos reiterar, desta vez, de forma mais elaborada, o que queremos falar quando citamos que este é um fenômeno social de caráter histórico.

Algo tão bem arquitetado pelo Capital; para olhos desatentos, melhor, olhos que tomam como natural as condições colocadas, ou seja, tomam como pressupostos, objetivações próprias dos seres humanos; este fenômeno pode ser caracterizado como algo eterno, o famoso “sempre foi assim e sempre será”.

Este é o exato momento em que reafirmamos ser esta uma característica social de caráter histórico.

Na verdade, abstraída a presença do capital como elemento determinante da sociabilidade moderna, o simples fato de existir um produto excedente não engendra qualquer determinação econômica no que toca à sua apropriação: o que torna estável a relação entre produção e apropriação quando o excedente agrícola surge pela primeira vez, na medida mesma em que, graças a isso, tanto riqueza da sociedade quanto o seu poder têm que ser mantidos, é a presença de uma determinação política de princípio como poder regulador da sociedade. (RANIERI, 2000, p. 42-43).

33 Ainda que tenha que manter um mínimo de consciência da atividade pelo próprio ofício em si. Se ele não souber nada sobre, sequer pode trabalhar tecendo fio. Por isso reafirmamos que existe certo grau de consciência da atividade.

Ou seja, não se trata de uma consequência natural do processo de produção do excedente. Foram necessárias determinadas condições históricas para que as produções humanas estranhassem-se dos produtores.

Antes dessas o que tínhamos era uma pretensa plenitude dos ser primitivo. De outro lado, Duarte (2009), citando Marx, condena ao sentimento de nostalgia da plenitude primitiva, como se a volta a este passado fosse a solução possível contra a lógica do Capital. Isso por que nesta a plenitude era alcançada por conta do fato de os seres primitivos não estarem desenvolvidos totalmente no que tange às atividades autônomas e, portanto, presos à dependência total ao coletivo e à natureza. É justamente na plenitude destas atividades autônomas- fruto da sociedade que universaliza a alienação- que pode surgir a plenitude da atividade humana. A universalização das relações humanas mundiais, mediadas pelo mercado, permitiram aos seres humanos a universalização de suas faculdades. O que acontece é que esta plenitude de desenvolvimento do gênero humano é feito às custas do estranhamento dos sujeitos.

Aqui o termo polêmico “necessário” aparece, assim como apareceu no Manifesto do Partido Comunista (ENGELS e MARX, 1998), e nos próprios Manuscritos de 1844, para nos lembrar da realidade que existe fora e independente de nossa vontade e que se torna um equívoco querermos montar a história da humanidade pela nossa lógica; seja ela burguesa, seja ela socialista. Precisamos encarar o quanto foi necessário para o desenvolvimento do gênero humano o processo de alienação e, em certa medida, estranhamento. Acontece que mediado por estas relações, esta universalização é pautada pela negação do indivíduo, pelo estranhamento individual.

Precisamos, mais uma vez, entender a unidade entre o ontológico e o histórico. De um lado uma condição essencial, ou seja, a universalização das capacidades humanas pelo “afastamento” do coletivo e da natureza; de outro, a contingência histórica de uma sociedade de classes que ao invés de possibilitar a todos esta plenitude, se desenvolve às custas da negação de muitos indivíduos.

Este é o exato momento em que podemos recolocar uma pergunta apontada no início do capítulo. Trouxemos duas citações polêmicas dos Manuscritos de 1844: “[...] se a propriedade privada aparece como fundamento, como razão do trabalho exteriorizado, **ela é antes uma consequência do mesmo [...]**” (grifos nossos) e “A propriedade privada é, portanto, **o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado**, da

relação externa (*ausserbung*) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo”. Em seguida questionamos: “Como pensar na propriedade privada enquanto consequência da ação criadora do ser humano – o trabalho? Estaria Marx defendendo uma pretensa naturalização da propriedade privada, já que esta aparece como desdobramento da ação fundante da espécie humana? Seria esta uma análise a-histórica feita por Karl Marx?”.

Pelo que colocamos acima – sobre a condição sócio histórica do estranhamento – podemos agora responder às indagações, imediatamente acima recolocadas. A externalização, a objetivação e o afastamento, condições essenciais para o desenvolvimento do ser humano, além desta característica, trazem em seu bojo a possibilidade de que outrem se aproprie daquilo que produzi. Não nos enganemos, falamos de possibilidade. Para que estas se caracterizem enquanto realidade, é preciso que algumas condições objetivas estejam colocadas. As condições objetivas a que nos referimos são as relações sociais capitalistas ou, nas palavras de Ranieri (2000): “uma determinação política de princípio como poder regulador da sociedade.”. Por isso propriedade privada como consequência. Nesta análise, ela aparece como consequência de um fenômeno essencial: a exteriorização. Mas só pode se estabelecer por conta das relações sociais. É preciso, também, reforçar, que o próprio Marx, nos mesmos Manuscritos, afirma que com o desenvolvimento das relações sociais, propriedade privada e externalização, se confundem, não se identifica mais precedências.

Não se trata, portanto, da naturalização da propriedade privada, mas sim de que esta forma de apropriação só foi possível por uma característica fundante dos seres humanos. É disso que se trata a citação de Karl Marx.

Esta explicação ainda nos ajuda a entender algo que já colocamos neste capítulo: a unidade entre objetivação e estranhamento. Após as explicações acima, podemos concluir que existe uma relação de unidade, da determinação de um pelo outro, por conta das condições objetivas já tão tratadas neste material. A objetivação na sociedade capitalista se dá a partir da alienação; neste caso, estranhamento. Resguardamos assim a identidade de cada conceito, mas entendendo-os não como expressões abstraídas da realidade. Entendemos objetivação e estranhamento a partir da sua aparição no real.

Este caráter histórico é reforçado por Mészáros (2006, p. 40):

‘Alienação’ é um conceito eminentemente histórico. Se o homem é alienado, ele deve ser alienado com relação a alguma coisa, como resultado de certas causas- o jogo mútuo dos acontecimentos e circunstâncias em relação ao homem como sujeito desta alienação- que se manifestam num contexto histórico. Do mesmo modo, ‘transcendência da alienação’ é um conceito inerentemente histórico, que vislumbra a culminação bem-sucedida de um processo em direção a um estado de coisas qualitativamente diferente.

Finalizamos este capítulo resgatando as expressões de estranhamento já devidamente explicadas e que nos serão úteis quando do trato do fenômeno no campo da Cultura Corporal. De todas que utilizamos, destacamos: “compreensão passivamente sofrida”; “apropriação em si”; “não-efetivação das possibilidades historicamente produzidas de objetivação consciente, social, livre e universal.”; “estranhamento”; “separação entre sentido e significado”; “identificação espontânea” e “desefetivação, perda do objeto e servidão ao objeto”. Adicionamos a estas que quando tratamos do fenômeno do estranhamento, estamos nos referindo ao estranhamento do produto, do processo, de si e do gênero humano.

O objetivo é observa-las no seio daquilo que convencionamos chamar de Cultura Corporal. Como podemos observar este fenômeno- o estranhamento- no campo de uma produção humana não material? Quais características objetivas e subjetivas do estranhamento no campo da Cultura Corporal?

Antes, precisamos nos deter no trabalho de definir, não como um dicionário de conceitos, o que vem a ser Cultura Corporal.

3 MAS AFINAL, O QUE É CULTURA CORPORAL? UM DEBATE ONTOLÓGICO

A evolução vertiginosa do capitalismo rumo à barbárie só faz acentuar nossa determinação de rejeitar o simplismo e a incerteza e trazer o rigor da história para o centro das explicações mantendo o princípio dialético da unidade do lógico e do histórico nas suas funções de esclarecimento, valorização e prognóstico do real para que a ação subsequente seja no marco da revolução. (TAFFAREL e ESCOBAR, 2013, p.3)

No capítulo anterior dividimos a discussão basicamente em dois momentos: no primeiro, realizamos o debate sobre a alienação, objetivação; no segundo, sobre o estranhamento. Alertamos o leitor de que esta divisão apenas cumpriria o papel didático expositivo. Tratava-se de uma unidade, da determinação de um pelo outro. Até sugerimos de que se tratava de uma “divisão/diálogo” entre o debate ontológico – objetivação- e o debate histórico – estranhamento.

Pois bem, partiremos agora para uma discussão que cumprirá papel semelhante. Porém, desta vez dividiremos o debate em dois capítulos. Neste, abordaremos a questão da Cultura Corporal em sua dimensão ontológica, ou seja, ainda sincreticamente falando, fruto da relação dos seres humanos com a natureza e da relação dos seres humanos entre si. No próximo capítulo abordaremos a questão do estranhamento neste mesmo campo. Utilizaremos para isso as mesmas ideias de Duarte (2009) ao afirmar que o debate da objetivação e apropriação torna-se abstrato caso não leve em consideração a base material sob a qual se ergue e, portanto, uma base material de estranhamento.

O objetivo maior ao fim do próximo capítulo é o de entender o fenômeno do estranhamento nesta dimensão da produção humana como, aliás, já apresentamos na introdução deste trabalho. No entanto, acreditamos poder iniciar este debate resgatando alguns elementos para caracterizar o que estamos entendendo por Cultura Corporal.

Para nos ajudar na tarefa que segue, realizaremos uma breve síntese sobre um debate precedente a este: o debate sobre a Cultura. Alertamos o leitor de que não se trata de um estudo sobre a Cultura. Sabemos muito bem que este não é um tema pouco complexo e, portanto, não seria prudente de em breves palavras chegar numa síntese aprofundada sobre a temática. Apenas, a partir dos estudos de, fundamentalmente, White e Dillingham (2009),

Chauí (2007) e Leontiev (1978), pretendemos elencar elementos centrais sobre Cultura que nos ajudam a entender a Cultura Corporal. Desejamos ser essencialmente cobrados por esta tarefa e contingencialmente cobrados por aquela.

3.1 CULTURA

Se estabelecêssemos uma regra, a de iniciar o debate pela etimologia do termo e permanecer com este entendimento, poderíamos encontrar alguns problemas já que a etimologia da palavra cultura tem como matriz o termo latim *colere*, que significa cultivar. Nisso; cultura da terra, agricultura; cuidado com crianças, puericultura; deuses e o sagrado, culto (CHAUÍ, 2007, p. 20). Porém, para este trabalho, nos interessa bastante o entendimento de cultura, sistematizado no século XVIII, ou seja, tendo esta como sendo semelhante ao processo de civilização.

Antes do processo eminentemente civilizatório, cabe lembrar de passagem que os seres humanos, em seu processo evolutivo, viveram um longo período de determinação biológica, “Neste estágio reinavam ainda sem partilha as leis da biologia.” (LEONTIEV, 1978, p. 262). Chamado período de preparação biológica do ser humano, de hominização.

Seguindo a este, temos o período de passagem ao homem, onde as leis biológicas passarão a conviver com outras formas de desenvolvimento, desta vez, sócio-históricas; “em resumo, o seu desenvolvimento biológico tornava-se dependente do desenvolvimento da produção.” (p. 262).

Aqui, e apenas aqui, se justifica falar de uma relação de interação entre algo de minha própria biologia que interage com o ambiente, moldando assim as características humanas. Falamos do homem de Neanderthal. Pensamos ter trazido no primeiro capítulo, elementos suficientes para desmistificar esta ideia de interação no processo atual de desenvolvimento humano. Mais alguns elementos, veremos abaixo.

Estes dois grandes períodos foram importantes para possibilitar aos seres humanos um desenvolvimento biológico tamanho que nos permite identificar nossa espécie, tal qual outros animais. Permite-nos chegar a um determinado patamar de desenvolvimento natural que serve de base para o terceiro período desta progressão.

Na realidade, a formação do homem passa ainda por um terceiro estágio, onde o papel respectivo do biológico e do social na natureza do homem sofreu nova mudança. É o estágio do aparecimento do tipo do homem atual — o *Homo sapiens*. Ele constitui a etapa essencial, a viragem. É o momento com efeito em que a evolução do homem se liberta totalmente da sua dependência inicial para com as mudanças biológicas inevitavelmente lentas, que se transmitem por hereditariedade. *Apenas* as leis sócio-históricas regerão doravante a evolução do homem. (LEONTIEV, 1978, p. 262, grifos do autor).

A partir deste momento, não mais leis biológicas regem o desenvolvimento humano. As propriedades biológicas herdadas dos períodos anteriores, permitem aos seres humanos um desenvolvimento sócio-histórico ilimitado³⁴.

Assim como frisamos no primeiro capítulo, se não mais algo interno determina o desenvolvimento do gênero humano, esta determinação só pode vir de algo externo a este. Decorre daqui o exato momento em que precisamos desenvolver, a partir do referencial utilizado, o conceito de cultura que nos interessa. “Na espécie humana, a organização social não decorre da estrutura corporal, mas de uma tradição suprabiológica exterior, justamente a que chamamos de cultura” (WHITE e DILLINGHAM, 2009, p. 24). Até então, esta definição é bastante abrangente e enquadra uma infinidade de produções.

No intuito de ratificar a especificidade humana do termo cultura, White e Dillingham (2009), apresentam o conceito de “Simbologizar”; capacidade puramente humana de atribuir significado a coisas e acontecimentos do mundo externo, além de entendê-los (p. 9). Tal capacidade extrapola os limites dos órgãos do sentido. Por exemplo: a água é um componente externo que pode ser captado pelos sentidos. Mas tal tarefa pode também ser cumprida pelos animais. De outro lado, emitir um significado a esta água - por exemplo, água-benta- é algo só possível pelo processo de simbologizar. Dar caráter de sagrado à água não é algo que possa ser executado pelo paladar. Só quem tem a capacidade de atribuir significados de forma livre e arbitrária, ou seja, simbologizar, pode cumprir tal tarefa.

Podemos retomar o significado do termo, sintetizando o entendimento sobre a questão de uma produção externa – um conceito abrangente- com o processo de simbologizar – que por

34 Sem esquecer do que abordamos no primeiro capítulo; de que existem limites biológicos os quais uma vez rompidos podem colocar em risco a vida dos seres humanos. O próprio Leontiev, em outra passagem do texto, nos lembra disso: “Não queremos com isto dizer que a passagem ao homem pôs fim à ação das leis da variação e da hereditariedade ou que a natureza do homem, uma vez constituída, não tenha sofrido qualquer mudança. O homem não está evidentemente subtraído ao campo de ação das leis biológicas.” (p. 263). De outro lado, as leis sócio-históricas nos permitem avançar para além de limites outrora mais reduzidos.

si só delimita enquanto produções essencialmente humanas. Pensamos que o conceito só pode ser atribuído como algo realmente de tamanho ilimitado, da mesma forma como são as produções humanas. Sendo assim:

[...] o termo cultura passa a ter uma abrangência que não possuía antes, sendo agora entendido como produção e criação de linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas de trabalho, dos modos de habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais – particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família – das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte. A cultura passa a ser compreendida como o campo em que os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, a direção da linha do tempo (passado, presente e futuro), as diferenças no interior do espaço [...], os valores do verdadeiro e do falso, o belo e o feio, o justo e o injusto – que instauram a ideia de lei e, portanto, do permitido e do proibido, determinando o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano. (CHAUÍ, 2007, p. 24).

Esta longa citação nos ajuda a ratificar o sentido de abrangência ilimitada da cultura, bem como de ser esta uma composição externa à dimensão biológica humana, assim como de ser algo específico desta mesma espécie.

Não só aquilo que é produzido – e externo- aos seres humanos, pode ser pensado como cultura. Também “[...] a energia humana, o movimento, o trabalho utilizado em sua constituição – em outras palavras, as capacidades, habilidades ou aptidões formadas e desenvolvidas no mesmo processo de criação dos objetos da cultura.” (MELLO, 2009, p. 365).

A mesma autora aponta o que para nós é uma síntese, ainda que momentânea, bastante pertinente: a da cultura como fonte do processo de humanização (p. 366).

Esta abrangência ilimitada, de certa forma, permitiu aos estudiosos atribuir determinados recortes para melhor estudar algumas especificidades deste conceito amplo. Nisso temos a cultura material e não material; cultura material e intelectual (LEONTIEV, 1978, p. 264); cultura de país X e país Y; cultura erudita e cultura popular³⁵; e, até mesmo, Cultura Corporal. Definições que, embora garantam o entendimento das particularidades, não devem perder de vista a unidade com o geral; daquilo que acima definimos.

35 Ainda que saibamos que tal definição é extremamente polêmica. Mais a frente abordaremos o tema.

Algo de fundamental importância para o desenvolvimento do entendimento sobre o que é cultura, é entender sua função. Se, de um lado, o fato de não ser determinado por limites biológicos pré-estabelecidos pela espécie, me possibilita um desenvolvimento ilimitado, por outro, torno-me dependente destes elementos externos, só possíveis de serem apropriados por um processo ativo de educação. É neste momento que White e Dillingham (2009, p. 98) vão nos ajudar ao definir que “a função da cultura é tornar a vida segura para a espécie humana pelo controle sobre o habitat e as forças da natureza”.

Esta definição clara pode levar à interpretações um tanto quanto polêmicas.

Os autoressupracitados vão tratar do desenvolvimento e do progresso da cultura. Por que polêmico? Pois esta definição nos leva inevitavelmente a uma possibilidade de comparar culturas diferentes. Se de um lado refutamos a relativização e subjetivação das coisas, de outro, resgatamos, nas palavras de Chauí (2007), uma preocupação a partir de fatos históricos concretos. O etnocentrismo, por exemplo, tinha a cultura europeia enquanto *télos*, ou seja, enquanto fim, enquanto projeção ideal. Este sentimento justificou inicialmente a colonização, posteriormente, o imperialismo.

Mas vejamos o que White e Dillingham (2009, p. 43) falam quando se referem à desenvolvimento, à evolução:

O termo desenvolvimento, ou progresso, conforme usado aqui, quer dizer controle sobre as forças da natureza por meios culturais, de modo que a vida se torne mais segura e duradora para as pessoas naquela cultura em particular. Os termos não são julgamentos subjetivos de valor; são objetivos e mensuráveis.

E, portanto, a definição objetiva de mais ou menos desenvolvido, não é necessariamente o motor da dominação de uma nação sobre a outra. Quando muito, esta diversidade de progresso pode se caracterizar como uma condição que possibilita a dominação, mas não é ela já a dominação. Para que uma determinada nação entenda que tem o direito de dominar outra em nome de seu progresso, é preciso que as condições objetivas para isso, ou seja, as relações sociais de classe, estejam estabelecidas. Lembremos a relação entre a exteriorização e o estranhamento. A primeira possibilita a segunda, mas o pano de fundo, o motor, o que de fato instrumentaliza o estranhamento é a propriedade privada e a divisão social do trabalho.

Este campo, ainda que polêmico, mantém coerência com o que acima vemos apontando como sendo cultura; algo externo à natureza biológica humana, de caráter ilimitado, que permite aos seres humanos resolver os problemas colocados pela natureza ou – algo novo neste capítulo- pelas necessidades da imaginação, psicológicas, “espirituais”.

Isto ajuda a refutarmos qualquer tipo de conhecimento que avalia seres humanos mais ou menos evoluídos a partir de elementos biológicos – um dos argumentos da colonização. São suprabiológicos os elementos que aferem desenvolvimento. Como exemplo: “[...] compreende-se melhor Beethoven no contexto de um relato culturoológico da evolução da música do mundo ocidental, capaz de mostrar como essa tradição musical o influenciou, do que pelo exame de seus nervos e órgãos dos sentidos” (WHITE e DILLINGHAM, 2009, p. 78). O grande pianista, por exemplo, não nasceu um grande pianista, não tem o dom do piano, não é uma dádiva divina – aliás, sobre isso, se quiserem ser coerentes com a determinação divina, necessário se faz que avaliem as dádivas positivas e as dádivas negativas. Algo impensável para um determinado segmento social, as religiões, que apenas denotam bondade, justiça, igualdade. É vital que os seres humanos se objetivem ao se apropriar destes elementos externos da cultura; no exemplo acima, do piano.

[...] o ‘gênio’ é apenas uma potencialidade abstrata, antes de articular-se em resolução a algum conteúdo específico, em resposta às exigências objetivas de uma situação historicamente dada. No sentido abstrato – como ‘capacidade cerebral fenomenal’, etc. – o gênio existe sempre, mas é desperdiçado, irrealizado ou desgastado em atividades e produções que não deixam marca. (MÉSZÁROS, 2006, p. 76).

Esta não é uma afirmação que circularia sem problemas pelos círculos sociais atuais. Elencamos aqui como suspeita de que a ideia de uma superioridade dada interessa única e exclusivamente aos detentores do poder³⁶. Aos dominados resta reproduzir ideologicamente o discurso; ora reconhecendo a superioridade de outrem, ora aceitando passivamente sua

36 No modo de produção feudal, esta superioridade era encarada como mandamento divino. Homens e mulheres já nasciam com suas posições bem definidas; não é a toa que ser Rei atendia a um mandato de deus. A classe revolucionária de então, a burguesia, questionou este poder reivindicando a existência como parâmetro de superioridade ou inferioridade. Ao passo que esta classe assume o poder, passa a fundamentar sua defesa na mesma ideia de superioridade, desta vez desvinculada do poder divino; agora, a mesma existência é quem determina. A lógica concorrencial determina os superiores e os inferiores. Uma pretensa justiça que tenta anular a negatividadeda divisão de classes, os privilégios, as vantagens destes em relação aos ditos inferiores.

inferioridade, sua incompetência. E, portanto, o polo se inverte; ao invés de possibilitar acesso à cultura evoluída como condição para a evolução humana, justifica-se a divisão cultural – reflexo da social- pela capacidade diferenciada entre os seres humanos.

O que vai determinar a desigualdade entre culturas não é o desenvolvimento cultural pautado na resolução diferenciada de problemas práticos em relação à natureza, ou seja, algo objetivamente estabelecido. Quem vai determinar esta desigualdade é a sociedade de classes: “[...] a sociedade de classes institui a divisão cultural”. (CHAUI, 2007, p. 27).

Ou mais:

Graças aos estudos e as críticas da ideologia, sabemos que o lugar da cultura dominante é bastante claro: é aquele a partir do qual se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social. Mas esse lugar também torna mais nítida a cultura popular como aquilo que é elaborado pelas classes populares e, em particular, pela classe trabalhadora, segundo o que se faz no polo da dominação, ou seja, como repetição ou como contestação, dependendo das condições históricas e das formas populares de organização. (CHAUI, 2007, p. 29).

Em síntese: temos no campo da cultura uma expressão da base material. Sendo esta desigual, no campo da cultura verificaremos esta mesma desigualdade. Não consideramos a desigualdade na base material como uma determinação unilateral em relação aos processos de consciência social. Se a base material pauta-se no conflito entre interesses antagônicos, a expressão suprabiológica, ou seja, a cultura, será, também expressão disso; no caso da classe trabalhadora, “[...] como repetição ou como contestação [...]”.

A cultura pode variar no tempo, espaço e com os povos. Acima mencionamos que não existe uma anulação dos caracteres biológicos; eles não só se mantêm presentes, como, em um largo período de tempo, se mantêm em movimento. Porém, não são determinantes na definição de mais ou menos evoluído. Em igual teor não mantêm relação no que agora colocamos, ou seja, a variação da cultura: “[...] uma análise do organismo humano é relevante e necessária em um discurso da origem e da função da cultura, mas é supérfluo e questionável em uma discussão das variações da cultura.” (WHITE e DILLINGHAM, 2009, p. 33).

Sobre o tempo, as modificações que ocorreram na Cultura Brasileira em se comparando o período colonial e o século XXI independem de modificações biológicas neste mesmo povo

brasileiro. Cabe, aliás, pontuar que não necessariamente estas modificações são promovidas pelo tempo; em alguns casos existe uma difusão de uma cultura sobre outra. Igual fundamento podemos utilizar ao se comparar povos; pouco importa a composição física de um Escocês que usa saia e um Brasileiro que usa bermuda, por exemplo. E, por fim, variação pelo espaço que sofre influência do meio ambiente e da localização.

Já que não se trata de um estudo aprofundado sobre cultura, pensamos ser possível sistematizar uma definição que vai nos ajudar no passo seguinte: a definição da Cultura Corporal.

Desta forma temos a cultura como um conjunto de produções essencialmente humanas – pela capacidade de simbologizar -, suprabiológicas, ou seja, externas às condições biológicas humanas – ainda que dependentes de um desenvolvimento biológico anterior -, de possibilidades de desenvolvimento ilimitados. Estas possibilidades estão assentadas em duas categorias por nós trabalhadas no capítulo anterior: trabalho e acúmulo histórico. É justamente esta capacidade humana- a do trabalho- que possibilita que esta espécie produza suas condições de vida de forma não diretamente dependente de desenvolvimentos biológicos. Pensamos já ter falado o suficiente no capítulo anterior sobre estes elementos. Cabe aqui apenas ratificar que o desenvolvimento desta relação – ser humano e natureza- se complexifica de tal maneira que nos possibilita aqui citar a cultura como elemento ilimitado de desenvolvimento e determinante maior de desenvolvimento humano.

Passamos agora a pensar um dos recortes possíveis no estudo sobre a cultura: a cultura corporal.

3.2 MAS AFINAL, O QUE É CULTURA CORPORAL?

Ao se propor definir o conceito de uma produção humana, algumas armadilhas se colocam à nossa frente. Uma delas é aquela em que se engessa determinados conceitos como se desprovidos de história fossem. Se assim o fosse não precisaríamos de mais do que uma simples pesquisa em dicionários. Faremos o movimento contrário, ou seja, propomo-nos definir nosso entendimento do que seja Cultura Corporal a partir da premissa de que tudo está em movimento. Se, de um lado, o entendimento de que este é um conceito em movimento, nos impõe sucessivas visitas à prática social, de outro, isto não nos isenta de definir elementos centrais que nos ajudem a entender do que estamos tratando.

Antes, ressalvas!

É de conhecimento de boa parte dos que lerão esta monografia que este conceito torna-se conhecido no Brasil a partir da obra “Metodologia do ensino da Educação Física”, escrita por aqueles que ficaram conhecidos como “Coletivo de Autores” (Carmem Lucia Soares, Celli Taffarel, Elizabete Varjal, Lino Castelani Filho, Michele Ortega Escobar e Valter Bracht), em 1992. A obra foi escrita num dado contexto e deve ser avaliada a partir deste. O que está longe de ser sinônimo de isenção de críticas.

Por conta de algumas questões objetivas – necessidade de uma resposta rápida ao que vinha sendo produzido na área, necessidade de um consenso possível entre os autores, falta de aprofundamento em determinados assuntos- alguns elementos não foram desenvolvidos de forma radical; dentre eles, Cultura Corporal. Portanto, não acharemos na obra o aprofundamento para além do que lá esteja: uma definição pelas expressões: jogo, esporte, ginástica, etc.: “[...] uma prática pedagógica que no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, **formas estas que configuram uma área do conhecimento que podemos chamar de cultura corporal.**” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 50, grifos nossos).

Ainda assim, já na obra, existem pistas que devemos seguir para poder aprofundar no entendimento. A defesa por uma pedagogia que seja diagnóstica, judicativa e teleológica (p. 25). A ideia de “provisoriedade do conhecimento” (p. 33) que indica que o mesmo foi constituído em uma dada época, que é uma representação do real no pensamento (p. 33) e, também, que é socialmente construído e historicamente acumulado (p. 39). A defesa da formação de um indivíduo que ao se reconhecer enquanto sujeito histórico pode entender que pode guiar os rumos de sua vida (p. 40). A afirmação de que uma prática pedagógica surge das necessidades sociais concretas (p. 50). A defesa do trato pedagógico do esporte “[...] evidenciando-se o sentido e significado dos valores que inculca e as normas que o regulamentam dentro de nosso contexto sócio-histórico” (p. 41). Ou, ainda tratando do esporte, o entendimento do que este, por ser sócio-historicamente constituído, representa as características da sociedade capitalista (p. 70). Temos aqui, já, o embrião do que pretendemos desenvolver nas páginas que seguem. Observamos já a estruturação da abordagem a partir dos pressupostos marxistas: materialismo como princípio da determinação e dialética como lógica do pensamento.

A segunda ressalva – que tem relação com a primeira- se direciona ao próprio termo. Este talvez não represente fielmente aquilo que se quer expressar. Não poderia ser diferente diante do que acabamos de afirmar. Do jeito como é dito pode levar à confusão de reconhecer que se existe uma cultura corporal, existiria uma cultura que não é corporal. Kunz (2004, p. 20), por exemplo, vai afirmar que o termo reforça o dualismo corpo e mente. Isto seria um problema! Por hora, cabe lembrar o que já falamos: de que em nome da definição de recortes de estudo, os estudiosos da cultura limitaram alguns campos. Cultura corporal pode ser entendida como um deles. Contudo, mantemos a posição de que isso não anula a ideia principal da crítica: a de que toda cultura por ser humana, seria corporal.

Porém, cabe analisar esta ressalva tendo como contexto o que foi dito na primeira. O termo, neste momento, serve para identificar determinada abordagem da Educação Física – conhecida como Crítico-superadora. E, portanto, neste momento, o termo é o que menos interessa. Em se reconhecendo a ideia expressa por detrás do termo, a mudança deste é tarefa de menor gasto de energia.

No momento damos, a essa área de conhecimento que se constrói a partir dessas atividades, a denominação de ‘Cultura Corporal’, não obstante seja alvo de críticas por ‘sugerir a existência de tipos de cultura’. Pensamos não haver, no momento, necessidade de polemizar a tal respeito, apenas queremos destacar que, para toda interpretação, deve prevalecer a conceituação materialista histórico-dialética de cultura. Assim entendido, a manutenção do nome, é secundária. Aliás, parece-nos sugestivo de um certo vínculo de familiaridade com o ideário que as pessoas têm da Educação Física e isso pode ser útil para as primeiras aproximações a esta abordagem. Mais adiante poderá ser discutida a conveniência de se adotar uma outra denominação, da mesma forma em relação ao próprio nome: Educação Física. (ESCOBAR e TAFFAREL, 2013, p. 4)

De outro lado, se preferimos priorizar a mudança do termo, sugiro que comecemos por aquilo que as autoras sugerem ao fim da citação, ou seja, iniciemos pelo que tem um teor de negatividade mais elevado: Educação Física. Existe a educação do físico? O termo remete a um período de entendimento de um ser humano composto por partes; de um lado a educação intelectual, de outro a educação física. A própria definição de corpo, pretensamente mais avançada, por si só, pode nos levar a entendimentos unilateralizados do ser humano: “corpo e mente em perfeita sintonia”.

Acreditamos que esta crítica, feita em 1992, poderia ajudar no processo de constituição da obra e da abordagem crítico-superadora; pelo menos na sistematização de um termo. Feita hoje, esta ressalva, ainda que bem intencionada, nada mais faz do que tentar dar caráter de ineditismo ao que é óbvio.

Terceira e última ressalva: o uso do termo acabou sendo universalizado sem a devida análise da ideia que representa, ou seja, a simples definição de que seja “jogo, esporte, ginástica, dança, lutas, etc.”. Demonstramos isso não ser o suficiente para ter o entendimento total do que este representa. Mais uma vez recai-se no erro de entender o conceito apenas pela sua expressão prática aparente. O equívoco, no atual grau de desenvolvimento teórico em que nos encontramos, se agrava por estarmos em uma época onde é possível avançar no entendimento para além das expressões aparentes da cultura corporal.

Aliás, esta falta de aprofundamento leva a uma multiplicidade de entendimentos e de interpretações sobre o termo. De “culto ao corpo”, passando por um conjunto de atividades físicas, até como potencializadora da cidadania, a cultura corporal encarna uma infinidade de significados³⁷.

Antes mesmo de avançarmos para nossa sistematização em vistas da constituição do nosso entendimento do que seja Cultura Corporal, vale a pena responder às críticas feitas por um autor de reconhecimento nacional que tem como título de livro publicado: “Educação Física e o conceito de cultura” (DAÓLIO, 2004). A escolha da obra encontra justificativa na intenção do autor em debater sobre as diferentes utilizações do termo cultura: cultura corporal, cultura corporal de movimento, cultura motora, cultura física, etc. E, especificamente, por demandar uma parte do livro para a análise do termo por nós agora utilizado: cultura corporal.

3.2.1 “Educação Física e o conceito de cultura” ou o “inconsciente órfão”

Diferente do que fizemos acima, aqui precisaremos nos deter em algumas minúcias que são tratadas pelo autor na referida obra, da página 28 à página 35. Neste momento, as

37 Isso, a partir de uma simples pesquisa no site de busca google com o termo “cultura corporal”: http://www.google.com.br/#q=cultura+corporal&hl=ptBR&tbo=d&ei=HWT3UPbcOY388Qsv5oDgBQ&start=0&sa=N&bav=on.2,or_r_gc_r_pw_r_qf.&fp=a35a18f038dba6dc&biw=1093&bih=514

críticas feitas a outras abordagens não nos interessam. Em igual medida, não nos interessa os avanços apontados pelo autor.

Usaremos para estas respostas não só as pistas já colocadas no Coletivo de Autores – e, portanto, assumiremos a responsabilidade sobre as nossas interpretações delas. Mas, também, as produções mais atuais – inclusive de autores da obra em questão, bem como os instrumentos teóricos à nossa disposição. Hoje, diferente de 1992, temos um acúmulo histórico considerável para poder melhor delimitar o assunto.

Já que 21 anos depois fizemos a opção de manutenção da ideia de cultura corporal, devemos recrutar o acúmulo histórico para legitimar nossa escolha.

Iniciamos pela crítica da pretensa deficiência de trato da dimensão simbólica inerente ao homem. (DAÓLIO, 2004, p. 31):

[...] mostram-se insuficientes para garantir a plena valorização dos **aspectos simbólicos** das condutas humanas, aspectos estes que muitas vezes **se apresentam inconscientes para os próprios atores sociais**, além de serem diferentes de cada grupo, de bairro para bairro, de cidade para cidade. De fato, quando os autores se referem à cultura corporal como patrimônio da humanidade, enfatizam a dimensão do acúmulo de conhecimentos, das produções humanas, mas não avançam na ideia de que **os conhecimentos produzidos pelo ser humano ao longo de sua história vão sendo atualizados e ressignificados na dinâmica cotidiana de suas vidas.**(grifos nossos).

Esta parece ser não a única, mas a crítica central do autor devido ao número de vezes que cita tal problemática, ainda que em poucas páginas do livro. Esta citação sucede uma citação retirada da obra criticada que trata dos jogos, esportes, danças, etc. como “formas de representação do mundo que o homem têm produzido no decorrer da história” (p. 31) e da interpenetração dialética entre “intencionalidade/objetivos do homem” e “intencionalidade/objetivos da sociedade” (p. 31). Isto, para o autor seria insuficiente já que anula aspectos que muitas vezes se apresentam inconscientes.

E continua: “Na verdade, essa insuficiência é originária da proposição do próprio Marx, no século XIX. Ao aprofundar a discussão econômica macroestrutural da sociedade, foi enfatizada a dimensão consciente e material do ser humano, não sendo discutida a questão

simbólica” (p. 32). E, para ele, temos discussões que podem considerar as manipulações e tráfegos simbólicos entre os seres humanos, em cada contexto e local específico. (p. 33).

Parece-nos que afirmar que a forma como os seres humanos produzem e reproduzem socialmente a vida - ou seja, a base econômica - determina as representações do mundo, é uma afirmação que encontra na história da humanidade respaldo.

[...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. (MARX, 2008)³⁸.

Estrutura familiar – concepção e organização- é apenas um exemplo que pode expressar esta determinação. De uma família poligâmica (matrimônio entre grupos), até a organização familiar mononuclear atual, todas as formas são expressões da dinâmica do cotidiano econômico destes mesmos seres humanos. O que pensar, por exemplo, de uma relação mononuclear em um tipo de organização entre ser humano e natureza, numa dada época, num dado grau de desenvolvimentos das forças produtivas, caracterizadas por seres coletores, com expectativa de vida limitada, sem divisão social do trabalho, sem exploração de classes, etc.? Algo muito pouco provável.

Daí a achar que esta é uma relação unidirecional nos parece querer o autor pesar a análise numa inferência particular. Aliás, o mesmo resgata uma citação do Coletivo de Autores que trata da interpenetração dialética entre “intencionalidade/objetivos do homem” e “intencionalidade/objetivos da sociedade”, que nos ajuda a pensar a relação não de forma mecânica, mas de forma dialética. Engels(2013), escrevendo em 1890,é bem enfático ao expressar que não foi intenção dele e de Marx criar uma relação estanque de “mão única”

38 A partir de agora, usaremos algumas muitas citações marxianas e marxistas para o conjunto de respostas à obra. Isso se justifica pelo fato de o autor em questão, como vimos, relacionar os limites da abordagem crítico-superadora a sua “filiação” ao método marxista.

entre as relações materiais e as relações superestruturais. E, portanto, enquanto relação dialética, o determinado pode servir de determinante.

Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em *última instância*, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. **Se alguém o modifica, afirmando que o fator econômico é o único fator determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda.** A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige, etc, as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas **e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante.** Trata-se de um **jogo recíproco** de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico. (grifos nossos).

Não podemos perder de vista esta dimensão dialética: o determinado também pode ser determinante. Também, não podemos perder a dimensão materialista: em última instância o que determina a história é a produção e reprodução da vida. Tendo a prática como critério de verdade, reportemo-nos à história da humanidade e as respostas aparecerão.

Sobre a dimensão simbólica, sendo esta inconsciente para os próprios atores sociais e diferentes a cada micro realidade, questionamos: ainda que entendamos a ideia de inconsciência dos autores sociais, nos parece altamente problemática a ideia de que esta dimensão não tenha uma relação com a forma de produzir e reproduzir socialmente a vida; como algo descolado da base material, como algo a priori criado por um tipo de “inconsciente órfão” de determinações.

No capítulo anterior, quando abordamos a questão do estranhamento, deixamos claro que: 1- não se trata de um total desentendimento do que nos circunda – tipo zumbi. Até citamos que mesmo em uma relação social emancipada, uma série de elementos não necessitará da plena consciência dos sujeitos, ou seja, mantem-se a “consciência em-si” e; 2- quando se trata de um estranhamento, este é fruto das relações sociais estranhadas e, dialogando com a analogia feita acima, tem pai e mãe.

Aprofundando no segundo ponto, (IASI, 2011), exemplificando com a criança em formação, nos demonstra como este inconsciente é formado no seu desenvolvimento. Uma série de atitudes desta criança é repelida pelos pais. Mesmo que a mesma não tenha o entendimento do que se trata pela língua falada, a intensidade de como se fala – ou seja, a bronca- demonstra para ela, até pela repetição, que algo de errado ela cometeu. Este é o momento em que ela aprende pelo “medo”. Porém, ao longo do seu desenvolvimento, ela vai internalizando aquela expressão como se dela fosse, ou seja, a repressão “sai” do plano exterior e entra no plano interior. Desta vez, a criança aprende pela “vergonha”. Isso é tão evidente que se perguntarmos a um jovem o porque que ele não faz as excreções na roupa ou no chão, o mesmo deve ter uma reação de susto, tamanho absurdo que é a pergunta. Em primeiro plano jamais reportará ao que aprendeu nas relações familiares. Para ele esta é uma característica que lhe é própria. Podemos estender os exemplos para a concepção de Deus, para a orientação sexual, para alguns sentimentos de ciúmes, etc. Ou seja, não se trata de um inconsciente abstraído do mundo, mas de algo construído pelas relações do ser no mundo que são tomadas como naturais, podendo ele, inclusive, universalizar esta forma como sendo ela a-histórica, algo dado, imutável.

Tendo o entendimento do que acima colocamos podemos acatar a ideia de que “[...] os conhecimentos produzidos pelo ser humano ao longo de sua história vão sendo atualizados e resinificados na dinâmica cotidiana de suas vidas.” (DAÓLIO, 2004, p. 31). Temos acordo; desde que se entenda que a dinâmica cotidiana de suas vidas ocorre não de forma abstraída dos processos de produção e reprodução da vida. Pensar de forma abstraída é pensar um ser humano de laboratório³⁹.

Saindo do campo do indivíduo e indo ao campo das especificidades dos Bairros, cidade etc., pensamos que o autor recorre ao mesmo erro: o de entender essa relação unidirecionalmente: ou é do Bairro, ou é da relação social, macroeconômica etc. Instrumentalizamo-nos de um método que nos permite, como já colocado acima, entender a relação entre o particular e o geral. Já nos é óbvio que existem particularidades em cada cidade. Nos é óbvio, também, que estas mantem uma relação dialética com o movimento mais geral. Aliás, não somos nós os responsáveis por defender a universalização das

39 Tal qual afirmar que uma determina quantidade de dias, horas e intensidades de pratica de exercício físico, podem promover saúde. Isso não é uma mentira, só é uma projeção para um ser humano abstraído da realidade, ou seja, um ser humano de laboratório.

determinações; esta crítica deve ser endereçada ao capital e sua necessidade premente de expansão mercadológica, de criação de padrões⁴⁰.

Mesmo que, neste momento, não vejamos relevância na crítica da negação das especificidades culturais, já que o método nos permite este movimento, ainda assim lembramos das palavras de Neto (2011), quando aponta as críticas ao marxismo advindas da ideia de uma pretensa irrelevância das dimensões culturais e simbólicas com consequências para a perspectiva metodológica. Crítica refutada pelos próprios escritos de Marx que tocam nestes assuntos.

Atualmente, no diversificado e heterogêneo campo dos adversários (e mesmo detratores) de Marx, porém, a crítica se concentra especialmente sobre dois eixos temáticos. O primeiro diz respeito a uma suposta irrelevância das dimensões culturais e simbólicas no universo teórico de Marx, com todas as consequências daí derivadas para a sua perspectiva metodológica. Apesar de amplamente difundida em meios acadêmicos, trata-se de crítica absolutamente despropositada, facilmente refutável com o recurso à ‘tradições’ quando tangencia a propriedade comunal entre os eslavos (Marx, 1982, p. 18) e as suas permanentes preocupações com a especificidade de esferas ideais como a arte (Marx-Engels, 2010; Lukács, s.d. e 2009, p. 87-119).” (Marx-Engels, 2010; Lukács, s.d. e 2009, p. 87-119) (NETO, 2011, p. 12)

Passando adiante, Daólio levanta uma série de questões que vai exigir de nós mais um conjunto de reflexões:

Os autores apresentam uma determinada proposta metodológica de educação física centrada nos interesses da classe trabalhadora ou das camadas populares. Mas como definir os conteúdos do ponto de vista da classe trabalhadora? Quais seriam esses conteúdos? Quem iria defini-los? Como saber se os conteúdos estão sendo desenvolvidos dentro dos valores explicitados? Os alunos da classe dominante teriam outra educação física? Os conteúdos que não são interessantes do ponto de vista da classe trabalhadora seriam desconsiderados? Há uma cultura corporal da classe trabalhadora e outra da classe dominante? (DAÓLIO, 2004, p. 32).

40 De outro lado, ao constatar que o capital destruiu as fronteiras do mundo – com exceção de algumas “ilhas” – nos colocamos no movimento de entender que podemos levantar nas nossas bandeiras a frase clássica de 1848: “proletários de todo o mundo, uni-vos” (MARX e ENGELS, 1998). O capital destruiu com praticamente todo tipo de particularidade isenta da generalização. Aliás, isto nos permite projetar uma unidade entre o desenvolvimento individual conjugado ao pleno desenvolvimento genérico; coisa impossível pela base material pautada no estranhamento (DUARTE, 2009).

Uma série de questões que exigirão um esforço teórico grande e, ainda assim, alguns elementos podem ficar em aberto.

Começando do fim, mais uma vez convocamos os responsáveis para assumir suas responsabilidades. Não somos nós, nossa vontade, nosso desejo e sequer nossas ações, que estabeleceu um mundo materialmente contraditório e, por consequência, com expressões superestruturais contraditórias. A realidade existe fora e independente de nossas vontades⁴¹. Se existe uma cultura da classe trabalhadora e da classe dominante, isso não é inicialmente fruto de nossas atividades, mas sim de uma expressão histórica da relação entre seres humanos e natureza e seres humanos entre si: o capitalismo. No 1º capítulo resgatamos uma citação da Andery (2007) sobre a consequência, no mundo das ideias, de uma base material pautada na contradição de interesses. Já neste capítulo, na primeira parte, trouxemos uma citação de Chauí (2007) quando esta aponta que a sociedade de classes institui a divisão cultural (p. 27). E, após, aponta o papel claro da cultura dominante- legitimar o exercício de dominação- e o papel da cultura popular- que pode ser o de repetição ou contestação (p. 29). Portanto, não se criou nenhum cenário no Coletivo de Autores; apenas se constatou algo real. E, a partir desta constatação, passou-se a formular a abordagem.

A surpresa do autor é claramente fundamentada na sua defesa dos “inconscientes órfãos” do simbolismo. Girar a vara contra a objetividade da realidade fez o autor esquecer que a objetividade existe, pautando-se quase que exclusivamente na subjetividade. Nós, de outro lado, pautamos nossa defesa na relação dialética entre objetividade e subjetividade entendendo-as como duas etapas de um mesmo movimento, sem perder de vistas a ideia de “última instância”. Quando no Coletivo de Autores (1992, p. 24), temos a defesa de que os “[...] interesses históricos do trabalhador é tomar a direção da sociedade, construindo a hegemonia popular”, é na objetividade que pensamos estar se pautando. É isto – e não qualquer outra justificativa subjetivista- que nos faz poder defender interesses objetivos da classe trabalhadora; ainda que saibamos que não existe uma transposição mecânica entre a posição que esta classe ocupa na esfera produtiva e sua consciência. E, portanto, muitas vezes, um trabalhador se apresenta como uma consciência que não condiz com sua posição. Entender as mediações entre a base produtiva e a consciência nos ajuda, também a decifrar isso.

41 Com isso não anulamos o protagonismo humano na história, através do trabalho. O complemento à frase seria “[...] realidade esta na qual agimos”. Apenas afirmamos que não se trata de uma divisão a partir da vontade da classe, mas sim de um legado que apenas foi constatado pelo Coletivo de Autores.

É esta instrumentalização que nos ajuda a responder o autor nas suas questões: “Mas como definir os conteúdos do ponto de vista da classe trabalhadora? Quais seriam esses conteúdos? Quem iria defini-los?” (p. 32). Os professores, os condutores mais experientes – já respondendo à pergunta de quem definiria-, em conjunto com a própria classe, esclarecendo-a das armadilhas ideológicas, serão os sujeitos condutores do processo. Por isso defendemos uma formação densa para este trabalhador: professor de Educação Física⁴².

A seleção de conteúdos, por sua vez, deve atender ao que já está relatado no Coletivo de autores - sem se esquecer da acima citada objetividade dos interesses da classe trabalhadora. Ou seja, os conteúdos devem ter uma relevância social (p. 31), devem ser contemporâneos (p. 31), devem se adequar às possibilidades sócio cognoscitivas dos alunos (p. 31), devem atender ao princípio da simultaneidade enquanto dados da realidade (p. 32), pautar-se na provisoriedade – já que constituídos sócio historicamente- e , por fim, buscar o importante confronto entre o senso comum e o conhecimento científico universal. (p. 32). Só nos é possível reafirmar o que está na obra de 1992, pois nos pautamos na mesma coerência aos dados objetivos que estão naquela. Estes seriam, além de outros, traços essenciais da obra que permanecem atuais, 21 anos depois.

Acrescentamos –sem perder o direcionamento- o que Saviani (2005) aponta sobre os dois movimentos necessários a uma educação fundamentada na Pedagogia histórico-crítica: de um lado identificar os clássicos e, de outro, identificar e sistematizar a melhor forma de socializá-los. Ainda mais, nas palavras de Leontiev (1978) e Duarte (2009), identificar os traços essenciais que identificam as produções humanas que, uma vez apreendidos, permitem que os seres humanos se objetivem ao se apropriar das produções precedentes à sua existência.

Sobre a questão “Como saber se os conteúdos estão sendo desenvolvidos dentro dos valores explicitados?”, desconfiamos que entendemos errado a pergunta, pela obviedade da resposta. Desde que Freitas (1995) sistematizou a ideia de par dialético entre objetivo e avaliação que perguntas como esta perdem quase todo o sentido. Dizemos “quase”, pois pode ser solicitado que as ferramentas de avaliação sejam explicitadas. Parece-nos que só assim tal pergunta passa a fazer algum sentido.

42 E, portanto, somos contra a fragmentação da formação, por exemplo.

Sobre os questionamentos “Os alunos da classe dominante teriam outra educação física? Os conteúdos que não são interessantes do ponto de vista da classe trabalhadora seriam desconsiderados? Há uma cultura corporal da classe trabalhadora e outra da classe dominante?” (p. 32), pensamos poder responder em bloco. Utilizamos para tal, as categorias “conteúdo e forma”, ainda que o autor, explicitamente tenha citado apenas a questão do conteúdo.

Não é demais lembrar da impossibilidade de neutralidade em uma sociedade de classes. E, portanto, parece ser ingênuo acreditar que o esporte, por exemplo, na forma como está hegemonicamente colocado, não atenda ao interesse de uma das duas classes fundamentais – e não únicas- na sociedade capitalista. Partindo desta constatação que acreditamos continuar pertinente a defesa por uma seleção de conteúdos que se coloque do lado oposto ao atual, ou seja, ao lado da classe trabalhadora.

És aí que o debate de conteúdo e forma se apresenta. Partimos da premissa que o esporte se constitui enquanto produção humana que é convertida em conteúdo. A priori, não é bom nem mau. Debater um esporte abstraído da realidade seria um equívoco. De outro lado, ao colocá-lo sob a base material da qual se ergue podemos entender quais interesses, hegemonicamente, ele vem a atender. Sem fazer esta relação, partiríamos de um pretense fetiche do esporte.

E, portanto, a forma como o esporte é hoje colocado apresenta como características centrais a sobrepujança e a racionalidade objetiva (HILDEBRANDT, 2005) e como características correlatas, o individualismo, o racionalismo, o tecnicismo, os máximos resultados, o recorde, o doping, treinamento precoce, violência, etc. Diante de tudo que tratamos acima, acreditamos ser possível avaliar objetivamente que estas não são características que atendam aos interesses reais da classe trabalhadora. De outro lado, já na obra de 1992, temos a defesa dos interesses das camadas populares: solidariedade ao invés de individualismo, cooperação ao invés de disputa, distribuição ao invés de apropriação, liberdade e emancipação ao invés de dominação (p. 40) e “jogar com” ao invés de “jogar contra” (p. 71)⁴³.

43 Indicamos como leitura, Justo (2012) para aprofundar na ideia de que não apenas defender os valores se faz suficiente. Para este autor, estes são valores que podem também serem apropriados pela lógica capitalista. A solidariedade entre trabalhadores pode ser incentivada para atingir fins de maior produtividade ou política de compensação de miséria.

Ainda que possamos vir a defender a transposição de conteúdos, substituição de uns por outros, negação, afirmação, etc. neste momento entendemos que o mais importante é pensar a forma como estes conteúdos se expressam. É disso que se trata pensar uma cultura corporal, um conteúdo da classe trabalhadora. Não se trata de rebaixar conteúdo, mais de alavancar os interesses da classe trabalhadora. Guardadas as devidas proporções e especificidades, algo parecido com o que Saviani (2005) vai propor no debate entre competência técnica e compromisso político; analisa o autor que não se trata de uma ou outra, mas de uma e outra.

Em paralelo ao argumento pedagógico, conclamamos o argumento político. Ao mesmo tempo em que no processo de transição entre a sociedade medieval e o mundo moderno, os interesses da classe então revolucionária- a burguesia- eram o interesse da humanidade, em igual medida defendemos que hoje o interesse objetivo da classe trabalhadora é o interesse da maioria e, portanto, da humanidade. Não devemos temer afirmar isso em nossas proposições pedagógicas. Por isso que podemos negar alguns conteúdos, reformular e reafirmar outros.

Parece-nos que o autor se apropria de um tipo de “puritanismo” de quem insiste em acreditar que o que aí está colocado não tem interesse, é desprovido de intencionalidade, não tem recorte de classe e não é mediado por elementos ideológicos. Ao passo que ao conclamarmos os interesses da classe trabalhadora, como num passe de mágica, todos estes elementos aparecem.

Não podemos esquecer que nossa projeção teleológica nos permite defender uma educação que possibilite a apropriação por parte da classe trabalhadora dos elementos mais avançados que o gênero humano desenvolveu. E, portanto, ao contrapor os interesses de classe, não contrapomos, na mesma medida, as produções humanas. E se o capital, tendo a burguesia como classe beneficiada, promoveu a maior evolução produtiva da história humana, a projeção de uma revolução prescinde da apropriação, por parte dos revolucionários, dos instrumentos que a classe no poder possui.

E, portanto, teremos que analisar concretamente cada caso concreto. O simples fato, porém, de um determinado conteúdo (ou sua forma) estarem a serviço da emancipação, já nos permite dizer que se trata de outra qualidade de produção que não aquela compromissada com os interesses burgueses, dos mais claros aos mais tácitos. O desdobramento disso em planejamentos pedagógicos é tarefa de cada professor/militante.

Quanto aos alunos da classe dominante, estão muito bem servidos – obrigado⁴⁴!

Temos, também, uma crítica do autor sobre a proposição política do Coletivo, sua aproximação ao Materialismo Histórico Dialético e a consequente projeção da revolução e da constituição do socialismo.

De fato, parece-me simplista achar que todas as diferenças entre os seres humanos acabariam após a transformação da sociedade rumo a um mundo socialista. Da mesma forma que parece simplista considerar que as diferenças ocorrem somente entre as classes sociais e não no interior de cada classe social. Pode-se considerar ainda que alguns fenômenos sociais são politicamente relevantes e dignos de análise sem serem diretamente determinados pela dominação de classes. (DAÓLIO, 2004, p. 34).

Cabe pontuar, ainda que o autor não tenha diretamente tocado nisso, de que a defesa do projeto histórico socialista não deve ser confundida com uma defesa cega de que o único caminho possível seja este. O socialismo é uma possibilidade. A barbárie total, por exemplo, é outra possibilidade. Acontece que se deixarmos o movimento do real – as condições objetivas- transcorrer sozinho seu caminho, a mudança materializada pode não ser a por nós desejada⁴⁵.

Quanto às mudanças pós transformação social; o que, para o autor, é muito simplista; Marx (2008) já nos alertava ao afirmar que “Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, **mais ou menos rapidamente**, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela.” (grifos nossos) Ou seja, não é, mais uma vez falando, uma mudança mecânica, direta e imediata; muda-se mais ou menos rapidamente. Uma multiplicidade de fatores intervém neste processo.

Talvez o autor tenha parcialmente razão ao afirmar que “Da mesma forma que parece simplista considerar que as diferenças ocorrem somente entre as classes sociais e não no interior de cada classe social.” (DAÓLIO, 2004, p. 34). O debate de gênero, de negros e negras, de sexualidade, etc. são debates que exigem um entendimento de suas especificidades. Se é bem verdade isso, é verdade, também, de que este debate não pode estar descolado do

44 Ademais, como tratamos no 1º Capítulo, a classe dominante também é estranhada da sua totalidade de potencialidades e, portanto, beneficiaria-se da emancipação da humanidade.

45 A transição do comunismo primitivo ao escravismo e deste ao feudalismo são exemplo de mudanças que ocorreram sem o protagonismo do sujeito histórico.

debate mais geral como quer o autor: “Pode-se considerar ainda que alguns fenômenos sociais são politicamente relevantes e dignos de análise sem serem diretamente determinados pela dominação de classes.” (p. 34).Engels (2002) nos aponta como a história da humanidade transita de uma sociedade matriarcal, pautada na ginococracia, para uma sociedade patriarcal, onde a mulher passa a ser propriedade privada do homem – tal qual gado e terra. Tal mudança se dá tendo como base a mudança estrutural, ou seja, a mudança na forma como os seres humanos produzem e reproduzem socialmente a vida ou, que é falar a mesma coisa de outra forma, mudança no modo de produção. De uma forma de produção sem classes, para uma forma de produção com classes.

Podemos estender a análise para a questão do negro. Basta lembrar que o escravismo Brasileiro não foi de mesma ordem do período antigo na Europa. Aqui era um escravismo capitalista, necessário pela redução do valor da força de trabalho. Sua superação, aliás, atendeu aos interesses do capitalismo em expansão. Não mais interessava comprar um ser humano como mercadoria- e ser responsável por esta por toda a vida. Bastava-se pagar pelo valor diário da força de trabalho. Ou seja, a derrocada do escravismo de tipo Colonial Brasileiro, não se deu, em última instância por algo específico dos negros, mas do debate mais geral do modo de produção. O grande desafio não é justapor uma ou outra determinação, mas entender como a luta específica se atrela à luta mais geral.

Não são pequenas as consequências para a subjetividade humana, do que acabamos de colocar. Iasi (2002) vai nos ajudar a entender a relação entre modo de produção e subjetividade humana ao afirmar que o escravo tinha a impressão de que todo seu trabalho era trabalho não pago – quando, na verdade, uma parte do trabalho era pago: alimento, moradia e vestimenta, ainda que precários. Por esta impressão e a conseqüente revolta, não foram poucos os instrumentos repressivos necessários nesta época. O servo feudal, de outro lado, tinha muito claro o momento em que seu trabalho era não pago - nas terras nobres - e o trabalho pago - nas próprias terras. No atual modo de produção, os trabalhadores tem a impressão de que todo seu trabalho é pago pela falta de entendimento radical dos conceitos de trabalho não pago, mais-valia, etc. Portanto, ao contrário do período escravista, a repressão é quase que totalmente substituída pela reprodução ideológica desta condição aparente⁴⁶. Ou

46 Isto é totalmente entendível pelo fato de no campo da aparência o trabalhador não se deparar com a extração de mais-valia; quando muito se depara com um salário baixo. Assim, suas reivindicações pautam-se quase que exclusivamente no aumento do salário. Só uma observação radical permitirá ao trabalhador entender que a forma exploração capitalista é a forma salário.

seja, o debate subjetivo não pode anular a categoria “última instância” na determinação da base material, do modo de produção.

Ainda sobre isso, fazemos a clara defesa por uma ortodoxia marxista. Isto não quer dizer que defendamos a ortodoxia aos resultados do Marx. Preferimos, de outro lado, defender a ortodoxia ao método. Se é bem verdade que Marx pontuou que a realidade é uma síntese de múltiplas determinações (MARX, 2010), é bem verdade que devemos buscar as determinações mais determinantes de nossos tempos. Pensamos assim poder manter a coerência com o método.

Não nos arvoramos projetar toda miudeza do tipo de sociedade que projetamos ao citar o socialismo enquanto projeto histórico. Assim como o autor do século XIX, não preparamos a comida do caldeirão de amanhã. Apenas nos pautamos na análise histórica – estrutural e conjuntural- para entender e projetar que em uma sociedade sem classes não existe a necessidade de lutas irreconciliáveis já que não mais interesses antagônicos regem o processo. Não se defende o fim de qualquer tipo de conflito, mas da redução das lutas irreconciliáveis onde uma classe só pode viver plenamente pela destruição da outra.

Por fim, destacamos a crítica a uma pretensa quantificação de cultura mais ou menos civilizada: “Tomar a cultura de forma restrita como produção do ser humano, como no século XIX, permitiu a classificação dos vários grupos espalhados pelo mundo como mais ou menos civilizados, de acordo com a quantidade de produção cultural”. (DAÓLIO, 2004. P. 34). Neste ponto ele não cita diretamente o Coletivo de Autores; cita a fundamentação numa pretensa tese do evolucionismo: “[...] parece também refêrem do evolucionismo típico do século XIX.” (p. 34).

Resgatamos mais uma vez a lógica dialética para justificar que não se trata de uma “unidirecionalidade” de determinações; as produções humanas, tanto as materiais quanto as não materiais podem ser entendidas como espelho, ou seja, expressam o real. Mas devem ser, também, encaradas como farol, ou seja, iluminam o real. O determinado pode ser determinante sem deixar de ser, em última instância, determinado.

Acima, quando tratamos sobre cultura, resgatamos uma fala de White e Dillingham (2009) que objetivam a ideia de mais ou menos desenvolvido. Para estes autores não se trata de uma definição subjetiva, mas da forma como os seres humanos resolvem os problemas práticos de sua sobrevivência. Citamos ser isso algo polêmico, mas não podemos perder de

vista que o “pano de fundo” para a colonização e o imperialismo não encontra fundamento radical nesta classificação – ainda que possa usá-la. O fundamento da dominação de nações advém da necessidade de em uma sociedade de classes como a nossa, existir a expansão tanto da produção, passando pelo uso da força de trabalho, até o consumo. Isso precisa ser considerado nesta questão.

Este longo “parêntese” em nossa dissertação, embora cansativo, se fez necessário por ser a crítica empreitada pelo autor a que mais exige respostas científicas. Foi a que mais aprofundou nas características da abordagem crítico-superadora- pelo menos no que diz respeito a conceito de cultura corporal- e que exigiu de seu autor um esforço científico. Embora seja uma obra de 2004, e possa se argumentar que o debate já foi atualizado, o livro continua a ser veiculado, utilizado e tomado como referência nos cursos de graduação e pós-graduação pelo Brasil. Portanto, uma réplica era mais do que necessária.

Feitas estas ressalvas, partimos para nossa sistematização.

3.2.2 Conceituando a cultura corporal

A lógica que seguiremos é daquela que entende o trabalho enquanto atividade essencialmente humana; a linguagem e as relações sociais enquanto produções fruto da complexificação desta ação fundante; a cultura enquanto produto – e fonte- destas ações e a cultura corporal enquanto produto das ações humanas, fruto de determinada forma de se relacionar.

Para tal, iniciaremos com referências já utilizadas no primeiro capítulo. Buscaremos entender, na trama complexa das atividades humanas, o local ocupado pela cultura corporal. Após, buscaremos as especificações desta.

Ainda que pontuemos o trabalho – intercâmbio orgânico entre o ser humano e a natureza- como a ação fundante, entendemos que as produções humanas da cultura corporal não constituem um conjunto de atividades que tenha a função de transformar diretamente a natureza. Surgem da complexificação desta atividade, mas se “distanciam” dela, tendo outras funções sociais. Este é apenas um primeiro esforço de síntese.

Repetiremos duas citações usadas no primeiro capítulo pela importância que elas têm para a definição do lócus da cultura corporal. Ainda que os autores não tenham diretamente pensado e citado estas produções, acreditamos poder inclui-las no entendimento.

Quanto mais se desenvolve o ser social, tanto mais diversificadas são as suas objetivações. Assim, no seu desenvolvimento, ele produz objetivações que, embora relacionadas ao processo de trabalho, dele se afastam progressivamente – objetivações crescentemente *ideais* (isto é, no mundo das idéias), de que são exemplos as formas iniciais do pensamento mágico nas quais estão contidos os vetores que, após uma evolução multimilenar, apresentar-se-ão diferenciados das expressões do pensamento religioso, da reflexão científica e filosófica e da arte. (NETO e BRAZ, 2010, p. 40, grifos do autor).

Além dos instrumentos e da linguagem, também as relações entre os seres humanos são objetivações da atividade humana. Nesse caso, tratam-se de determinados tipos de atitudes entre os homens que vão se fixando, se objetivando, e sendo apropriadas por cada pessoa durante sua vida. No início, provavelmente esse tipo de objetivação estava muito ligada à obtenção de êxito, na relação com a natureza, de determinadas formas de atividade coletiva, nas quais se estabeleciam determinadas relações entre os participantes dessas atividades. **Assim como a linguagem e os instrumentos, também a objetivação das relações entre os homens significa o acúmulo de experiência, síntese de atividade humana, de tal forma que cada ser humano se apropriando dessas objetivações, passa a agir no âmbito das condições sociais, isto é, no âmbito das condições que não resultam da natureza, mas sim da história da atividade dos outros homens.**(DUARTE, 2009, p. 38, grifos nossos).

Estas duas citações nos ajudam entender a cultura corporal como algo não dissociado do trabalho enquanto ação fundante, mas dele se afastando progressivamente, nem por isso menos importante. Aliás, a relação entre o fundante e o fundado não deve ser perpassada por uma lógica hierárquica, mas por uma lógica de precedência e procedência.

Lessa (2007, p. 117), também usado por nós, chama de “materialidade social” estas produções. Relacionam-se com a “materialidade natural”, ou seja, o trabalho, compondo o conjunto das atividades humanas, a “materialidade do mundo dos homens”.

Ao tratar da diferença entre o trabalho material e o trabalho não material, Saviani (2005, p. 12) também nos ajuda a entender o campo onde pretendemos alocar a cultura corporal, ou seja, a do trabalho não material: “Trata-se aqui da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana.”. O autor cita a educação. Nós entendemos que podemos utilizar do mesmo argumento para categorizar a cultura corporal.

Ainda sobre este campo – do trabalho não material- tanto Marx (1978) quanto Saviani (2005 e 1984), tratam da atividade em que o produto não é separável do ato de produção. Ao mesmo tempo em que produz existe o consumo. É o caso da educação e, ainda que tratando inicialmente, da cultura corporal. Por enquanto desconfiamos da afirmação de que “Aqui também o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada [...]” (MARX, 1978). Deixemos pra aprofundar na discussão no próximo capítulo. Por hora cabe pontuar uma pista deixada pelo Saviani. No caso dos pacotes de educação, esta deixa de ocupar o espaço de produção onde o produto não é separável, e passa para o de produção onde o produto é separável. Outra pista foi deixada pelo próprio Marx, acima, ao admitir que existe a possibilidade de o capital ter lugar nestas produções. Isso pode tomar novos rumos.

Sobre esta relação – trabalho e cultura corporal- não poderemos ficar indiferentes ao debate contemporâneo da relação entre trabalho e educação, que coloca em aberto o tema. Isto nos ajudará também a entender a cultura corporal, já que estamos entendendo que esta ocupa o mesmo lócus na esfera das produções humanas que a educação. Como se dá a relação da produção material- o trabalho, e a produção não material – educação e cultura corporal?

De um lado, temos Saviani (2007) defendendo a relação de identidade entre trabalho e educação, além de manter o trabalho como princípio educativo: “Diríamos, pois, que no **ponto de partida** a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade.” (idem, p. 154, grifos nossos). Também aponta os elementos objetivos da história que realizam a cisão entre trabalho e educação. Tal elemento objetivo é o da constituição da propriedade privada/sociedade de classes: “Ora, essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho.” (p. 155). Defende esta unidade no campo de uma educação emancipatória, ainda que no campo do processo civilizatório burguês.

Em outro momento⁴⁷, resgata a relação dialética entre produção e consumo. De um lado, no ato de produção, temos já o consumo: de força de trabalho, de matéria prima. No campo do consumo temos a produção acontecendo: da mesma força produtiva necessária ao momento da produção. O mesmo argumento é colocado na relação entre trabalho e educação. Sintetizando com a discussão acima, temos o trabalho material como princípio do trabalho

47 Na conferência proferida no V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo: <http://www.5ebem.ufsc.br/videos.php>

não material, ainda que isso não signifique que não podem se constituir numa relação de identidade.

Já Tumolo (2011), se apoia em uma densa análise das categorias Marxistas - especialmente trabalho concreto, trabalho abstrato e trabalho produtivo -, para discordar da ideia de trabalho como princípio educativo. O autor evita as análises genéricas sobre o trabalho e delimita a historicização desta categoria, ou seja, aborda o trabalho no campo de um dado momento histórico:

[...] no capitalismo a construção do gênero humano, por intermédio do trabalho, se dá pela sua destruição, sua emancipação se efetiva pela sua degradação, sua liberdade ocorre pela sua escravidão, a produção de sua vida se realiza pela produção de sua morte. Na forma social do capital, a construção do ser humano, por meio do trabalho, se processa pela sua niilização, a afirmação de sua condição de sujeito se realiza pela negação desta mesma condição, sua hominização se produz pela produção de sua reificação. No limite, trata-se da constituição do fetiche do capital que se subjetiviza ou se hominiza reificando as relações sociais e o ser social ou da subsunção real da vida social ao capital. (TUMOLO, 2011, p. 25)

Explica que o debate da obra “O capital”, especialmente o livro I, quando o Marx trata de categorias genéricas de trabalho, é apenas como um recurso metodológico, mas, que de fato não foi intenção do autor tratar de uma categoria tão importante de forma desistoricizada. E, portanto, nega o trabalho historicizado como princípio educativo. Este poderia, no máximo, ser princípio em relações sociais baseadas na propriedade social. Tratar-se-ia de uma sociedade na qual o trabalho, como elemento mediador da relação metabólica entre os seres humanos e a natureza, teria como objetivo a produção de riquezas para a satisfação de todas as necessidades humanas, do estômago à fantasia. (idem, p. 27).

Com outros argumentos, Lessa (2007, p. 106-107) inicia a análise de Saviani concordando com a ideia de que a educação é fundada pelo trabalho, ou seja, uma exigência do humano por conta de sua capacidade. Por outro lado defende que não se pode então criar uma identidade entre educação e trabalho. A relação é de fundante e fundado e não de identidade.

Ao que nos parece, não se trata de um desacordo com a ideia de princípio educativo. O que nos fica claro é o desacordo com a ideia de identidade entre trabalho e educação. Ficaremos, portanto, com os argumentos deste desacordo.

Argumentar que a educação é imprescindível ao trabalho (um argumento, considerada as devidas mediações, acertada) significa afirmar justamente o oposto do que conclui Saviani. A educação apenas pode ser necessária ao trabalho porque atende a determinadas funções sociais que, ainda que fundadas pelo trabalho e imprescindíveis à sua realização, são distintas da função social do trabalho, qual seja, transformar a natureza nos meios de produção e de subsistência sem os quais não há vida humana possível. (LESSA, 2007, p. 108)

Três elementos devem ser levados em consideração da crítica do autor- mesmo que não se concorde com elas. A ideia de que as atividades tem pôr teleológico diferente, ou seja, enquanto uma centra na transformação da natureza, a outra transforma relações de outra ordem. A utilização de métodos diferentes: enquanto não se deve martelar a cabeça de uma criança para que ela aprenda, não se pode educar uma peça de ferro para que esta vire uma peça de carro. E, por fim, e talvez o argumento mais denso, a diferença entre os produtos finais: se no campo do trabalho temos um novo produto e um aumento no capital global (incluindo aí a mais valia), de outro temos um produto que não se separa do produtor no ato de consumo. E mais, ainda que no campo da educação privada possamos ter uma relação de mais valia, não existe o aumento do capital global, é uma ação de soma zero; a mais-valia que se materializa como lucro nos cofres do burguês da educação não acrescenta o capital global, passa de uma mão – dos pais ou responsáveis- para o dono da escola. Por isso, repetimos, ação de soma zero.

Acreditamos poder avançar no debate – acima e no que segue- ao pontuar a categoria da práxis, assim como fez Souza Junior (2011). O autor elenca o trabalho, a linguagem e a relação social como essência genérica do ser humano. Também, ao sistematizar um caráter genérico da educação, se contrapõe justamente ao caráter reduzido desta – concepção burguesa, reflexo ideológico do estágio atual da divisão do trabalho- que tem na escola seu espaço único de ocorrência.

Em se definindo educação, o autor define práxis como processo de constituição do proletariado, da consciência-para-si; o fazendo em diversos e complexos processos sociais: família, trabalho, no bairro, no sindicato, partido, associações, greve, escola, etc. (idem, p.

26). Ou seja, a práxis, além de incorporar o trabalho, amplia as possibilidades de relações sociais que servem de princípio educativo emancipatório⁴⁸.

No mesmo caminho temos Leontiev (1978) e Duarte (2011 e 2009) apontando o conceito de atividade humana enquanto uma série de ações, fruto das relações sociais, com as seguintes características: produção de instrumentos, surgimentos de novas necessidades e a própria produção das relações sociais (DUARTE, 2011). E, portanto, um conceito que incorpora e amplia o de trabalho como intercâmbio orgânico. Amplia para o conjunto de atividades oriundas desta relação entre o ser humano e a natureza.

A própria complexificação das relações humanas, como já enfaticamente colocado acima, nos leva a avançar em conjunto com estes conceitos: práxis e atividade. Entre ser humano que trabalha e a natureza trabalhada, uma série de atividades são interpostas sem que com isso, percam sua relação com o trabalho. Mas, como colocado acima por Neto e Braz (2010), dele se afastam gradativamente.

Esta breve síntese do debate que trata da relação entre trabalho e educação, ainda que longe de ser resolvido, nos apresenta um elemento que nos servirá mais à frente: ainda que exista uma relação entre trabalho – intercâmbio orgânico- e educação, existem especificidades nesta última no que tange a sua função social. É isto que nos servirá ao analisar a cultura corporal. Por isso a importância de termos trazido à tona este debate.

Esta nossa posição talvez prejudique o entendimento de Saviani (2007) no que diz respeito a ideia de identidade, caso o termo tenha sido utilizado com a denotação de idênticos. Caso tenha a conotação de algo que se identifica com outra coisa – “[...] identificada plenamente com o próprio trabalho.” (p. 155)-, parece que não existe este prejuízo. Talvez a ideia de reciprocidade dialética ajude a entender que existe uma unidade necessária que não fere a identidade de cada atividade: trabalho e educação.

Acreditamos já poder apontar uma síntese sobre o conceito de cultura corporal. Um conjunto de atividades humanas, fruto da complexificação da atividade fundante, ou seja, o trabalho, mas que deste se afasta – sem deixar de ter nele seu elemento fundante- que atende

48 Mesmo o trabalho histórico capitalista entra como elemento da práxis e pode, ainda que não sozinho, servir de princípio educativo emancipatório. Para isso basta lembrar que as mesmas condições objetivas que propiciam o estranhamento, podem possibilitar o esclarecimento quanto a necessidade de superação.

às necessidades de outra ordem que não as de transformação direta da natureza. Encontra-se no campo das produções de ordem não material em que o produto não se separa do produtor.

No início deste capítulo alertamos nosso leitor de que não se tratava de uma conceituação estanque. Faremos agora valer nosso alerta.

O fato de se ter uma produção que não é separável do ato de produção não deve ser confundido com uma pretensa atividade onde não existe uma objetivação, uma extrusão, uma remissão para fora, a passagem de um estado a outro qualitativamente diferente (RANIERI, 2000, p. 29). Se assim o fosse, estaríamos entrando em contradição com o que trouxemos acima, de que temos “[...] objetivações crescentemente *ideais*” (NETO e BRAZ, 2010, p. 40, grifos do autor) ou de que “[...] tratam-se de determinados tipos de atitudes entre os homens que vão se fixando, se objetivando, e sendo apropriadas por cada pessoa durante sua vida.” (DUARTE, 2009, p. 38). E, se num primeiro momento estas atividades estiveram ligadas à transformação da natureza, delas se afastam gradativamente. Ao falar que precisa do médico e não de seu moleque de recados, Marx (1978) deixa claro que o produtor não se separa do produto no momento do consumo. Ainda assim existe uma objetivação e apropriação de um produto, neste caso, a atividade médica.

Destaquemos o campo da educação, aqui pensado como produção não material em que o produto não é separável da produção. Ainda que já no ato de produção exista o consumo, temos que pontuar que existe uma extrusão, uma remissão para fora, uma objetivação que nos permite passar de um patamar de qualidade a outro. Um tipo de atividade que gera uma objetivação, onde cada ser humano ao se apropriar passa a agir no âmbito das condições sociais, isto é, no âmbito das condições que não resultam da natureza, mas sim da história da atividade dos outros homens. (DUARTE, 2009, p. 38). O mesmo argumento deve ser utilizado para caracterizar a cultura corporal. O que lhe caracteriza especificidade é de que esta objetivação é apropriada, inicialmente, no próprio ato de produção⁴⁹.

Para que possamos apropriar e assim agir no âmbito das condições sociais, estas produções- ainda que de ordem não material- precisam ser objetivadas. Peguemos o exemplo de Neto e Braz (2010, p. 40) sobre a reflexão científica. É também uma atividade em que

49 Até então, não identificamos nos autores pesquisados uma defesa contrária ao que agora pontuamos. Apenas estamos nos cercando de possíveis riscos que mostraremos logo à frente, quando do trato mais aprofundado do estranhamento na cultura corporal.

existe o consumo no ato de sua produção. Ainda assim, seus resultados são objetivações humanas que serão apropriadas por outras gerações.

Esta objetivação pode ser verificada no ensino escolar onde o professor ministra a aula e os conteúdos são apropriados pelos alunos. Mas pode, também, ser verificado na educação no sentido lato. Um pai que ensina ao filho, o saber de experiência feito, as relações humanas das mais diversas ordens, etc. Em todos os casos, ainda que tenhamos um produto não separável, temos a objetivação de produções humanas. Ao se apropriar destas objetivações, os seres humanos as utilizarão nos mais diversos segmentos da vida; inclusive no processo contínuo de reprodução destes saberes.

No campo específico da cultura corporal, temos acordo quando Escobar (2009, p. 127) defende:

A 'cultura corporal' é uma parte da cultura do homem. É configurada por um acervo de conhecimentos, socialmente construído e historicamente determinado, a partir de atividades que materializam as relações múltiplas entre experiências ideológicas, políticas, filosóficas e sociais e os sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, agonistas, competitivos ou outros, relacionado à realidade, às necessidades e as motivações do homem.

Também, quando explica que se trata de um produto não material não separável do ato de sua produção. Até então nada diferente do que acima elencamos.

Ainda sobre cultura corporal, afirma que o conceito de atividade amplia o entendimento e ajuda a demonstrar a diferença entre cultura corporal e movimento. Ao se deparar com um problema prático, o ser humano não limita sua atividade a um conjunto de movimentos de flexão, extensão, torção, adução, abdução, etc., mas organiza todo um complexo de atividades para resolvê-lo (p. 128) de que flexão, extensão, etc. nada mais são do que ações desta⁵⁰.

Uma analogia: se perguntarmos quem é o responsável pela aproximação do antebraço ao braço mediado pela articulação do cotovelo, talvez, unanimemente, as respostas afirmarão ser o bíceps o responsável por tal movimento. Mas se perguntarmos se alguém vê alguma

50 Recomendamos o leitor retornar ao 1º capítulo onde tratamos dos conceitos de atividade e ações.

pessoa na rua, não acometido de patologias ou espasmos musculares, contrair o bíceps por nenhum motivo aparente, imaginamos que a resposta será “não”. Para que eu contraia o bíceps eu preciso de uma determinação externa ao bíceps, que tem neste, obviamente, sua possibilidade anátomo-fisiológica, sem o qual contrair bíceps me é pouco provável⁵¹. Preciso da necessidade externa de hipertrofiar o membro ou simplesmente carregar compras. E, portanto, não posso limitar o gesto a um, ainda que complexo, sistema de movimentação de músculos, articulações, tendões e ligamentos. É uma atividade que exige mais do que minhas capacidades anatômicas; por isso, uma atividade humana.

Mas, para o prosseguimento do trabalho, não podemos abrir mão de um diálogo com a fala da autora quando coloca que: “[...] a atividade humana é um complexo de ação, pensamento e emoção desencadeado por **objetivos que não se colocam de fora.**” (p. 128, grifos nossos). Algumas outras passagens do livro desdobram esta primeira definição. Ao denunciar que a Educação Física consegue materializar um jogo sem ludicidade – ao priorizar resistência, velocidade, equilíbrio, etc.- a autora completa: “Assim, ao invés de deixar o aluno jogar ‘amarelinha’ e sentir o prazer do jogo, ele [professor de Educação Física] vai procurar desenvolver a resistência, a coordenação, a velocidade [...]” (p. 128). Isso, por uma série de motivos, especialmente por ser a escola burguesa, um espaço de “trabalho” e não de lazer.

Pois bem; este é o momento em que questionamos a ideia de “objetivos que não se colocam de fora”. Parece-nos que a autora subsumiu a categoria necessidade pela de contingente e acabou universalizando a crítica. Explicando melhor; a grande questão é que o professor de Educação Física em questão mudou o sentido da atividade, ou seja, ao invés do lúdico, desenvolveu outros elementos que na ótica da autora – e da nossa- não condizem com os elementos objetivos do jogo. Esta seria a questão contingente que deve ser combatida. De outro lado, é do campo da necessidade o fato de se colocar objetivos de fora.

Quando afirmamos acima que o ser humano se objetiva ao se apropriar das objetivações prévias, e que este é um processo ativo, mas não só isso, de que é mediado pelo ato de educação, defendemos a possibilidade de uma condução do processo. E, portanto, um objetivo colocado de fora.

51 O desenvolvimento sócio-histórico me permite construir braços biônicos que substituem o membro inexistente.

Ao mesmo tempo em que é necessário, abre-se o precedente, é bem verdade, para mudanças do sentido da atividade. Mas vejamos que isto não é de um todo prejudicial. No campo do conteúdo lutas, por exemplo, faz-se necessária uma intervenção – de fora- do professor para modificar o sentido de uma atividade: de luta de vida e morte, para domínio de certas técnicas e táticas de ataque e defesa para serem utilizadas com o outro e não contra o outro.

Continuando, afirma a autora:

[...] se você olha para o jogo, quem joga, o jogador, não está expressando nada, ele não está transmitindo nada para fora, porque está construindo algo que está simultaneamente consumindo. O jogo o está envolvendo, preocupando-o pela própria subjetividade da atividade e de seu objetivo implícito. [...] Quer dizer, é ele, o jogador, que ao mesmo tempo produz e está consumindo aquilo que está produzindo. (p. 130)

Até achamos válida a delimitação destas atividades em relação a ideia de linguagem – defendida na primeira edição, em 1992, como correlatas⁵². Mas, é justamente isso, que também podemos chamar de “[...] uma extrusão, uma remissão para fora, a passagem de um estado a outro qualitativamente diferente” (RANIERI, 2000, p. 29), que vai possibilitar a apropriação por outrem e alavancar o processo de estranhamento, tema do próximo capítulo. Aliás, tratamos disso no primeiro capítulo: já que minha produção não me pertence, pertence a outro.

Até poderíamos defender que é justamente este objetivo de fora que possibilita o estranhamento e, por isso, somos contra ele. Acontece que é uma realidade; esta capacidade humana, sob condições objetivas já bem delineadas, leva ao processo de estranhamento. Disso não podemos fugir. A crítica a esta proposição histórica não pode ser elevada à negação de algo ontologicamente colocado. É como se na crítica ao estranhamento, realizássemos o mesmo movimento em relação à objetivação.

52 Embora pensemos que este debate – o da linguagem- deva ser melhor aprofundado, já que na atividade da linguagem, possa existir a produção concomitante ao consumo. E, portanto, a cultura corporal, ainda que com uma função social diferente, não estaria em um campo tão plenamente distinto da linguagem. Penso que é no campo da funçõesocial, da qualidade, do valor de uso destas atividades que se encontra a diferença entre elas.

Não fosse esta objetivação, extrusão, remissão para fora, que possibilita a criação de objetivos de fora, não poderia existir uma passagem do lúdico para o lúdico competitivo como denuncia a autora (p. 131): “O abandono de sua característica subjetiva e a passagem para uma atividade de trabalho que se liga à produção”. As produções seriam imutáveis em suas qualidades, não acumulariam até um ponto que as condições objetivas se apropriariam destas e, de fora, determinariam objetivos que não os condizentes com o sentido do jogo como, aliás, a autora muito bem defende, ou seja, o sentido lúdico. Daí a eliminar esta possibilidade nos parece, como já falamos, subsumir a necessidade pela contingência. Deixemos este debate para o próximo capítulo.

O que pontuamos é que não existe, ou não deve existir, uma contradição entre o entendimento de um produto que não se separa do produtor no ato de consumo e o fenômeno da objetivação. Como também não se deve ter este conceito como estanque⁵³. Por hora, devemos entender que esta não separação – produto e produção- se dá pela presença do produtor no exato momento de consumo, que é o que confere especificidade a esta modalidade de objetivação. Preciso do professor de Educação Física e não de seu moleque de recados, por exemplo.

O debate entre esta especificidade e a possibilidade de se determinar objetivos de fora não devem ser dissociados no campo do entendimento das produções humanas não materiais. Por isso que o fizemos juntos. É justamente a realidade de objetivação que permite que outros, para além dos diretamente envolvidos na atividade, se apropriem desta e definam objetivos – ainda que de fora delas. Daí a modificar os sentidos das mesmas, para além daquilo que é objetivamente característico destas atividades, deve ser avaliado – caso a caso- por nós.

Uma síntese possível ao momento – e que abarca a formulação do Saviani (2005 e 1984) e Escobar (2009) - pode ser resumida assim: a definição de material e não material não é um problema que tenhamos que nos deter por agora. A ideia de matéria ou não matéria é algo que no campo da física deve ser aprofundado. Por hora, esta definição cumpre um papel imprescindível para nossa definição de cultura corporal: a de entendê-la como produção humana que se “afasta” gradativamente da transformação da natureza, é de outra ordem, de outro valor de uso, de outra função social.

53 Quando citamos as duas pistas – a do Marx que aponta que o capital tem inserção limitada; e a do Saviani, de que existe a possibilidade de atividades transitarem para o campo das produções onde o produto é separável- ambas nos ajudam a entender que não pode ser estanque o conceito de produto não separável.

A primeira questão que colocamos reside na expressão “não separável no ato de produção”. Ao invés de entendermos como uma contradição em relação à possibilidade de apropriação, devemos entendê-la como especificidade desta atividade, ou seja, a apropriação se dá no próprio ato de sua produção. Esta não parece ser uma questão problemática; aliás, dos autores por nós usados, não percebemos uma contradição; apenas aprofundamos o entendimento. Por exemplo, Escobar e Taffarel (2013), ao conceituar a cultura corporal, o fazem apontando-a enquanto objetivação humana para atender à necessidades de natureza diferente daquelas inerentes à necessidades de primeira ordem a serem satisfeitas pela atividade de trabalho:

A prática humana é a **objetivação do homem** e do seu domínio da natureza como realização da genuína liberdade. Quer dizer, no jogo, esporte ou atividade corporal, o homem **produz a satisfação das suas necessidades, anseios e interesses lúdicos, estéticos, artísticos, combativos ou competitivos que o impulsionaram a agir**. Ele atribui um valor de uso particular a esse produto consumido no ato da sua produção. Sua atividade tem um valor em si mesma porque atende à sua subjetividade, à sua realidade e às suas necessidades e motivações. Essas são as características essenciais que identificam e classificam, sem confundi-las com outras, as atividades físicas corporais, jogos ou esportes que, por serem resultado da vida e da ação humana, fazem parte da cultura e configuram uma área de conhecimento que pode ser chamada de ‘cultura corporal’ ou, até, de ‘cultura esportiva’. (p. 13 , grifos nossos)

A segunda questão, esta sim mais complexa, tem a ver com a impossibilidade, colocada por Escobar (2009) de se terem objetivos colocados de fora. Não nos parece que a questão da modificação do sentido das atividades, para além daquelas objetivamente defendida por nós, ou seja, algo contingente, deva ser elevado a patamar de negar uma atividade essencial, ou seja, a ação intencional e sistematizada colocada de fora. Problema se encontra na relação de sentido e significado. Aliás, sobre isso, resgatamos uma citação de Taffarel e Escobar (2013, p. 5-6) que nos ajuda a avançar neste entendimento:

Entretanto, na execução da atividade é **plausível ao homem mudar o caráter das relações entre os objetivos e os motivos que a determinaram, através da atribuição de um valor que lhe confere um sentido pessoal que pode, ou não, coincidir com os significados sociais historicamente a ela outorgados**. Isso permite afirmar que essas atividades manifestam a realidade humana, pois, espremam a relação objetiva do homem com os objetos sociais que na relação social adquirem o sentido humano [...] (grifos nossos).

Este reparo não anula a definição de Escobar (2009, p. 127) de que a cultura corporal se configura como um conjunto de “[...] atividades que materializam as relações múltiplas entre experiências ideológicas, políticas, filosóficas e sociais e os sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, agonistas, competitivos ou outros, relacionado à realidade, às necessidades e as motivações do homem.”.

Podemos, portanto, avançar um passo e definir a cultura corporal enquanto produção humana de ordem não material, não mais diretamente ligada à transformação da natureza – sem o que isso signifique que desta tenha se desvencilhado absolutamente.

Sobre esta não ligação direta com a transformação da natureza, temos uma observação. Aqui não se trata, como, aliás, o termo expressa, de uma distinção que coloca as atividades em polos diametralmente opostos, desligados, não relacionados. Não ter a função social de transformar a natureza não tirou das atividades humanas caracterizadas como cultura corporal a relação com a atividade produtiva humana. Pensamos ser de uma precisão cirúrgica a citação abaixo quando da demonstração da relação entre a cultura corporal e a atividade produtiva humana:

A criação das atividades da cultura corporal e esportiva se relaciona ao caráter dos processos de produção, por exemplo, os temas que inspiravam os jogos lúdicos na antiguidade grega eram a caça, a guerra, a vida, os hábitos dos animais, o trabalho de semear, cultivar e colher. Também os jogos expressivos, nos quais se originou a arte cênica, a mímica e a pantomima, se modelavam nos atos da vida cotidiana cuja execução era necessária na luta pela existência. A infinita variedade de jogos, entre os quais os de cunho competitivo que mais freqüentemente recebem o nome de esportes, nasceram das imagens lúdicas, estéticas, artísticas, combativas, competitivas e de outros âmbitos de ação, provocadas na consciência do homem pelas relações ideológicas, políticas e filosóficas **originadas nos processos de produção da sua existência**. [...] **O homem, como único ser que realiza a atividade reflexiva, modifica as imagens ideais, o projeto das coisas sem modificar a coisa mesma, por isso ele foi capaz de transformar em jogos as atividades de trabalho, essencialmente criadas como objetos de necessidade e de ação** e é, por isso, que o esporte deve ser tratado na escola como um importante conteúdo da cultura corporal e abordado como uma atividade histórica, culturalmente desenvolvida, que pode ser realizada com diversas perspectivas, recreativa, lúdica, terapêutica, estética e outras que, não apenas, aquela meramente competitiva excludente. (TAFFAREL e ESCOBAR, p. 13-14, 2013, grifos nossos)

Não encontraríamos palavras que melhor expressassem o que viemos formulando ao longo do capítulo. Por isso nos foi necessário a transposição direta de como as autoras se referiram a esta relação. A ideia de unidade e identidade expressam muito bem o que tentamos explicar, ou seja, ainda que não se trate de uma relação de identidade – cultura corporal transformando a natureza- não se perde de vista a relação de unidade entre estas duas atividades de função social diferentes.

Reforçando esta relação, Rouyer (1977, p. 161) utiliza a expressão “ao lado do acto⁵⁴ de produção” ou “rodeiam o acto de produção”:

No entanto, **ao lado do acto de produção**, necessário para a existência e imediatamente útil e eficaz (caça, pesca, colheita, combate), **aparecem atividades de representações**, de experimentação, actos necessários à vida, experimentações de si próprios e da vida. Estas atividades são ao mesmo tempo físicas, simbólicas, religiosas (lutas, danças, jogos), são momentos necessários à vida social e **rodeiam o acto de produção**, prolongam-no, preparam-no pela acção, o símbolo imaginário, o indício. Desenvolvem comunicações interindividuais, gestos, sílabas, no interior da coletividade. Os homens exercem suas virtualidades. A sociedade reforça assim a fraternidade dos seus membros, a sua necessária cooperação e afirma a sua unidade face à natureza que ainda a domina. É sem dúvida aqui que devemos procurar a origem do lazer e do descanso humano. (grifos nossos).

Cabe reforçar o entendimento de que nossa capacidade de refletir sobre, ou seja, pensar de novo (*reflectere*), nos possibilita expressar esta atividade produtiva e, ao invés de uma transposição mecânica, modifica-la – em seu sentido- para atender à interesses que não os utilitários, mas interesses lúdicos, estéticos, artísticos, competitivos, etc.

E aqui não prejudicaria em nada o entendimento, pelo contrário, acrescentaria, o fato de que em ultima instância são estas formas de produzir e reproduzir socialmente a vida que determinam as expressões ideais da cultura corporal. É, mais uma vez, a história da pratica cotidiana dos seres humanos enquanto critério de verdade⁵⁵.

54Citado da forma como está escrito no original.

55 Para aprofundar no debate de produção e reprodução social da vida, sem perder de vista a categoria classe, presente – ainda que embrionariamente- no Coletivo de Autores, recomendamos os estudos de Justo (2012). Este afirma: “A nosso ver, levando-se em conta que a obra defende claramente os interesses da classe trabalhadora, faz-se necessário localizar as especificidades desta classe que se encontram inscritas na categoria cultura corporal.” (p. 124). E segue aprofundando na categoria trabalho (ontológico e histórico) para, assim como nós, aprofundar o conceito de cultura corporal.

E, portanto, complementando nossa definição, a cultura corporal se constitui enquanto mais uma atividade que vai se objetivando e sendo apropriada por cada pessoa durante sua vida. O que confere especificidade deste tipo de produção é que a apropriação é feita já no ato de objetivação.

Um parêntese; esta definição nos permite relacionar a cultura corporal com a Educação Física. Não são sinônimos, mas a primeira se constitui enquanto objeto de estudo/intervenção da disciplina Educação Física, sem que para isso perca de vista “[...] os objetivos relacionados com a formação corporal, física, dos alunos, mas situando-os no âmbito da vida real de uma sociedade de classes que necessita ser revolucionada.” (TAFFAREL e ESCOBAR, 2013, p. 11). As mesmas autoras vão recorrer ao pensamento teórico para definir que são os diferentes tipos de atividades, para atender às diversas necessidades - neste caso, as já mencionadas necessidades lúdicas, estéticas, artísticas, competitivas, etc. - que vão definir estes como objeto de intervenção pedagógica da Educação Física.

Agora sim, após uma densa discussão – do ponto de vista quantitativo e qualitativo- que podemos voltar àquilo que no início, definimos como expressões da cultura corporal. No início deferimos uma crítica aos que sintetizam o conceito pelas expressões. Fizemos o movimento contrário, ou seja, analisamos os determinantes do conceito para, agora, afirmar suas expressões.

Do vasto universo dessas peculiares atividades da produção não material, consideradas úteis em si mesmas examinamos algumas, tais como jogo, ginástica, dança, mímica, malabarismo, equilibrimo, trapezismo, atletismo e outras do gênero, para procurar seu enquadramento teórico e os direcionamentos práticos para sua inclusão na Disciplina escolar Educação Física. Jogo, ginástica, dança, malabarismo, mímica, equilibrimo, trapezismo, atletismo são conceitos historicamente formados na sociedade, por isso existem objetivamente nas formas de atividade do homem e nos resultados delas, quer dizer, como objetos racionalmente criados. Mas, o significativo acervo dessas atividades não indica que o homem nasceu saltando, arremessando ou jogando. Essas atividades foram construídas em certas épocas históricas como respostas a determinadas necessidades humanas, mas, entendê-las como atividade não material não significa desencarná-las do processo produtivo que as originou na relação contraditória das classes sociais. Sua complexa natureza, sua subjetividade e as contradições entre os significados de natureza social e os sentidos de natureza pessoal que as envolvem, impede defini-las e explicá-las como ‘ações motoras’. (TAFFAREL e ESCOBAR, 2013, p. 4-5)

Não é intenção deste trabalho aprofundar nas especificidades de cada expressão – jogo, esporte, lutas, etc. Indicamos que outros estudos o façam; aliás, vários estudos já o fizeram. O que pode ficar como sugestão é uma especial atenção ao que colocamos acima, ou seja, o estudo do esporte, lutas, jogos, dança, etc. não mais por determinações biológicas – das quais nem mais falaremos daqui em diante. Mas que estudemos o surgimento e o desenvolvimento destas atividades pela sua inserção em determinados contextos em determinadas formas e tempos de produção e reprodução da vida. Não nos surpreendamos se o que encontrarmos for justamente o que aqui colocamos ao analisar a cultura corporal como um todo. Categorias como “produção humana, socialmente determinada e historicamente acumulada” não podem sair do campo de visão dos pesquisadores que querem aprofundar nestes estudos. Nega-las é não aprofundar radicalmente no entendimento destas produções, é entendê-las pela aparência.

Realizamos uma parte do caminho: partindo das expressões singulares, de suas particularidades, buscamos a dimensão geral, ou seja, a abstração “cultura corporal”. O que, por si só, já nos rendeu um fértil debate. Mas, o que acabamos de sugerir é o caminho de volta: partindo da abstração, retomar o entendimento das singularidades; como a abstração se expressa em cada singularidade: jogo, esporte, luta, dança, etc. Reconhecemos como sendo um risco só realizar o caminho de ida, ou seja, entender a abstração e, disso, determinar as singularidades como se desprovidas de especificidades fossem. Aqui apenas declaramos o limite desta produção (o de realizar o caminho de ida), mais precisamente, deste capítulo diante de seus objetivos: delimitar o que é cultura corporal.

Fechamos o capítulo com duas últimas observações: uma síntese sobre cultura corporal e uma ressalva, que nos permitirá transitar ao terceiro e último capítulo.

Sobre a síntese alertamos ao leitor que o que aqui agora apresentamos é o produto final de um processo de quarenta páginas. Tenhamos sempre em mente a frase que afirma que o produto ao mesmo tempo em que expressa, oculta o processo. E, portanto, citações da síntese podem levar a entendimentos parciais.

Temos a cultura corporal como produção essencialmente humana. E, portanto, no campo das produções suprabiológicas parcialmente independentes dos desenvolvimentos biológicos. É socialmente elaborada e historicamente determinada. Encontra-se no campo das produções não materiais em cuja especificidade é que aquilo que é objetivado é, inicialmente, apropriado no próprio ato de produção. Também, conferindo-lhe especificidade sobre outras

produções de ordem não material, atende às necessidades de ordem subjetiva atribuindo-lhes sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, agonistas, competitivos ou outros. Encontra-se apartada, no que concerne à sua função social, do trabalho enquanto intercâmbio orgânico; o que não significa que esteja apartada da forma como historicamente os seres humanos produzem e reproduzem socialmente a vida, sendo por estas condições, em última instância, determinada. Suas formas de expressão no atual grau de desenvolvimento podem ser reconhecidas como jogos, esporte, ginástica, dança, mimica, arte circense, luta e outras⁵⁶. O desenvolvimento histórico e a apropriação por parte da Educação Física possibilita pensar que além de se constituir enquanto produção humana podem se relacionar com objetivos correlatos – e secundários: saúde, desenvolvimento de determinadas habilidades, técnicas e outras.

E, por fim, utilizaremos do mesmo itinerário com o qual finalizamos a primeira parte do primeiro capítulo – sobre a objetivação. Ou seja, este debate que acima sintetizamos torna-se abstrato se não levar em consideração que no atual grau de desenvolvimento que nos encontramos, tal processo de objetivação e apropriação se dá numa base pautada no estranhamento, com as características já colocadas na segunda parte do mesmo capítulo – sobre o estranhamento. Até aqui tratamos da dimensão ontológica; esta só encontra materialidade se avançarmos na dimensão histórica. E, portanto, por mais que tenhamos, neste capítulo, colocado pistas sobre o desenvolvimento histórico que leva ao estranhamento, precisaremos aprofundar o entendimento sobre a relação, eixo central deste trabalho: estranhamento e cultura corporal.

56 A própria definição usada nos permite reconhecer, no campo da realidade e da possibilidade, uma infinita gama de expressões da cultura corporal.

4 CULTURA CORPORAL E ESTRANHAMENTO

O desenvolvimento criador do marxismo nas condições atuais, cobra dos marxistas uma atitude menos prudente e uma disposição mais ousada. Cumpre-lhes aproveitar as investigações realizadas nos domínios da infraestrutura da alienação, para utilizar os resultados aí obtidos num outro plano, isto é, na observação das outras formas e aspectos do fenômeno global da alienação. (KONDER, 2009, p. 45).

Continuamos no terceiro e último capítulo com aquilo que iniciamos no anterior. Se lá realizamos um debate ontológico, aqui complementaremos a análise a partir de um enfoque histórico, ou seja, o debate da cultura corporal, não mais de forma abstrata, mas sim pautada na sociedade de classes que universaliza a troca de mercadorias reificando, ao mesmo tempo, a relação entre os seres humanos.

Esbarramos em um problema; entender o fenômeno do estranhamento em uma produção de ordem não material. Nas produções materiais, a observação empírica e o acúmulo teórico já nos possibilita o entendimento. Aliás, este foi o grande problema desta monografia: identificar o fenômeno do estranhamento em uma produção não material, neste caso, a cultura corporal.

Além de termos elencado as expressões do fenômeno estranhamento– no primeiro capítulo–, identificamos algumas pistas já no debate ontológico realizado no segundo capítulo.

Resgatando-as, temos a fala do Saviani que aponta que existe a possibilidade de transito de uma produção até então identificada como não material em que o produto não é separável, para uma produção em que o produto é separável. Para tal, citou a questão dos pacotes escolares. Temos, também, Marx (1978) apontando que o Capital tem presença limitada neste tipo de produção. Limitada, mas tem. E, por fim, temos uma citação de Escobar e Taffarel (2013, p. 5-6) que deixam claro esta possibilidade:

Entretanto, na execução da atividade é plausível ao homem mudar o caráter das relações entre os objetivos e os motivos que a determinaram, através da atribuição de um valor que lhe confere um sentido pessoal que pode, ou não,

coincidir com os significados sociais historicamente a ela outorgados. Isso permite afirmar que essas atividades manifestam a realidade humana, pois, espremam a relação objetiva do homem com os objetos sociais que na relação social adquirem o sentido humano, porém, **a relação social dada pela divisão social do trabalho e de dominação do homem pelo homem – alienação – as degrada ao caráter de simples atos humanos.** O que caracteriza atualmente a atividade humana em relação ao trabalho continua sendo o seu **caráter alienador**, sendo necessário que o processo de escolarização continue firmando a dualidade corporeamente. (grifos nossos).

O que fizemos até agora nos ajudará a sintetizar esta relação. Quando referenciamos a ideia de acúmulo histórico, algo socialmente criado e historicamente determinado, é neste exato momento em que estas expressões encontram significado. Um dado momento histórico pode determinar que os sentidos das atividades sejam modificadas para além dos limites colocados pela suas características objetivas. Nas palavras de Escobar (2009), por exemplo, o jogo perde seu caráter lúdico, passando para um caráter lúdico-competitivo, atrelando-se às questões de trabalho.

Ou seja, o que acima – segundo capítulo- apareceu como algo totalmente e exclusivamente determinado pelos fenômenos da objetivação e apropriação, aqui precisa ser pautado a partir do fenômeno do estranhamento.

Grande salto de qualidade é o de entender que uma sociedade de base material pautada no estranhamento terá expressões superestruturais, também, pautadas no estranhamento. No primeiro capítulo, baseados em Marx (2008), afirmamos que em uma sociedade em que o produto que produz – por motivos já expostos- me é estranho, estranho passa a ser o processo, eu mesmo e o gênero humano. E, portanto, “[...] na formação do indivíduo, será alienador **todo processo** que resultar na não-efetivação, na existência individual, das possibilidades historicamente produzidas de objetivação consciente, social, livre e universal.” (DUARTE 2009, p. 97, grifos nossos).

És o momento de identificarmos este fenômeno nesta produção em específico: a cultura corporal.

Dividiremos, para fins didáticos, este capítulo em dois momentos: no primeiro momento apresentaremos os dados objetivos que elucidam a mercadorização da cultura corporal, suas características e consequência. É como se estivéssemos resgatando o princípio da observação do Marx (2010 e 2008) ao tratar de um modelo de produção em que os

produtores não se reconhecem nos objetos produzidos; estes lhes são estranhos. Por isso que estamos tratando este momento como análise da expressão objetiva do fenômeno estranhamento. A cultura corporal, socialmente produzida e historicamente determinada, estranhando-se dos produtores. Nas palavras do mesmo autor; se me estranho do que produzo, alguém se apropria disto (MARX, 2008). Aqui onde, de fato, trataremos da questão da mercadorização da cultura corporal; algo sem o qual não podemos avançar no debate do estranhamento.

No segundo momento, apresentaremos as expressões subjetivas desta condição, ou seja, apresentaremos as expressões subjetivas do fenômeno do estranhamento no campo da cultura corporal. Lembramos que elencamos ao final do primeiro capítulo quais seriam estas expressões: “compreensão passivamente sofrida”; “apropriação em-si”; “não-efetivação das possibilidades historicamente produzidas de objetivação consciente, social, livre e universal.”; “estranhamento”; “separação entre sentido e significado” e “desefetivação, perda do objeto; “identificação espontânea” e “servidão ao objeto”. Cabe agora analisa-las na dinâmica da cultura corporal.

Longe de entender estas dimensões como partes, etapas, entendemo-las a partir da unidade. O que resgatamos aqui é o desdobramento do fenômeno objetivo, acima elencado. Ou seja, ao se estranhar do produto, me estranho da atividade, de mim mesmo e do gênero humano. Não mais me reconheço plenamente nas expressões humanas que outrora me conferiam identidade de gênero. É aqui que resgatamos as expressões, acima citadas, “compreensão passivamente sofrida”, “apropriação em-si”, “separação entre sentido e significado”, etc.

Mais uma vez, aquilo que se deve entender a partir da unidade, aqui encontrará uma divisão apenas didático-expositiva.

Na introdução deste trabalho, apresentamos uma categoria – a totalidade- que nos impossibilita entender a cultura corporal descolada dos demais fenômenos sociais. Desta forma, antes de adentrarmos nas expressões objetivas do estranhamento, trataremos de relatar como que a cultura corporal alcança o nível de desenvolvimento que será por nós analisado abaixo.

4.1 CULTURA CORPORAL E MODO DE PRODUÇÃO

O faremos a partir da ideia de que as mudanças qualitativas neste campo são determinadas pelas mudanças no modo de produção. Rouyer (1977, p. 160), ao justificar o que acima pontuamos, define: “Estes dois elementos [desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais] necessariamente ligados determinam a forma e o conteúdo do trabalho humano segundo as classes sociais, mas condicionam igualmente toda a vida social [...]”.

No segundo capítulo, trouxemos uma citação do mesmo autor que fala de atividades que estão ao lado do ato de produção, o rodeiam, atividades de representação, úteis à vida. Acontece que aqui, ao tratar o fenômeno do ponto de vista histórico, a universalização desta capacidade só encontra eco concreto na sociedade primitiva, exatamente por que é uma sociedade sem classes.

Na Grécia antiga, por exemplo, já instaurada uma sociedade de classes – escravista- temos o que Rouyer (1997, p. 162), vai chamar de desporto antigo. De um lado os homens livres – aristocratas- com atividades não imediatamente úteis à produção: arte, educação, desporto. De outro lado, para os homens diretamente envolvidos na prática social diretamente produtiva (p. 163), temos a atividade entre amigos em vistas de resgatar a humanidade perdida em atividades desumanizantes.

A expansão da produção mercantil, do comércio, influencia também os jogos antigos. Temos já, em alguns casos, escravos pagos para participar destas atividades.

Esta expansão atinge Roma – que conquista a Grécia no século II e absorve alguns de seus costumes.

O parasitismo é reforçado pela comercialização do desporto, da dança, processo já começado na Grécia e pelas tradições de sacrifícios religiosos dos Romanos. O espetáculo dos desportistas profissionais transforma-se em jogos de circo mais ou menos sangrentos. (ROUYER 1977, p. 169).

Já no período feudal, alguns elementos, mais ou menos ligados ao novo modo de produção, vão determinar o enfraquecimento destas práticas esportivas⁵⁷. De um lado temos o cristianismo, detentor do poder de educar, atrelado ao idealismo filosófico que vê no corpo

57 Como neste momento estamos utilizando uma mesma referência, o termo esporte aqui, sem prejuízo, pode ser tomado como sinônimo de cultura corporal, objeto de nossa dissertação.

marca de pecado e, portanto, condena as praticas desportivas. De outro lado, temos os trabalhadores assoberbados pelos trabalhos físicos. E, por fim, temos os grandes proprietários voltados às atividades de guerra, apenas tolerando algumas expressões não diretamente ligadas a estas. (p. 170-171).

Em se tratando da época burguesa, o caso da Inglaterra é representativo já que é neste país que temos, inicialmente, o grande desenvolvimento das forças produtivas. O que, por consequência, nos leva a um maior - ou mais rápido - desenvolvimento das relações sociais.

Alguns muitos elementos – uma multiplicidade de determinações, causas e consequências- podem ser observadas neste período.

Em primeiro lugar temos o ócio de uma determinada classe – a burguesia- marcada pelas apostas: em cavalos, sobre alguns corredores e, mais tarde, semiprofissionais (p. 173).

Temos, também, a sistematização de atividades que satisfaçam suas necessidades: corrida a pé, armas, *cricket*, etc. (p. 173). Desta época se destaca a Colégio de Rugby e o clérigo Thomas Arnold que vai se servir desta forma de ócio. A ideia era a de sistematizar atividades; um novo método de educação: o desporto. Sob a batuta dos alunos – organizando jogos interclubes, treinamento, etc - este formato alcançou grande sucesso nas universidades.

Destacamos, também, que temos aqui a lógica de expansão do império colonial como consequência imediata de uma época de prosperidade e segurança alcançada pela Inglaterra no princípio do século XIX.

Perante estas condições, há necessidade de homens fortes, empreendedores, que saibam tomar as suas responsabilidades neste mundo de livre troca, do *struggle for life*, descoberto por Darwin nesta época da história, e transformada em princípio pedagógico por Spencer. São necessárias equipas de homens de ação solidários, prontos a jogar com o espírito de iniciativa, segundo as regras do jogo capitalista. (p. 173-174).

Percebam que até então tratamos da aristocracia e burguesia. A cultura corporal/esporte aqui cumpre um papel educativo: a educação dos princípios e valores burgueses, a moral aristocrática.

De outro lado, as camadas populares, ainda que com uma jornada de trabalho que não possibilita o ócio tal qual os primeiros – ou possibilita, quando muito, um tempo de recomposição- os jogos de bola populares começam a ser integrados.

Com o intuito de manter o caráter de exclusividade desta nova forma de educação, a aristocracia e a burguesia, utilizando seu poder material, introduzem o caráter de amador ao esporte: “É amador aquele que não é nem operário, nem artífice, nem assalariado.” (p. 174).

Acontece que esta determinação não é mecânica nem estática. As contradições entre as classes expressa-se, em igual medida, nas praticas do desporto. Temos, portanto, uma cisão: o desporto profissional⁵⁸ – receita para a burguesia e trabalho para o operário -, e o esporte amador, ócio educativo – restrito à burguesia. “A Inglaterra apresenta o primeiro caso típico no que respeita à realidade do desporto num país capitalista” (p. 175). Destacamos que não se trata de uma determinação unilateral que anularia a contradição, ou seja, em sua gênese, o esporte moderno já é marcado pelo caráter contraditório. Interesses contraditórios que se erguem de uma base econômica contraditória e que se materializa em expressões de esporte de igual teor.

Acompanhando o processo de expansão econômica, passa o esporte a ser exportado para o mundo como um método de formas definidas, institucionalizado⁵⁹, e com regras precisas (p. 176).

Temos o que podemos chamar – não a partir de uma lógica formal e estática- de marco da criação do esporte moderno: “Não se deve, assim, ignorar as condições do nascimento do desporto moderno, a sua relação com as necessidades históricas precisas que determinaram a sua finalidade de conjunto, bem como a sua natureza interna” (p. 176)⁶⁰.

Após a primeira guerra temos uma redução do caráter educativo (moral aristocrática) do desporto moderno e a ampliação da perspectiva especializada e do profissionalismo. O que

58 Não podemos esquecer de que no contexto de luta, na correlação de forças entre as classes em disputa os trabalhadores conseguem arrancar algumas possibilidades de ócio.

59 Um marco do tipo desporto moderno, onde clubes e federações são as expressões mais representativas.

60 Mais uma vez lembramos que esta expansão não deve ser pensada de forma unilateral, desencarnada de contradições. Indicamos a leitura da obra por nós tantas vezes citada -Rouyer 1977- para aprofundar no entendimento da criação de uma cultura esportiva contrária à moral burguesa. Temos o exemplo Checoslováquia – Spartakiades-: “[...] a classe operária, pode ela também, nas condições do domínio burguês, desenvolver e dirigir um importante movimento ginástico e desportivo.” (p. 179). E o exemplo da França, na criação, em 1909, da Federação Desportiva Atlética Socialista, um movimento próprio da classe operária. (p. 183).

se vê é um profissionalismo cada vez mais presente nas mais diversas modalidades esportivas e outras modalidades da cultura corporal. Esta relação se dá em concomitância com a possibilidade de mercadorização destas modalidades. Embora este seja um assunto para abordarmos abaixo, aqui trazemos uma citação que expressa esta profissionalização crescente:

O processo de profissionalização no esporte inicia com os operários [...], mas acaba por se expandir. Com o avanço do mercado, esses critérios de classe vão sendo, pouco a pouco, dissolvidos. A profissionalização vai se tornando cada vez mais frequente nos esportes. Essa transformação do esportista em assalariado, levanta uma questão importante, também para os fenômenos culturais. (SILVA 1991, p. 38).

Sem perder de vista o caráter de tensão, a contradição e a multiplicidade de determinações, apontamos como elemento central deste esporte moderno, especialmente a partir da segunda metade do século XX, o fato de ser este uma grande fonte de receita.

Esta fonte de receita, atrelada à expansão mercadológica do modo de produção fez com que o esporte, assim como outras mercadorias, sobrepujasse a lógica do local, dos Estados nacionais – e, relativamente, o próprio sentimento de nacionalismo⁶¹- e a perspectiva amadora do esporte. A ideia de aldeia global⁶², que sobrepõe o local, defere o último golpe à ideia de amadorismo; ainda que, mesmo que apenas no discurso, permaneça esta máxima⁶³. Se antes um atleta podia ser punido caso se descobrisse sua filiação profissional, hoje o

61 “Relativamente” pois o sentimento nacionalista ainda é um grande trunfo de expansão do esporte. Esta é uma grande contradição do capital no século XX, como nos aponta Souza Junior (2010): de um lado a necessidade de expansão sem limites nembarreras; de outro, um Estado nacional. Ainda que o autor, tratando da base econômica, tenha acertado ao dizer que esta contradição é vencida pelo primeiro elemento, no campo do esporte a ideia de nacional, mas precisamente, o nacionalismo, continua a ser um grande trunfo de expansão. O que não quer dizer, por exemplo, que não seja bastante corriqueiro a presença de camisas de times – e até seleções- estrangeiros ou a apreciação de atletas estrangeiros por parte dos brasileiros.

62 Temos uma grande dificuldade de aceitar o caráter de ineditismo da expressão globalização como algo descoberto na segunda metade do século XX. Acreditamos até que se cometeu uma grande injustiça ao premiar a quem pretensamente descobriu este fenômeno neste século. Gostaríamos de lembrar o leitor que em pleno século XIX, mais precisamente no ano de 1848, Marx e Engels, ao escrever o Manifesto do Partido Comunista, já sinalizavam para a necessidade de expansão mundial do capitalismo. De sobra ainda apontaram a necessidade de um meio de comunicação correspondente; na época, citaram o telégrafo. Em tempo, lembramos do que Lenin escreveu no início do século XX no “Imperialismo: fase superior do capitalismo”. Lá este autor já alertava sobre o mesmo fenômeno. Aqui manteremos a terminologia e a ideia pelo caráter de ineditismo que possui ao trato do esporte e da cultura corporal.

63 Interessante perceber que algumas modalidades esportivas utilizem justamente o discurso da profissionalização como forma de valorização dos seus praticantes.

Comitê Olímpico Internacional – COI – “[...] explicita o caráter profissional da atividade esportiva em seus diferentes níveis.” (SOARES e VAZ, 2009, p. 487). Os autores avançam e apontam que com a mediação das tecnologias, a partir dos anos 70, verificamos uma fusão entre cultura e mercado (p. 488). E completam: “Nessa direção, o esporte moderno ou qualquer outro bem simbólico não poderia deixar de ser afetado por este processo.” (p. 489).

No início, a renda gerada pelos jogos ou eventos estava restrita à bilheteria e à comercialização de produtos no dia do espetáculo. À medida que atraíam mais público e conquistavam mais adeptos, observou-se a vinculação de diversas marcas e produtos aos espetáculos esportivos e aos atletas. As possibilidades de ganhos com os eventos se ampliaram muito: cotas de televisão, patrocinadores de eventos e campeonatos, imagem dos atletas, marketing esportivo explorando os valores disseminados no esporte etc. Um maior volume de dinheiro significa mais investimentos e uma ampliação das possibilidades de lucro e empregabilidade. (SOARES e VAZ, 2009, p. 503).

Até apontamos acima as características da “sobrepunção e comparação objetiva” (HILDEBRANDT, 2005) como basilares no entendimento do esporte moderno. O record, o racionalismo, o individualismo, o tecnicismo, o doping, desempenho máximo, competição, etc. apareceram como desdobramentos dos elementos basilares. Mantemos a posição.

Mas acreditamos que estas características estão condicionadas, são potencializadas, pelo elemento de mediação entre uma sociedade de base econômica capitalista e as expressões no campo do esporte⁶⁴ – cultura corporal- moderno: ou seja, a mercadorização; o que acima colocamos como fonte de receita. Esta mediação, – repetimos- sem perder de vista seu caráter contraditório, promove a passagem de um pretense virtuosismo esportivo por uma busca incessante pelos melhores resultados.

O esporte não é mais aquele. A ideologia do mais vale competir do que ganhar deixou de refletir o interesse geral. É preciso vencer, sim a qualquer custo⁶⁵. As

64 Apenas lembramos o que colocamos na introdução deste trabalho: o esporte aparece enquanto expressão da cultura corporal que mais desenvolveu e, portanto, seus exemplos podem nos elucidar o percurso dos outros elementos da cultura corporal. Um rápido exemplo pode ser resgatado quando da análise das lutas em sua aparição hegemônica na contemporaneidade. O MMA – Misto de artes marciais- já começa a ser “visitado” pelas características advindas do esporte; doping, por exemplo.

65 Não percamos de vista que a forma pretensamente mais asséptica, ou seja, o “mais vale competir”, não pode ser entendida fora da lógica própria do modo de produção de onde se ergue, também, o discurso do “vencer a

massas desejam recordes que igualam os esportistas aos super-heróis patrocinados por grandes empresas, que investem em tecnologia para esses homens aprimorados correrem cada vez mais e venderem cada vez mais os produtos que estas empresas produzem. Os heróis criados fazem propaganda de produtos que são consumidos pelas massas que aí se imaginam um pouco super também, fechando-se o ciclo. (BOURG, 1995).

A mudança de sentido do esporte, em se comparando o período antigo – até mesmo a época capitalista de virtuosismo- e a época moderna – especialmente na segunda metade do século XX - não deixa impune suas estruturas internas; de um jogo de regras frouxas ou incertas, indiferenciação entre atleta e espectador, localização improvisada etc.; temos no dito esporte moderno a grande estrutura jurídico-organizacional, gestão burocratizada, estatuto internacional, regras codificadas e minuciosas, aperfeiçoamento constante dos atletas em busca de recordes e espaços específicos com medições e formas precisas (MASCARENHAS, 2009, p. 514); algo essencial para o processo de comercialização.

Mais um parêntese: o desdobramento do que apontamos acima encontra materialização nos chamados megaeventos esportivos. Aliás, estes serão utilizados como exemplo em quase todo nosso terceiro capítulo por motivos óbvios, mas fundamentalmente por conseguir agrupar em um mesmo espaço/tempo aquilo que de mais desenvolvido nós temos no que concerne à produção e consumo mundial da mercadoria esportiva - em sentido restrito - e da cultura corporal - em sentido lato.

Não que estejamos ignorando a dimensão expressiva que ostentaram Olimpíadas [...] e Copas do Mundo até os anos 70 [...]. Mas o fato é que podemos falar em uma ‘virada dos 80’, quando as duas entidades – Federação Internacional de Futebol Associação (Fifa) e Comitê Olímpico Internacional (COI) – reorganizaram-se profundamente, adotando novos princípios gerenciais, abrindo mão de velhos princípios para aderir à inserção plena do esporte no capitalismo e tornando-se duas das maiores multinacionais do mundo. Desde então, passaram a atrair poderosos patrocinadores e a vender os direitos de transmissão dos eventos em bases monetárias que crescem em progressão geométrica. Muito dinheiro para promover a grande festa, que é vista por bilhões de espectadores: espetáculo e globalização são duas palavras que sintetizam estes rituais contemporâneos. (MASCARENHAS, 2009, p. 507).

qualquer custo”. Apenas aparece na sua forma mais branda. Alternam posições de hegemonia. Mas está longe de ser verdade que a máxima do “mais vale competir” não esteja atrelada a uma sociedade pautada na lógica concorrencial como um de seus princípios basilares. Configura-se como mais um tipo de discurso crítico por dentro do objeto criticado e, portanto, limitado por este.

Este elemento é tão importante e verificável que o mesmo autor, na época ainda especulando sobre a possível cidade a ser escolhida para sediar as olimpíadas de 2016, entre as concorrentes na época (Rio de Janeiro, Chicago, Tóquio e Madri), já projetava o favoritismo do Rio frente às demais cidades. Não por questões estruturais (infraestrutura, logística, instalações esportivas etc); o que, à primeira vista, seria o mais lógico e, por consequência, colocaria a cidade de Chicago ou Madri como favoritas. O Rio aparece como favorita por conta de questões geopolíticas, ou seja, a estratégia planetária de gestão e difusão do olimpismo. (p. 530). Além disso, este favoritismo é reforçado pela posição geográfica do Rio que lhe confere um fuso horário próximo aos Estados Unidos e à Europa, ou seja, “[...] próximos aos dois maiores mercados telespectadores do mundo.” (p. 531). E, por fim, trata da expansão de um pretense mercado consumidor (especialmente, nas palavras do autor - não nossas - as classes C e D) para além da já tradicional cultura norte-americana, por lá, relativamente saturada.

Entendamos este fenômeno – mercadorização e estranhamento da/na cultura corporal-mais de perto.

4.2 EXPRESSÕES OBJETIVAS DO ESTRANHAMENTO

Alguns foram os exemplos que utilizamos para entender o fenômeno da mercadorização em campos que não exclusivamente o das produções materiais. Destes, destacamos o caso da arte, atividade livre e criadora a priori, mas que se torna uma grande mercadoria no processo de universalização do modo de produção capitalista.

Ilusão querer que alguma produção, em se efetivando sua potencialidade de lucro, ficaria impune às determinações materiais, afinal: “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza” (MARX, 2010). O mesmo autor trata desta expansão quando diz:

Uma série de funções e atividades envoltas outrora por uma auréola e consideradas como fins em si mesmas, que se exerciam gratuitamente ou se pagavam indiretamente (como os profissionais, médicos, advogados etc., na Inglaterra, que não podiam ou não podem se queixar para obter o pagamento de seus honorários), por um lado, se transformam diretamente em *trabalhos assalariados*, por diferente

que possa ser seu conteúdo e pagamento; por outro, caem — sua avaliação, o *preço* dessas diversas atividades, desde a prostituta até o rei — *sob as leis que regulam o preço do trabalho assalariado*. (MARX, 1978, grifos do autor).

Mas não podemos perder de vista que esta passagem qualitativa não deixa impunes as produções humanas em sua estrutura como não deixa impune, também, o processo de apropriação e objetivação das mesmas.

Antes, tratando da cultura corporal como produção que a priori não é separável, temos a ideia de que esta produção não material não se adapta tão confortavelmente ao capital — assim como foi na arte e na educação.

O movimento corporal humano não se objetiva de maneira totalmente independente de seu produtor, isto é, sua produção é concomitante ao seu consumo, tanto por quem o executa, como por quem o observa. No âmbito do esporte, (e de modo evidente no esporte espetáculo), o gesto esportivo é produzido pelo atleta e não pode se objetivar para além do próprio atleta, portanto consome-se no ato de sua produção. (SILVA, 1991, p 46-47)

Até então o “local” ainda é muito presente. Se pensarmos no processo ainda tímido de expansão mercadológica da cultura corporal, ainda que tenhamos já uma extração de mais-valia e, portanto, já se configure no processo de produtividade capitalista, isto ainda se realizava de forma embrionária.

Como consequência desta característica **não material** do movimento corporal humano e, em última instância, do próprio esporte espetáculo, sua exploração de forma capitalista só pôde ser feita de uma maneira limitada até algumas décadas atrás, pois a mercadoria dependia dos seus produtores de forma imediata para ser comercializada. Assim, a venda de um espetáculo esportivo tinha como limitação o próprio número de pessoas que era possível colocar na assistência do mesmo. Dependia, também, da presença e disponibilidade dos atletas, o que sem dúvida foi mais fácil de ser resolvido com o surgimento da profissionalização esportiva. Com essa particularidade, mesmo que fosse possível comercializar um evento para milhares de pessoas (e a maioria dos locais não possibilitava isso), o capital envolvido era sempre limitado e insignificante para a circulação global de capital. Por isso é possível dizer que no primeiro período de mercadorização do esporte espetáculo sua relação com o capital era **exterior**, já que realizado sob a coordenação do capitalista. Mas isso não chegava a afetar o interior do processo, alterando, de alguma forma, as características do esporte. O que se pode perceber é que também nessa esfera, inicialmente de lazer, de tempo livre, o processo de produção passa a ser um processo paralelo de valorização; o processo de produção

de valores-de-uso passa a ser um processo de produção de valores-de-troca, também no que se refere ao esporte. (SILVA, 1991, p. 47, grifos da autora).

Já temos, portanto, o processo em curso; mas este ainda era limitado por alguns elementos oriundos da própria qualidade dos produtos em questão.

Para vencer as resistências, colocadas pela própria natureza do produto, acima evidenciadas, o capital precisa alterar o mesmo em suas qualidades mais íntimas (GHIRALDELLI JR, 1990, p. 198): “[...] na lógica capitalista, também estas situações devem se materializar para se transformarem em produtos de consumo posterior e, assim, se transformarem de fato em mercadorias.” (p. 198). E, continua o autor:

O movimento corporal humano enquanto mercadoria é outro movimento corporal humano, ganha outras características pois se forja dentro de outra perspectiva. Sua resistência ao processo de mercadorização é quebrado, mas não sem um preço, que é sua mutação” (GHIRALDELLI JR, 1990, p. 198).

Um elemento que deve ser pontuado ao pensar nesta mudança qualitativa é o papel que a tecnologia exerce para que algo, outrora envolto numa auréola de valor-de-uso, tenha sua totalidade colocada a serviço no grande mercado. Estamos falando da fita cassete, DVD, transmissão via satélite, internet e do próprio vídeo (p. 198). Com o desenvolvimento destas ferramentas, algo local torna-se universal; algo apenas consumido pelos presentes no momento de produção – mesmo que numa relação de compra e venda: bilheterias- passa a ser consumido por qualquer pessoa em qualquer parte do mundo. Se até aqui pontuamos que algo ao ser apropriado pela lógica capitalista tem sua qualidade alterada, isso pode ser elevado à enésima potência quando esta lógica passa a ser universalizada.

A ciência, como uma importante força produtiva a serviço do capital, acaba por derrubar alguns desses impedimentos extra-econômicos aos quais Marx se referia. Possibilita a **materialização** do esporte espetáculo através da tecnologia do videotape e das transmissões via satélite. Os meios de comunicação de massa, também resultado da ciência aplicada, possibilitam a mercadorização em larga escala do esporte espetáculo e vencem o impedimento posto pela própria natureza não material do movimento corporal humano. Com a concretização e difusão desses recursos, surge um dos setores mais produtivos deste final de século - a indústria cultural esportiva. (SILVA, 1991, p. 48, grifos da autora).

E se de um lado temos a ciência e a tecnologia à serviço desta universalização, não podemos esquecer da outra ponta, o fim destas atividades: o mercado consumidor. “[...] a quantidade de consumidores é fundamental para o aumento da mais-valia, como fruto da reprodução ampliada do produto do trabalho excedente.” (SILVA, 1991, p. 48). Se a mais-valia é gerada no processo produtivo, encontra sua realização na esfera da circulação tendo, portanto, o consumidor um papel preponderante.

Aqui resgatamos as pistas deixadas por Saviani e Marx (1978). Ambos apontam que existe uma possibilidade, ainda que limitada, de introdução da lógica capitalista no campo de produções não materiais em que o produto não é separável do ato de produção. Parece-nos que estes limites só resistiram até o processo mundial de expansão do capital na segunda metade do século XX e, no caso da cultura corporal, precisamente até meados dos anos 80 do mesmo século.

Sendo assim, de acordo com as ideias do primeiro, temos a cultura corporal transitando para a categoria de atividades humanas em que o produto é separável do ato de produção.

Apenas gostaríamos de acrescentar que não se trata de uma passagem absoluta, ou seja, ainda que tenhamos um produto a ser consumido, mediado por um emaranhado de meios de comunicação, separado do ato de produção, isso não anula o fato de que no ato de produção exista também o consumo. E não falamos apenas do consumidor do estádio que permanece pagando para ver “ao vivo” os esportes, por exemplo. Tratamos, também, do produtor desta mercadoria. Ter ela separada não anula que ali, no ato de sua produção, esteja ele consumindo o esporte.

Só a lógica dialética nos ajuda a entender o que aqui, finalmente, fica mais claro quando tratamos de duplo caráter da cultura corporal. Antes adiantamos que se tratavam de produções humanas que, sem deixar de sê-lo, transformam-se em mercadorias. Aqui acrescentamos que, além disto, tem um duplo caráter também no que concerne à relação entre produtor, produção e consumo. Ao lutar no ringue, ou seja, ao produzir a luta que é consumida de um lugar totalmente alheio ao lutador, este consome relativamente a luta em seu ato de produção. Esta é uma condição que, longe de negar as determinações históricas,

independe de período. Faz parte da própria qualidade da cultura corporal que a difere talvez, do objeto artístico – neste caso, estranhado -, mais próximo das produções materiais⁶⁶.

Não precisamos aqui elaborar explicações mirabolantes para entender este fenômeno. Buscando as referências já utilizadas, neste caso Vázquez (2011) no debate sobre a arte, temos uma relação antes pautada numa dupla hostilidade – arte e produção material- sendo transformada em mais um braço do capital. O mesmo autor, comparando a arte com a ciência aponta que esta última não passou pelo mesmo processo – hostilidade- por ter uma relação direta com a produção material capitalista, funcionando como força produtiva potencializadora dos fins a que se pretende o modo de produção⁶⁷.

No campo da cultura corporal arriscamos dizer que esta dupla hostilidade pode ser reduzida a um caráter temporário até que a cultura corporal se mostre como potencializadora do lucro. E isto pode atender a dois tipos de interesses diferentes: da própria cultura corporal enquanto mercadoria- coisa que já começamos a ver acima-, e da cultura corporal como meio para potencializar o lucro. Neste caso, que não é o caso desta dissertação, podemos dar como exemplo a ginástica científica que subsumiu o circo por este, ao contrário da primeira, não ter relação com a produção; pelo contrário, em alguns casos, até ir de encontro a esta⁶⁸. (SOARES, 1994). Na atualidade podemos citar a ginástica laboral.

A outra via – da cultura corporal em relação à produção material- nos parece que é uma hostilidade que já no esporte moderno, como tratamos no capítulo primeiro, não encontra muita resistência. Isto por que suas características são bem afeitas ao modo de produção – e vice-versa: competição, rendimento máximo, record, racionalismo, tecnicismo, sobrepujança, etc. E, portanto, a atividade livre e criadora no campo da cultura corporal; algo que, como na arte, apareceria como limite; neste caso, se “dissolve no ar”.

O que é fundamental, e que por nós será utilizado no próximo tópico, é que esta relação não deixa impune a estrutura dos objetos transformados em mercadoria. Do ponto de vista ontológico, teríamos a cultura corporal e a arte no campo daquilo que Vázquez (2011)

66 Ao se “materializar” em um quadro, escultura, etc.

67 Ainda que, como pontuamos no primeiro capítulo, este desenvolvimento seja contraditório no momento em que encontra as relações sociais como impeditivo de seu desenvolvimento contínuo.

68 O que dizer do funambulo que nada de produtivo (capitalista) tem na sua atividade de se equilibrar sobre uma corda ou mesmo do equilibrista que se coloca de pernas para o ar, danificando aquilo que no século XIX era o instrumento principal do trabalho: a mão?

chamou de atividades eminentemente criadoras e livres. Teríamos! Ao terem suas barreiras invadidas pela lógica da mercadoria, tem suas qualidades alteradas.

Em síntese - provisória- temos o esporte, com os adventos tecnológicos e atendendo aos interesses mercadológicos, que passa a ser um produto separável do produtor no ato do consumo.

Cabe, de outro lado, lembrar, também, que este debate do “separável” será sempre mais ou menos relativo para cada caso e nunca poderá significar a ausência de objetivações humanas quando tratando-se de produções humanas.

Tanto as produções materiais quanto as não materiais – em que o produto é separável- o produtor estará sempre presente, ainda que objetivado no seu produto (material ou não). A lógica capitalista nos estranha – objetivamente e subjetivamente- das produções, como já pontuamos acima. Só não consegue anular plenamente que o produto ali colocado à venda seja consequência da “presença” de uma atividade e, portanto, de um ser humano que humanizou a natureza, se objetivou no produto.

Mantemos, portanto, a posição política de considerar sempre o trabalhador presente nos seus produtos, assim como faz Brecht em seu poema:

Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis:
Arrastaram eles os blocos de pedra?

E a Babilônia várias vezes destruída
Quem a reconstruiu tantas vezes?

Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?

A grande Roma está cheia de arcos do triunfo:
Quem os ergueu?
Sobre quem triunfaram os Césares?

A decantada Bizâncio
Tinha somente palácios para os seus habitantes?

Mesmo na lendária Atlântida
Os que se afogavam

gritaram por seus escravos
Na noite em que o mar a tragou?

O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Sozinho?

César bateu os gauleses.
Não levava sequer um cozinheiro?

Filipe da Espanha chorou,
quando sua Armada naufragou.
Ninguém mais chorou?

Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu além dele?
Cada página uma vitória.
Quem cozinhava o banquete?

A cada dez anos um grande Homem.
Quem pagava a conta?

Tantas histórias.
Tantas questões⁶⁹.

A ideia do separável (ou não) nos ajuda no entendimento das qualidades diferentes das produções, ainda que tendo a raiz em um mesmo elemento. Existem qualidades, funções sociais diferentes, entre uma produção material – um carro- e uma produção não material- dança, por exemplo- no ato de consumo. Diríamos que no segundo caso, que é o caso da cultura corporal como um todo, o trabalhador é mais presente. Se na venda do carro, o trabalhador que o fez não se encontra presente, a mesma coisa não acontece com a cultura corporal onde, mesmo no vídeo, é o produtor que ali está. Ainda assim vale, mesmo que com as ressalvas tratadas acima, a expressão “separável”. É ela que, aliás, conserva a observação histórica das determinações capitalistas que “rasgam” a relação do produtor da cultura corporal com o produto de sua atividade, outrora não separável no ato do consumo.

Esta diferença não é apenas de termos. O fato de se ter um produto “mais separável” faz com que as produções materiais sejam totalmente absorvidas pelo mercadorização. É representativo que entre os 10 homens mais ricos do mundo, segundo a famosa revista

69 “Perguntas de um trabalhador que lê”: Bertolt Brecht (Augsburg, 10 de Fevereiro de 1898 — Berlim, 14 de Agosto de 1956): influente dramaturgo, poeta e encenador alemão do século XX. Disponível em: <http://tokdehistoria.wordpress.com/2012/09/07/bertolt-brecht-perguntas-de-um-trabalhador-que-le/>

Forbes⁷⁰, nenhum apresenta como destaque ser um grande empresário do campo do esporte – mesmo já tendo, como Eiki Batista, investimentos na área- ou da arte.

O fato de depender da presença, mesmo estranhada, do produtor no ato de consumo faz com que o capital encontre alguns limites que já ultrapassou nas produções de ordem material. Não tem como, talvez, produzir, comercializar e utilizar atletas como se produz carros. Por isso que, nas palavras de Ghiraldelli (1990) o esporte precisa ser materializado. O vídeo é um exemplo.

E, portanto, mesmo que superando os limites a cada dia, cabe a ressalva do Marx (1978) quanto aos limites do capital no entorno das produções de ordem não material. Um caso de mudança quantitativa que ainda não alcançou níveis de mudança qualitativa que autorize-nos afirmar que o autor está superado.

Confessamos não estarmos totalmente convencidos se de fato existe uma diferença qualitativa entre o carro enquanto mercadoria e a dança mercadorizada, no que diz respeito à “presença” de seus produtores no ato do consumo. Acreditamos ser uma questão de tempo – se é que este já não se faz presente – a aproximação entre as produções, transformando, de igual maneira, o trabalho do produtor de cultura corporal em mais uma forma – mais ou menos complexa- do mesmo trabalho comum capitalista: dispêndio de energia quantificada.

Até aqui temos uma síntese que nos permite entender que a cultura corporal, uma produção de ordem não material, é apropriada pela lógica capitalista, torna-se uma mercadoria e tem sua estrutura modificada; passa a compor o campo das atividades em que o produto é relativamente separável do produtor no ato do consumo.

Alertamos ao leitor que aqui devemos acrescentar o que no capítulo anterior ainda se encontrava preso ao processo de abstração do nosso entendimento da cultura corporal. Em outras palavras, precisamos atualizar nosso conceito. Se lá dissemos que: “Encontra-se no campo das produções não materiais em cuja especificidade é que aquilo que é objetivado é, inicialmente, apropriado no próprio ato de produção.”, aqui já avançamos para pensar numa produção que transita para o campo do “relativamente separável”. Não é a toa que lá utilizamos o termo “inicialmente” para tratar do produto apropriado no ato de produção. Era um “a priori”. Este não pode existir em sua plenitude sem a determinação histórica do “a

70 <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/as-10-pessoas-mais-ricas-do-mundo-segundo-a-forbes#7>

posteriori”, ou seja, aquilo que era inicialmente “não separável”, aqui se torna “relativamente separável”.

Vamos aos dados que colocam a cultura corporal, notadamente o esporte, como uma mercadoria valiosa na atualidade.

Apesar dos números não serem precisos, podemos afirmar que a riqueza produzida pela indústria esportiva- ‘PIB do esporte’- foi, em termos percentuais, mais alta que o crescimento do produto interno bruto (PIB) nacional. No período de 1996 a 2000, o PIB do esporte registrou alta de 12,34%, enquanto o PIB nacional expandiu 2,25%. No setor de varejo, as lojas de artigos esportivos vêm registrando crescimento na ordem de 10% em 2001, 2002 e 2003 [...], e apontam um crescimento de adeptos no golfe (30%), handebol (20%), tênis (15%) e squash (15%). Em 2002. A receita do setor de esportes, incluídos indústria e comércio atacadistas, atingiu 42 bilhões, sendo o futebol responsável por 30% das vendas [...]. Para o Brasil, os atletas profissionais tornaram-se mesmo o principal produto de exportação. Em 2007, segundo o Banco Central, entraram no país cerca de 195,2 milhões de euros só em negociação de jogadores. (SOARES e VAZ, 2009, p. 502)

O destaque no futebol, talvez o mais desenvolvido, é sempre representativo.

De acordo com os números, Betting (1998) revela que o futebol é *show-biz*, é *business*; é negócio para executivos profissionais. Entre negócios diretos e indiretos, ele movimentou US\$ 370 bilhões em 1997, segundo a *Forbes* (um bilhão de dólares por dia). Um inventário do futebol mundial, atualizado pela FIFA para a Copa do Mundo de 1998, na França, indica que são movimentados por ano perto de US\$ 280 bilhões. Entre empregos diretos e indiretos, formais e informais, atingindo, aproximadamente a 410 milhões de pessoas. Pela ordem de prioridade, escalona-se 1º) o entretenimento é a maior indústria do mundo em volume de negócios e em número de empregos; 2º) o desporto é o segundo maior segmento (depois do turismo) da indústria do entretenimento; 3º) o futebol é o maior mercado da economia do desporto. (NESTROVSKI, 2005, p. 110).

Os recursos previstos para a construção da Arena Corinthians, Arena Fonte Nova, Arena Pernambuco e reforma do Maracanã quando somados chegam à quantia de 2,6 bilhões de reais. Ao todo, segundo o economista Luiz Mario Behnken (cordenador do REME: Rede de Mega Eventos Esportivos e membro do Fórum Popular do Orçamento), cada megaevento deve custar em torno de 30 bilhões de reais. (PRADO, 2011, p. 20).

O exemplo do Maracanã é representativo para tratar da mercadorização que traz como consequência a diminuição de acesso. Se de um lado a reforma do Maracanã estava orçada em 705,6 milhões de reais (quarta reforma do estado nos últimos 11 anos), de outro, vai diminuir sua capacidade em 10 mil lugares. “Ou seja, onde já couberam 200 mil pessoas um dia, depois da reforma, caberão 76 mil [...] **O projeto do Maracanã, na verdade, não é para os torcedores [...]**” (PRADO, 2011, p. 20, grifos nossos). Isso pode encontrar justificativa no fato de que em outros tempos toda a renda do futebol era gerada pela venda de bilheteria. Com a transmissão via satélite, passou a ser desnecessário um estádio abrigar 200 mil pessoas.

Também no Rio, no estádio do Engenhão, a construção, antes orçada em 160 milhões, terminou em quase 500 milhões de reais. Cabe lembrar que o estádio é hoje administrado por um clube de futebol: o Botafogo. Isto limita acesso.

Sobre o mesmo evento – Pan do Rio-, temos: “Em 2007, a Organização Desportiva Pan-americana orçou o evento em R\$ 409 milhões, mas, no final das contas, forma gastos R\$ 5 bilhões.” (SALLES, 2009, p. 27).

Ainda segundo a mesma autora, já tratando da Copa de 2014, a Prefeitura de Fortaleza orçou as obras para a Copa em 9,46 bilhões; 2,5 vezes o orçamento municipal para 2010 e quase o que foi gasto pelo Estado em 2009. (p. 22).

“No caso dos Jogos Olímpicos, o orçamento oficial da candidatura do Rio 2016 prevê gastos totais de 28.865.657,00 reais, como consta no sumário executivo publicado na página oficial da campanha: www.rio2016.org.br.” (SALLES, 2009, p. 27)

O que é mais importante e alarmante – e que nos ajuda a entender a cultura corporal mercadorizada, privatizada e, por consequência, restrita a um determinado grupo - vem a seguir:

Ao se ler o projeto vitorioso Rio 2016 – calhamaço com duas centenas de páginas- é possível notar a intenção de aprofundar a privatização da cidade. Das oito instalações sob o controle do poder público municipal, apenas uma não está/será concedida à iniciativa privada. As três estaduais serão terceirizadas. As onze construídas com recursos federais terão uso ou misto ou serão licitadas para empresas privadas. A iniciativa privada não vai investir em nenhuma instalação esportiva nova. (SALLES, 2009, p. 27)

Se as informações contidas no site oficial do Rio 2016 - www.rio2016.org.br – estiverem corretas, teremos a venda de 6 milhões de ingressos pelo preço médio de 36 dólares. Isso resulta numa receita média, apenas com venda de ingressos, de 216 milhões de dólares⁷¹.

Está é uma mercadoria muito valorizada. Para fazê-la “valer à pena”, nas Olimpíadas de 2016, segundo a mesma fonte, aproximadamente 10.500 atletas (são 28 modalidades olímpicas) são esperados. Este é um número alto. Mas perde sua grandeza quando comparado ao número total de praticantes de esporte. Diminui ainda mais se elencarmos como “categoria” o número de pessoas com possibilidade de prática, mas que ainda não praticam por uma multiplicidade de fatores; inclusive a falta de oportunidades, investimentos, etc. Como exemplo: só no Karate, a partir da *WorldKarateFederation/WKF* (Federação Mundial de Karate), modalidade de luta recém reconhecida pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), temos uma previsão de 10 milhões de Federados⁷² – e, portanto, número menor do que o número real total de praticantes. Números de apenas uma modalidade que supera e muito os participantes de uma Olimpíada.

Temos um número pequeno de praticantes movimentando uma soma grande de dinheiro. Temos, também, um número pequeno de praticantes (10.500) justificando cifras enormes de investimentos. Resta aos espectadores (6 milhões *in loco* e outros tantos milhões por satélite) o consumo passivo de produtos e subprodutos do esporte.

De outro lado, a prática esportiva que prioriza a maioria da população e que exige investimento, recebe poucas verbas⁷³.

Sem anular a possibilidade de um debate no campo da moral, acreditamos ser mais proveitoso iniciar entendendo objetivamente as condições postas; especialmente por conta da

71 Esta é apenas uma média, já que os valores dos ingressos variam. Portanto, este número total pode variar pra mais ou pra menos. Independente disso, um número considerável.

72 Fonte: http://www.karatedobrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=147:w-k-f&catid=4:institucional

73 Como apresentam os dados da LEPEL/FACED/UFBA: “No campo específico do Esporte, constata-se, por exemplo, que os investimentos de municípios, estados e união não correspondem a 0,2% do PIB. O fato é que, segundo denúncia do secretário da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo, Lars Schmidt Graef, não há no Brasil nenhum Estado da Federação que invista pelo menos 1% de seu orçamento no esporte. A média estadual é de 0,2% dos orçamentos, enquanto o investimento do governo federal no Ministério do Esporte oscila na base de 0,02%.” Estes são dados apresentados na conferência nacional de esporte em 2004, três anos antes do Pan do Rio. Fonte: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/>

recorrente propaganda do legado dos megaeventos. Indo para a objetividade, podemos entender concretamente os fatos.

São operações destinadas a favorecer a especulação imobiliária, beneficiar empreiteiras, promover a valorização fundiária, implantar moderna infraestrutura (telecomunicações) em áreas nobres, aquecer o setor hoteleiro, bem como assegurar a permanência de grupos políticos no executivo local, além de fomentar o ufanismo urbano – ‘a cidade como pátria’ (Vainer, 2000) – e projetar internacionalmente a imagem da cidade. (MASCARENHAS, 2009, p. 526).

Podemos afirmar que o esporte é muito mais utilizado no Pan 2007 como componente estratégia de *city marketing* do que propriamente fomentado no cotidiano. Afinal, a esmagadora maioria da população carioca e fluminense ‘participa’ do evento como telespectadores e como financiadores indiretos, através de nossa imensa carga de impostos. **O esporte amador permanece abandonado, conforme relata diariamente a grande imprensa. O projeto Pan 2007 não prevê explícita e detalhadamente o uso comunitário das diversas instalações esportivas após os jogos.** As autoridades são reticentes e imprecisas quando consultadas acerca do efetivo legado esportivo do Pan. A preocupação central se volta para as vantagens econômicas e políticas da ampla coalizão e com a retórica de projeção mundial da imagem urbana. (MASCARENHAS, 2009, p. 526, grifos nossos).

Objetivamente temos uma pratica negada ao conjunto de trabalhadores que sustentam, mais ou menos, direta ou indiretamente, esta mesma modalidade.

Analisemos agora as mudanças estruturais do que acima está claro que se trata de uma valiosa mercadoria.

4.2.1 Mudanças estruturais: valor/valor-de-troca subsumindo o valor-de-uso

Tratemos agora das modificações estruturais para que esta produção humana possa ser absorvida e utilizada enquanto mercadoria.

Pensamos estar vencida a posição que via na cultura corporal, e suas características, um limite absoluto em relação à possibilidade de ser encarada como mercadoria. O que vamos agora fazer é “olhar mais de perto” esta relação.

A caracterização do esporte, (ainda que com especificidades em relação a cultura), praticado em condições especiais comuns a esse tipo de sociedade industrial,

assumindo a forma de espetáculo e tendo a troca como objetivo, começa pouco a pouco por secundarizar o seu valor-de-uso. A possibilidade de ser trocado por dinheiro, na medida em que supre necessidades de diversão e entretenimento de terceiros, vai se sobrepondo aos objetivos de potencialização harmônica das capacidades humanas [...]. (SILVA, 1991, p. 46)

Partindo da premissa de que o valor-de-uso de uma determinada produção humana se caracteriza por suas qualidades, pela função social, pela potencialidade de satisfação das necessidades humanas, algo independente de período histórico, podemos aqui, pelo que já foi abordado, elencar o que configuramos como sendo o valor-de-uso da cultura corporal.

Inicialmente temos que destacar que se trata de produções que, se outrora estavam mais diretamente relacionadas com o êxito na relação do ser humano com a natureza, passam gradativamente a compor o campo das produções que satisfazem necessidades de ordem não material, ou seja, necessidades espirituais, da imaginação⁷⁴. Necessidades de ordem subjetiva atribuindo-lhes sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, agonistas, competitivos ou outros. Ou, nas palavras de Mascarenhas (2009, p. 514): “um jogo de regras frouxas ou incertas, indiferenciação entre atleta e espectador, localização improvisada etc.”. Ou mesmo pegar emprestado as palavras de Marx (1978) quando diz: “[...] atividades envoltas [...] por uma auréola e consideradas como fins em si mesmas, que se exerciam gratuitamente ou se pagavam indiretamente.”.

Como pontuado acima, constitui em um campo de produções em que o produto não é separável do produtor no ato do consumo. Isto a coloca próxima do campo da arte e da educação, por exemplo. Expressa, portanto, certa hostilidade – ainda que temporária – ao modo de vida e produção material burguesa, por ser uma atividade própria do ato livre de criação e autocriação humana.

Porém, estas características são deixadas de lado – nunca anuladas- quando da transposição da cultura corporal para o mundo das mercadorias. Sua qualidade passa a ser exaltada apenas como motor da troca, mas, como qualquer outra mercadoria, esta qualidade se configura como um entrave ao processo de troca. É preciso encontrar – assim como foi feito com a produção material, a educação e a arte - aquilo que lhe permite ser quantificada, que a coloca no bojo do trabalho social global. Nisso ela perde todo seu caráter de protagonismo,

74 Sem que para isso tenham perdido sua relação com a forma como os seres humanos produzem e reproduzem socialmente a vida.

especificidade, ineditismo, liberdade, “ireprodutibilidade”. Existe uma mudança no sentido da atividade; algo que trataremos no tópico sobre as expressões subjetivas do fenômeno.

O esporte, apesar de sua natureza de valor de cultura, não escapa a essa lógica capitalista. Seu valor cultural é secundarizado, senão desprezado por completo quando assume a forma de mercadoria, enquanto espetáculo. O fundamental para a troca não é o fato dele ser **expressão de cultura**, mas sim de ser portador de valor, que acrescido da mais-valia, é capaz de reproduzir e ampliar o capital investido. Para isso, basta apenas que se faça seu cálculo e como as especificidades que possui não podem ser quantificadas, a mercadoria em questão passa a ser considerada como as demais, fruto do trabalho humano e, como tal, pode ser igualada a qualquer outra mercadoria. (SILVA, 1991, p.42, grifos da autora).

É aqui que ela se encaixa naquilo que Escobar (2009) teceu duras críticas – por nós ponderadas- sobre algo que a priori não expressa nada para fora, para além dos diretamente envolvidos na atividade.

Neste momento precisamos entender este processo por duas vias: a primeira que tem na cultura corporal um motor para valorização de outras mercadorias; e da própria enquanto mercadoria a ser vendida no grande mercado. Sem que pra isso tenhamos que entender os dois processos como ocorrendo de forma separada. Arriscamos a dizer que na maior parte das vezes, ocorrem em paralelo.

No primeiro caso, podemos levantar a questão da quase total inversão da utilidade da cultura corporal. Se antes seu valor-de-uso era determinado pelas possibilidades de satisfação de necessidades estéticas, lúdicas, competitivas, etc., no atual grau de desenvolvimento das relações do modo de produção capitalista, para este, o “valor-de-uso” destas produções, ou seja, sua utilidade, é de valorizar o valor de outras produções. “O esporte passa a auxiliar na reprodução ampliada de capital, neste, e em outros setores da indústria não diretamente relacionados a ele, tornando-se altamente produtivo.” (SILVA, 1991, p. 51-52).

Temos a valorização dos mais diversos produtos; sejam eles diretamente envolvidos com o esporte (sungas, bola, chuteira, luva, prancha, sapatilha, tatame, kimono, suplementos, etc.) até mesmo produtos que pela moral falida da relação esporte-saúde jamais fariam parte dos produtos envolvidos com este tipo de pratica: bebidas alcoólicas e cigarros, por exemplo.

Durante a realização de um espetáculo esportivo há, atualmente, não só a assistência das pessoas que se encontram naquele tempo e local, como também de todas as

demais que a ele terão acesso pelos meios de comunicação de massa, o que perfaz um número representativo de possíveis consumidores. Tal mercado desperta a atenção de diversos setores da indústria, iniciando com o fenômeno que ficou conhecido como a ‘propaganda no esporte’, aliada a ‘propaganda do esporte’, até o ponto em que fica difícil definir o limite entre uma e outra. São instalados nos locais de competição toda forma de propaganda dos mais variados tipos de mercadorias. Sob a forma de placas, out-doors, camisetas, pessoal de marketing, mas principalmente, em torno da figura do atleta, seja no seu vestuário, em sua bebida, nos objetos que utiliza ou no local em que descansa, tudo lembra as diversas marcas e mercadorias. É um novo espaço na veiculação da propaganda até agora inexistente e que em função das próprias características do esporte (sua relação com o prazer, saúde e beleza), acaba se tornando um potencial valioso especialmente para a indústria cultural esportiva⁷⁵. (SILVA, 1991, p. 49).

Esta mudança estrutural, do ponto de vista da prática esportiva mundializada – e institucionalizada-, tem como características:

[...] grande estrutura jurídico-organizacional, gestão burocratizada, estatuto internacional, regras codificadas e minuciosas, aperfeiçoamento constante dos atletas em busca de recordes e espaços específicos com medições e formas precisas (MASCARENHAS, 2009, p. 514)

No segundo caso, o da própria cultura corporal enquanto mercadoria, precisamos realizar o esforço de entender o complexo processo da totalidade de trabalhos – abstratos- para materialização desta mercadoria que lhe confere um valor⁷⁶. Esta não é uma tarefa fácil tamanha a quantidade de atividades envolvidas na produção deste produto em específico⁷⁷.

[...] para que a prática do esporte se concretize na forma mercadoria, são necessários diversos equipamentos, que vão desde o vestuário do atleta até aqueles ligados ao esporte propriamente dito, como bola, rede, trave, relógios, etc. O que acontece é

75“Os grandes campeonatos mundiais de alto nível têm, entre suas exigências, que as equipes que dele participem, devam permitir a propaganda nos locais de competição, criando condições para que isto seja feito. Mesmo países que não teriam o mercado entre seus princípios, como é o caso de Cuba, teve que admitir a publicidade em volta das quadras, para que seu time de Voleibol pudesse participar do Campeonato da Liga Mundial neste ano de 1991 (Folha de São Paulo, 17.10.90, esportes D-8)”. (SILVA, 1991, p. 49).

76 Ainda que não tenhamos, nos capítulos prévios, abordado a questão do preço, não podemos esquecer que na “esfera ruidosa da circulação” (MARX, 2010), além da lei objetiva do valor, temos, também, a determinação da lei igualmente objetiva do preço (especialmente oferta e procura) e de alguns elementos subjetivos que influem - para mais ou para menos - numa variação do valor e do preço: a questão da exclusividade, por exemplo.

77 Esta, aliás, foi uma tarefa não aprofundada por Vázquez (2010) ao tratar da arte. Neste campo, restringiu a apontar que as qualidades são secundarizadas em relação à quantificação, elemento central para se constituir enquanto mercadoria a ser trocada.

que com a complexificação da atividade ditada pela especialização, cresce enormemente a quantidade de materiais necessários à prática do esporte de alto nível, especialmente daquele que se torna espetáculo. São dezenas de especificações de sapatos tipo tênis, uniformes, implementos para treinamento e prática, atingindo em grande escala também os locais de prática esportiva, tornando-os diferenciados de acordo com a categoria dos atletas que o utilizam e com o tipo de prova a que se destinam. [...]. Ao mesmo tempo que há a ampliação da pesquisa na área dos equipamentos esportivos, visando dotá-los de melhores condições para acompanhar o aumento da eficácia necessária ao espetáculo esportivo, há também a diversificação e popularização desses equipamentos na busca pela ampliação do consumo e reprodução do capital. (SILVA, 1991, p. 49).

Temos desde o processo complexo de produção da cultura corporal, passando pelo complexo sistema de difusão – algo central neste modelo- até a outra ponta do movimento: um mercado consumidor cada vez mais exigente.

Os limites deste trabalho não nos permitem desvendar esta rede complexa de quantidades de trabalho que determinarão o valor da mercadoria cultura corporal.

Pensamos que podemos entender este fenômeno a partir de uma expressão singular, pela mercadoria mais valiosa em todo o processo, sem a qual não existe valorização do valor: a força de trabalho do atleta trabalhador e dos especialistas envolvidos na formação desta mercadoria.

Lembramos, porém, que além da mercadoria força de trabalho, temos todo um complexo estrutural necessário para a produção desta.

Na análise da produção do esporte espetáculo, também se pode notar a presença das demais características do trabalho presentes em outros processos produtivos mais comuns e frequentes. Como qualquer processo produtivo, há um capital constante empregado nas instalações físicas (sejam elas ginásios de esporte ou laboratórios), equipamentos esportivos (implementos como bolas, barcos ou dardos), nos instrumentos utilizados no treinamento (bicicletas ergométricas, vídeos ou computadores), entre outras coisas. Esse capital constante traz em si mesmo corporificado um trabalho já realizado, passado, um **trabalho morto**. (SILVA, 1991, p.43, grifos da autora)

Isto faz Bourg (1995) questionar de quem seria o record no esporte: do homem, da bicicleta – um exemplo- ou do cientista? E continua: “Que espaço resta à aventura, ao imprevisto, à improvisação ou à incerteza que enriquecem a lenda do esporte?” (ibidem).

Para não manchar a ainda existente moral asséptica do esporte que desconfiarmos que existe um mal explicado combate contra o doping; justamente para não ter que responder as

questões acima com respostas que não tenha o atleta como motor do record. Isto mancharia a imagem de super-homem, motor da difusão do esporte pelo mundo.

Por mais que reconheçamos a importância do capital constante, apenas destacamos a mercadoria força de trabalho por ser esta a portadora do poder de gerar um novo valor. O dito trabalho morto ou o capital constante “apenas” transfere o valor ao produto final. Não que isto minimize sua importância, aliás, como apontamos acima, sem bicicleta, laboratórios, ginásios, etc. não teríamos o esporte no nível que encontramos. Acontece que a mais-valia, elemento central do trabalho produtivo capitalista não ocorre sem a mercadoria força de trabalho.

4.2.2 Atleta – e especialista – produtor

Já que pontuamos que estamos diante mais uma das mercadorias a circular no grande mercado, cabe entender quem é o produtor desta. Estamos tratando do trabalhador/atleta e dos especialistas (técnicos diversos, fisiologistas, fisioterapeutas, preparadores físicos, psicólogos, professores da divisão de base, etc.). Ora, se tratamos do valor, precisamos tratar do trabalho abstrato.

Até então nenhuma surpresa em considerar a mercadoria força de trabalho do atleta como um trabalho abstrato. É bem verdade que pelas próprias características da mercadoria em questão não temos uma abstração em absoluto. Diferente do trabalho abstrato da fábrica, aqui as qualidades do trabalhador são mais presentes – como já abordamos acima. Risco é o de achar que por isso não possa este ser alçado à condição de abstrato, ter suas qualidades secundarizadas em relação ao valor.

O exemplo da arte já nos instrumentalizou com argumentos suficientes para pontuar que a quantificação, outrora inaceitável, passa a ditar o valor destas atividades. Observemos isso pelas próprias características do dito esporte moderno.

Iniciemos pelos especialistas envolvidos na prática esportiva, para além do atleta. O fato do esporte está cada vez mais especializado – que, aliás, é uma exigência da lógica da troca de mercadorias- se expressa na quantidade de profissionais envolvidos.

No interior da produção do espetáculo esportivo também é possível perceber a **divisão do trabalho existente**. Esse fenômeno, apontado anteriormente, surge como

consequência da complexificação da atividade, motivada por sua mercadorização. A divisão do trabalho no esporte tem sido acidental, sendo representada basicamente pela figura do atleta (trabalho manual) e do treinador (trabalho intelectual). Com a mercadorização dessa atividade, várias profissões são criadas lembrando, ainda que de forma distante, essa mesma divisão. Um exemplo ilustrativo é a função que o antigo treinador ocupava anteriormente, que foi subdividida e agora é exercida por vários profissionais. Em algumas equipes, há um profissional especializado em dirigir o condicionamento físico, outro para coordenar o treinamento e ainda um último que dirige a equipe durante as competições. Em relação à pesquisa e a assessoria às atividades da equipe, ocorre o mesmo. A análise da atuação dos atletas revela uma divisão do trabalho, presente nos esportes individuais, mas aparecendo com mais evidência nos esportes coletivos, onde se subdivide as funções de acordo com o grau de habilidade de cada um. Apesar do esporte ter atingido um tal nível em que todos os atletas devam conhecer todas as funções no interior da atividade, e se preciso, exercê-las, permanece uma especialização que é aperfeiçoada diariamente. Assim, numa equipe de voleibol, no iatismo, no futebol ou no polo aquático, cada atleta tem um papel a desempenhar de acordo com seu melhor rendimento, lembrando neste processo produtivo o que ocorre ‘naturalmente’ com outros processos, onde o capital não pode ser submisso aos diferentes graus de habilidade que os trabalhadores possam ter. Ao subdividir uma atividade em função de seus objetivos, o capital passa a explorar o que há de melhor em cada trabalhador individual, obtendo um grau médio de trabalho social e compondo de certa forma, o trabalhador coletivo mais eficaz e produtivo, porque atinge maiores índices de habilidade e competência (aumentando o valor-de-uso do espetáculo) e torna mais fácil sua mercadorização (aumentando seu valor-de-troca). (SILVA, 1991, p. 45, grifos da autora).

Este conjunto de trabalhadores, compondo o trabalhador coletivo envolvido na produção da cultura corporal, além de transferir valor para o produto final, ainda acrescenta o mais valor.

Guardemos para o próximo tópico as consequências subjetivas desta relação. Aqui apenas adiantamos que este processo de intensa divisão social não se limita ao espaço fora das quatro linhas. Se antes, um jogo de vôlei era praticado tendo todos os jogadores experimentando as mais diversas posições, hoje temos um especialista para cada posição. Temos, aliás, um especialista – o líbero- em uma única atividade: defender.

Não muito tempo atrás o cargo de treinador de futebol era ocupado, em boa parte das vezes, por um ex-atleta em um processo não muito elaborado de formação. Sua experiência era suficiente para justificar seu cargo. Com o processo traçado na citação acima, além da intensa especialização e divisão de tarefas, hoje, o ex-atleta tem que passar por todo o processo complexo de formação para atuar num campo cada vez mais pormenorizado.

Não se trata de uma avaliação moral, não estamos na seara do “melhor ou pior”, trata-se de uma constatação objetiva. Esta é uma exigência da atual fase de desenvolvimento do esporte.

Ao ocultar o processo – além de revelar-, o produto final, a mercadoria cultura corporal (que tem no atleta, seu “difusor” – relativamente separado) ofusca a existência de uma infinidade de especialistas envolvidos na produção. Ofusca aos olhos apaixonados dos espectadores que apenas veem e torcem pelo produto final, mas não aos “olhos” da “fria” calculadora capitalista que contabiliza cada uma destas atividades como quantidades de trabalho a serem somadas quando da definição do valor final.

O grau de especialização fez com que profissionais, outrora voltados para atuações mais gerais, tivessem sua formação direcionada para a atuação esportiva; é o caso da medicina ou fisioterapia esportiva. Aqui apenas vamos mencionar que esta divisão atende a uma lógica que vê no ser humano um somatório de partes de responsabilidade de cada especialista mais ou menos afastado de outros especialistas.

Olhemos mais de perto agora quem, arriscamos dizer, se constitui como elemento primaz neste processo: o atleta.

Sua primazia não se constitui enquanto uma justaposição das outras atividades, tanto do capital constante (bicicletas, laboratórios, quadras etc.) quanto do capital variável, por nós acima citados (diversos especialistas: médicos, fisioterapeutas, psicólogos, massagistas, etc.). É uma primazia alcançada pela posição que este ocupa no complexo processo de produção da mercadoria cultura corporal. No seio do trabalhador coletivo, este ganha destaque por ser a expressão, o resultado final, aquele que aparece como “portador” das habilidades a serem consumidas. E de fato, o é: “Sem as estrelas não há público, não há renda, não há prêmio que incentive as performances, não há sensação, nem publicidade, nem vendas” (SILVA 1991, p. 37). É o que tratamos acima, por mais que o vídeo esteja entre o produtor e o momento do consumo, não tem como absolutamente anular o produtor da mercadoria.

Abaixo trazemos uma citação da mesma autora que explica a relação deste trabalhador no que diz respeito à sua relação com os demais profissionais deste trabalho coletivo e, na mesma hora, aponta como esta relação eleva o valor da força de trabalho.

O que se deduz, é que o esportista desempenha um trabalho qualificado que não só gera uma mercadoria de valor mais elevado, como sua própria força-de-trabalho adquire um valor mais alto. Este valor mais elevado é derivado, principalmente, do fato de que seu processo de aprendizagem também necessitou de um trabalho despendido (da parte de seus professores, pesquisadores e demais pessoal técnico) e de uma série de equipamentos e instalações (de apoio didático, de implementos esportivos e técnicos, laboratórios e outros), tudo implicando em capital investido

anteriormente. Além disto, o valor da mercadoria esportiva também precisa ser mais alto, porque em função do alto nível técnico exigido e de outras especificidades, como a disciplina de estudo e trabalho, boa parcela dos que iniciam o processo de aprendizagem e de treinamento são excluídos. Apesar de sua exclusão, deixam uma parcela de trabalho despendido que precisa ser incluída no valor da mercadoria esporte espetáculo. Para se ter idéia da extensão do período de formação do atleta, por exemplo, e do investimento feito, é preciso considerar o tempo de sua preparação desde a infância, em contato com o esporte na escola e nos clubes, passando por todas as fases, até chegar ao seu melhor desempenho, no esporte espetáculo. Se realmente o processo se concretiza desta maneira, é possível ter uma noção da quantidade de pessoas envolvidas em todo este período e do número de esportistas e atletas iniciantes que são testados, até que uns poucos sejam adequados às finalidades e superem as diversas formas de seleção existentes. (SILVA, 1991, p. 41)

Do valor da mercadoria cultura corporal, já falamos acima. O que nos interessa aqui, e que segue em paralelo com esta mercadoria, é o valor da força de trabalho do atleta/trabalhador. A diferença entre elas se configurará como mais-valia no esporte.

É esta relação – apontada na citação acima- e não qualquer outra que explica objetivamente o alto valor com que são vendidos os atletas. Os casos do futebol são emblemáticos. Estima-se que Neymar – jogador do Santos - possui um valor de mercado de 109,8 milhões de reais⁷⁸.

Encarar isso como grande absurdo, uma injustiça em relação ao conjunto de brasileiros que sobrevivem com um salário mínimo, que, porventura, realizam profissões mais “nobres” que a do Neymar, é desconhecer as leis objetivas que regem a troca de mercadorias capitalistas. O que está em jogo não é a qualidade da profissão, ainda que esta seja valorizada como motor de troca. Ao fim e ao cabo, o que está em jogo é a quantidade de trabalho humano socialmente necessário para produzir determinada mercadoria. Esta pode ser calculada pelo tempo, ou pelo valor.

A citação acima deixa claro o tanto de trabalho despendido para produzir uma mercadoria como a que o Neymar é portador. Uma infinidade de garotos se amontoa nos testes realizados nas mais diversas partes do Brasil. Apenas um vira jogador profissional.

Desde a estrutura do teste, passando pelos centros de treinamentos, por todo complexo trabalho com uma centena de jovens que, em sua maioria, abandonarão a profissão, estamos falando de quantidade de trabalho. Neymar ao despontar no futebol, é portador de toda esta

78 Fonte: http://www.brasileconomico.com.br/noticias/neymar-e-o-segundo-jogador-mais-valioso-das-americas_109800.html

quantidade de trabalho; precisa compensar todo o investimento despendido pelo clube. Não esqueçamos o que acima pontuamos: o produto oculta o processo.

Isto que podemos chamar de valor médio, resultado da soma de tudo que acima colocamos, ao girar na esfera da circulação, pode variar para mais ou para menos a depender de leis objetivas (oferta e procura) e leis subjetivas (exclusividade).

Acontece que o grande trunfo do capital não é o de formar o Neymar; é, desta formação, extrair a mais-valia tão desejada e que se constitui como sentido da atividade para o proprietário do processo de produção.

Sobre este ponto de vista, a força-de-trabalho é ainda mais explorada porque o valor-de-troca atingido pela mercadoria esporte espetáculo é muito superior ao valor-de-troca pago pela força-de-trabalho. Quando o valor-de-troca do esporte, (o montante arrecadado, por exemplo, em uma final de campeonato), era limitado a bilheteria do ginásio ou campo e somado a algum patrocínio, os esportistas já desempenhavam um trabalho não pago. Isso porque a arrecadação é sempre superior ao valor investido pelo capital. ‘Os espetáculos desportivos atraem multidões cada vez mais numerosas. As receitas arrecadadas nas bilheterias dos estádios ascendem por vezes a vários milhões. Os campeões são a causa direta deste afluxo de dinheiro; e se pobres ou não, não tiram disso qualquer proveito, não podem deixar de sentir a injustiça, o absurdo desta situação’ (Dumazedier, 1961:60). A perspectiva do autor citado, apesar de limitada ao ponto de vista do atleta, demonstra bem o excedente produzido mesmo num estágio ainda inicial da mercadorização do esporte. Mas com a ampliação do mercado para o esporte espetáculo até um nível quase universal, pode-se dizer que por maior que seja o valor-de-troca da força-de-trabalho dos esportistas e do valor dos meios de produção, são apenas parcelas de um capital final, porque acrescidas da mais-valia produzida por esses próprios esportistas, através do trabalho excedente. (SILVA, 1991, p. 44, grifos nossos).

No campo nem um pouco polêmico da tradição marxista, encontramos o debate pela definição do que seria a tarefa produtiva capitalista. Temos os que identificam na extração de mais-valia o pilar básico para esta definição e, portanto, a relação traçada acima se enquadra; de outro, temos os que entendem que esta é uma relação de “soma zero” (LESSA, 2007). Todo o valor acrescido à mercadoria é fruto não de um novo valor – como na fábrica- , mas da transferência de um segmento à outro. Como no exemplo da escola particular onde o dinheiro que se constitui como mais valia para empresário, é fruto da subtração do montante que ele recebeu dos pais e daquilo que ele gastou com estrutura e força de trabalho. Ou seja, é uma relação de transferência. Neste caso, a relação acima não se enquadraria.

Por hora, assim como Vázquez (2010) o fez com a arte, destacamos que existe uma extração de um valor maior daquilo que foi investido na produção e, portanto, se configura

como trabalho produtivo capitalista⁷⁹. Este se diferencia de outras relações, mesmo aquelas mediadas pelo pagamento, por gerar o mais valor, por ser mercadorizado não para o consumo individual, mas sim pelo sentido de gerar um valor maior ao final do processo inteiro. Como falamos acima, para o capital, seu “valor-de-uso” é valorizar o valor, não a utilidade que satisfaz uma necessidade imediata; no nosso caso, não uma necessidade estética, lúdica, competitiva, etc.

Esta síntese nos permite apontar, por mais incrível que isso possa parecer, que o atleta, ainda que tenha seu passe estipulado na incrível marca de 109,8 milhões de reais, é também um sujeito estranhado do seu produto, exerce também um trabalho não pago⁸⁰. O valor gerado por ele excede, mais ou menos, aquilo que é investido em sua formação. Este é o pilar do capital. A cultura corporal, uma vez absorvida pela lógica, não estaria à parte desta relação.

Assim como nós, Silva (1991, p. 44-45), se apropria da categoria trabalho produtivo para explicar esta relação:

Como produtor de mais-valia, (e disso pode-se ter certeza ao ver que o capital final é sempre superior ao inicial no esporte espetáculo), o trabalho do esportista é, de acordo com os parâmetros do capital, **um trabalho produtivo**. O espetáculo esportivo que produz é capaz de atingir um valor-de-troca muito superior ao seu valor real. Se acoplada a esta mercadoria, estiver a tecnologia, reproduzindo-a em vários lugares, em outro tempo e repetindo-a quantas vezes quiser, a mais-valia é também muitas vezes ampliada, agora também fruto do trabalho qualificado empregado nessa reprodução. O trabalho vivo despendido pelo esportista, passa a ser apropriado pelos meios de produção. Neste caso os equipamentos do processo de reprodução do esporte (para vídeo-tapes ou transmissões por satélite), este trabalho é transformado pela aplicação de outro trabalho vivo e útil (dos técnicos em reprodução e comunicação), também como produtor de mais-valia e como tal, também é trabalho produtivo. (grifos da autora)

Ainda que com suas especificidades, esta relação no campo da cultura corporal pode ser tratada como análoga ao que acontece em uma fábrica. O atleta/trabalhador, mesmo recebendo - em poucos casos - salários astronômicos, recebe aquém daquilo que produz. Como dito na citação acima, a ampliação das possibilidades de transmissão, alarga ainda mais o valor da mercadoria para além da mercadoria força de trabalho. Como também já falamos, a

79 Já o debate do sujeito revolucionário por excelência merece mais atenção e foge aos objetivos deste texto.

80 É exatamente aqui em que se torna vital o que tratamos no 2º capítulo quando resgatamos a fala de Iasi (2002) quando compara o trabalhador assalariado ao escravo e ao servo e diz que aquele tem a impressão de que todo seu trabalho é pago.

incorporação de outras mercadorias potencializa este valor final. Pra se ter uma ideia: somente no dia de sua apresentação ao clube de futebol Real Madrid, o Português Cristiano Ronaldo ajudou a vender 3 mil camisas com o numero 9⁸¹. O sobretrabalho, o trabalho não pago, ainda que mais difícil de visualizar, também está presente nesta escala produtiva. No caso da fábrica, podemos estipular o tempo de trabalho não pago; no caso da cultura corporal isto fica mais difícil, ainda que posamos projetar pelas cifras astronômicas, tal qual a que acabamos de apresentar – venda de camisa. Em síntese: o valor da mercadoria produzida pelo trabalhador é maior do que o valor da sua força de trabalho. Isto que nos autoriza dizer que se trata de uma relação de produtividade capitalista.

Não com a mesma intensidade, mas pela mesma lógica de uma fabrica, este trabalhador passa a ser formado em larga escala à ponto de, pela universalização das trocas mercantis, ser utilizado nos mais diversos quadrantes do mundo. Temos desde o jogador de futebol que passa temporadas no exterior até mesmo aqueles que se naturalizam por falta de oportunidades em seu país de origem.

Quando um determinado país resolve fazer investimentos em uma ou mais modalidades esportivas, seja por tradição ou por instituição de política pública para este fim, a competição interna para disputar os melhores postos de trabalho ou a representação da nação se torna acirrada. Isso acaba por gerar uma alta produção de atletas de alto nível em modalidades esportivas específicas cujo excedente se torna disponível para ser negociado no mercado internacional do esporte. Aqueles que não conseguem atingir o objetivo de disputar um campeonato mundial, uma Olimpíada ou uma Copa do Mundo, por seu país, são seduzidos pelo mercado transnacional do esporte. (SOARES e VAZ, 2009, p. 484).

A natação Norte-americana talvez seja um dos exemplos mais emblemáticos disto: as seletivas para compor a equipe do país muitas vezes são mais forte que a própria competição para onde serão destinados.

Abramos um parêntese para tratar da condição de trabalho deste atleta trabalhador, portador do “valor-de-uso”, entendido pelo capital, como o de gerar mais valia em cifras astronômicas.

81 Fonte: <http://esportes.terra.com.br/futebol/internacional/espanha/cristiano-ronaldo-bate-recorde-de-venda-de-camisas,77a88611391aa310VgnCLD200000bbceeb0aRCRD.html>

Se o esporte, por exemplo, ganha caráter de mercadoria; se a força de trabalho do atleta é, também, uma mercadoria, pensamos ser interessante analisar tal relação mercantil demonstrando suas semelhanças e diferenças em relação à outras relações igualmente mercantis. Traçaremos, portanto, um quadro comparativo entre o que chamamos de mercadorias convencionais e a mercadoria esporte.

Se eu, enquanto empresário de uma fábrica, pretendo aumentar meus lucros, uma das estratégias é aumentar o tempo de trabalho de meus empregados. Ao final de um período, eu tenho mais produtos. “Retirando” o tempo de trabalho necessário para produção do salário e recomposição do capital constante, me resta um sobretrabalho (jornada de trabalho excedente em relação ao que foi necessário para produzir o suficiente para pagar o salário dos trabalhadores). Consequentemente tenho um aumento no valor, um maior valor, uma mais-valia (neste caso, uma mais valia absoluta). Outra possibilidade é, no mesmo tempo diário de trabalho, eu aumentar a produtividade, ou seja, produzir mais sem para isso aumentar a jornada de trabalho⁸². Ao final de uma jornada de trabalho, tenho uma “mesma” mais valia.

O que existe de comum entre as duas formas é que ao fim obtenho mais valia; ora em consequência de mais horas de trabalho, ora por um aumento da velocidade do trabalho. Aumento da intensidade! Isto nos servirá mais à frente.

Voltemos ao esporte. Nesta mercadoria, trabalhamos sobre períodos de tempo pré-determinados: 90 minutos do futebol, 5 sets do vôlei, 4 quartos do basquete, 2 tempos do futsal etc. Os trabalhadores (atletas) tem que ampliar – ou restringir- sua produção dentro dos limites destes períodos. Seria, grosso modo falando, um tipo de aumento relativo da intensidade: aumento da produtividade sem mudanças na jornada de trabalho. Em paralelo a este aumento relativo da intensidade, temos, também, o aumento absoluto desta intensidade. Isto ocorre no número de partidas disputadas, no número de competições, amistosos e na carga de treinamento. Ou seja, assim como nas fábricas, o atleta tem aumentada a intensidade de seu trabalho (absolutamente e relativamente).

No entanto, temos uma especificidade na mercadoria esporte. Aparentemente simples, esta especificidade vai nos ajudar a entender por que que não existe saúde no atleta de alto rendimento, por exemplo. No mesmo momento (tempo e espaço) em que uma equipe ou um jogador está aumentando sua produtividade, à “sua frente”, outra equipe e/ou outro jogador

82 Necessitarei, para tal, de alguns recursos: uma melhor tecnologia nas máquinas, por exemplo.

faz o mesmo⁸³. Comparando com uma fábrica, seria termos, na mesma fábrica, no mesmo horário, trabalhadores de empresas diferentes disputando, produto por produto, a vitória na lógica concorrencial do Capitalismo.

Porém, no caso do esporte, um agravante: a minha melhora determina, diretamente, a piora do outro e vice-versa. A lógica concorrencial da mercadoria esporte – da ótica do atleta-se dá ao vivo, sem necessitar entrar no campo da circulação; o que resultaria num intervalo de tempo entre a produção e o resultado final da concorrência. No esporte, o resultado é imediato. Os patrocinadores, a mídia e a bilheteria serão influenciados por esta concorrência direta.

Este seria um ótimo momento para iniciar um debate sobre doping, treinamento excessivo, lesões, compra de resultado e violência entre atletas. Podemos ficar apenas no campo do treinamento e das lesões.

Para esta mercadoria - força de trabalho do atleta - se valorizar e, conseqüentemente, ajudar o empresário a vender o espetáculo esportivo e mercadorias convencionais diversas – tênis, óculos, prancha, cigarro etc.-, é preciso que o atleta tenha esgotada sua força de trabalho ao máximo. A obsolescência programada⁸⁴ é também verificada no esporte, mas precisamente na força de trabalho do atleta. Assim como nas fábricas, também no esporte, cada vez mais pessoas são “inutilizadas” pela intensificação do trabalho abstrato. Exemplo como os do tenista brasileiro Flavio Saretta são cada vez mais constantes. Em 2007 ele abandonou o tênis. Na época o tenista tinha apenas 28 anos, mas desistiu por não mais suportar as dores no braço que podem ter sido agravadas pelos 300 saques por dia na jornada de treinamento⁸⁵.

No caso das lesões, algo imbricado diretamente ao treinamento excessivo, temos os atletas, em sua quase totalidade, acometidos com as mais diversas contusões; algumas até os

83 Talvez, não na mesma intensidade. E é isso que vai determinar a vitória e a derrota. O empate pode ser determinado pela “igualdade” de desempenhos – sem descartar, obviamente, o imprevisível, tão presente nas práticas esportivas.

84 Tempo de desgaste programado para que as mercadorias possam ser trocadas por outras. Sem isso, o Capital tem dificuldades de manutenção da lógica da produção/consumo.

85 Fonte: <http://globoesporte.globo.com/Esportes/Noticias/Tenis/0,,MUL1126211-15090,00-EM+MEIO+A+DORES+E+SEM+ANIMO+FLAVIO+SARETTA+ABANDONA+O+TENIS+PROFISSIONAL.html>

retirando do esporte, como colocamos acima no exemplo do Saretta. “85% dos atletas de alto nível são vítimas, a cada ano, de um ou outro ferimento que obriga a uma parada de pelo menos cinco dias; na França, 5% das hospitalizações e 10% dos dias parados devem-se aos riscos do esporte.” (BOURG, 1995, p. 63).

Ao invés de usar a ciência para questionar excesso de treino, o doping, a falta de repouso devido, o uso inadequado e/ou abusivo de músculos, ligamentos e tendões; o auto rendimento se especializa para identificar qual atleta suporta mais dor que outro e quais os procedimentos para que um atleta possa desenvolver uma capacidade de suportar a dor. O nome ideológico que dão a isso é superação.

A síntese que nos é possível sobre este ponto – expressões objetivas do estranhamento- é a de que temos um produto humano sendo estranhado de quem o produziu, ou seja, o conjunto da humanidade. A utilidade desta produção humana é colocada de lado em relação à quantificação de suas atividades a fim de determinar o valor que esta mercadoria entra no grande mercado.

No que tange à mercadoria cultura corporal, esta se encontra em um patamar histórico, de onde o esporte é o mais avançado, que deixa claro, pelos números, que não tem a possibilidade de ser apropriado pelo conjunto da humanidade. Ao ser alçado ao patamar de mercadoria, passa a cultura corporal ser determinada pelo processo de troca; se não possui o correspondente universal – dinheiro- muito provavelmente serei impossibilitado de consumir plenamente, resguardadas a exceções e o consumo dos subprodutos (vide exemplos dos megaeventos).

No caso do atleta/trabalhador temos sua força de trabalho – ainda que em cifras astronômicas- não correspondendo ao montante que vale a sua produção; é, portanto, um sujeito estranhado; é um trabalho, em partes, não pago. Ainda assim este é incentivado a cada vez mais superar os limites de seu funcionamento. Veremos isso com mais clareza no próximo tópico.

No mesmo momento podemos já tratar do estranhamento do processo. A intensa divisão social do trabalho, faz com que o atleta perca a dimensão de totalidade, restando-lhe a atividade super especializada de determinado gesto motor ou, no caso dos especialistas, de determinada fração da dimensão humana.

Passemos agora a decifrar as expressões subjetivas disto que agora analisamos objetivamente.

4.3 EXPRESSÃO SUBJETIVA DO ESTRANHAMENTO

O que a primeira vista parece incoerente para a análise do espetáculo esportivo, ou mesmo indiferente para sua produção, passa com o decorrer do tempo a influenciar enormemente a todos aqueles envolvidos em seu processo produtivo. **A troca**, que anteriormente, até por volta da metade deste século, era apenas uma consequência do esporte de alto nível, torna-se, em seguida, **seu objetivo maior**. Os profissionais envolvidos com o esporte espetáculo passam a ter em vista a possibilidade de venda de sua mercadoria em todas as fases do processo, seja na escolha dos atletas, de seu treinamento técnico e tático, seja na organização dos campeonatos. A troca atinge tal importância para esse tipo de mercadoria, que em pouco tempo deixa de ser uma possibilidade, para ser uma necessidade deste processo, que já não é mais capaz de sobreviver autonomamente. **Precisa ser mercadoria, assumindo todas as suas características e precisa ser vendido para sobreviver.** (SILVA, 1991, p. 42, grifos nossos).

O que acima já pontuávamos, aqui ganha caráter central: existe uma modificação no sentido da atividade esportiva e da cultura corporal. O que antes tinha como objetivo a satisfação de necessidades espirituais de caráter lúdico, agonista, estético, etc. passa a ter como objetivo geral o processo de troca de mercadorias. Modificando-se o sentido da atividade – algo de caráter subjetivo- modifica-se, igualmente e concomitantemente, o significado destas atividades – algo de caráter objetivo.

A cultura corporal tem suas estruturas modificadas para se adequar aos ditames da troca de mercadorias. Não só isso, o próprio processo de apropriação passa a ser mediado pelo estranhamento. Isto que agora chamamos de expressões subjetivas do fenômeno do estranhamento.

Se no primeiro momento – expressões objetivas- estivemos detidos à relação entre o produtor que se estranha do produto e do processo, agora avançaremos na análise do estranhamento de si e do gênero humano e, fundamentalmente, de como o processo de apropriação é mediado pelo processo de estranhamento. Muitas vezes, recorreremos aos processos como de fato eles aparecem na realidade: uma totalidade determinada por uma multiplicidade de fatores; os macroestruturais, e as mediações.

O esporte espetáculo, assumindo a forma de mercadoria, sendo produzido em função de seu valor-de-troca, acaba adquirindo uma relativa autonomia em relação a seus produtores. As características que apresenta para a troca, com o tempo vão se

ampliando e concretizando, fazendo com que as próprias pessoas envolvidas no processo produtivo, não as reconheçam como resultado de sua atividade. O esporte passa a se apresentar como tendo características suas, com objetivos em si mesmo e como se tivesse vida própria. O esporte espetáculo produzido para a troca adquire autonomia e é **fetichizado**. Em vez de ser resultado da produção humana, reconhecido como tal, passa a ditar as formas de comportamento em seu interior, tanto para aqueles que o produzem, como para aqueles que o consomem. O homem perde a autonomia perante a autonomia do objeto.(SILVA, 1991, p. 53).

A relação que o ser humano – seu produtor- desenvolve em relação à cultura corporal- seu produto- é mediada pelo estranhamento; ou, falando a mesma coisa com outras palavras, a relação passa a ser naturalizada, como se as produções neste campo não fossem fruto das próprias relações sociais humanas. Relacionamo-nos com elas tal qual nossa relação com os elementos da natureza, ou seja, algo já determinado. Não as reconhecemos como objetivações humanas, mas como pressupostos de nossas objetivações.

Não é a toa que Silva (1991), na citação acima, recorreu à categoria “fetiche”. Se me relaciono com algo como se pressuposto de minha atividade fosse, este algo ganha caráter de autonomia, se estranha a mim – seu produtor-, gozando de autonomia tal, que pode retornar determinando minhas atitudes perante o objeto.

É bem verdade que não se trata de um inconsciente coletivo. Assim como citamos no capítulo sobre estranhamento, os seres humanos não podem ser vistos como “zumbis” em relação aos produtos mercadorizados da cultura corporal. Certo entendimento é necessário até para que o sujeito possa se relacionar com o produto; possa dar prosseguimento ao jogo. Acontece que este entendimento é parcial, é uma identificação espontânea.

Se não mais me reconheço totalmente no produto de minha atividade; se este, por sua vez, aparece como algo estranho a mim, algo dotado de autonomia, passo a agir pelos ditames desta força que me é estranha. E, portanto, minha apropriação é uma “apropriação em-si” (DUARTE, 2009). Não está nula a apropriação, até porque isto seria uma contradição com a ideia de universalizar a troca de mercadorias e colocaria em risco a própria existência humana, mas me aproprio de forma espontânea, não me reconheço como sujeito histórico da construção daquele produto. Tenho-o apenas como um legado a qual devo servir, afinal, “assim sempre foi e assim sempre será”.

O esportista profissional, frente ao fetiche do esporte espetáculo e as suas determinações, produz exatamente aquilo que é aceito como ‘o melhor’ pelo mercado, que se confunde com o próprio desejo de atuar naqueles moldes. Os espectadores (consumidores), por sua vez, também procuram aquilo o que lhes é condicionado pelo mercado, através de ofertas constantes. (SILVA, 1991, p. 53).

Guardemos a informação de aquilo que é o melhor, e que é determinado pelo mercado, confunde-se com o próprio desejo de atuar naqueles moldes.

A autora trata este fenômeno sob duas perspectivas: a do atleta e a do espectador. Em ambos os casos, existe uma determinação externa sob minhas decisões. Na citação temos o termo abstrato “mercado”. Ainda que saibamos que este mercado é constituído por seres humanos, sigamos com esta terminologia que nos é interessante para saber quem é a determinação maior da forma como estes sujeitos se relacionam nos objetos da cultura corporal. Não mais o ser humano serve de parâmetro para as produções humanas, não mais suas necessidades; agora o “deus mercado” é que determina “o que” e “como” consumi-las.

A posição, tanto do atleta quando do espectador, frente este produto é a mesma que um espectador de uma peça teatral, também mercadorizada, como denunciava Brecht, citado por Eagleton (2011): “[...] o consumidor passivo de um objeto [...] acabado e inalterável que lhe é apresentado como ‘real’.”. Ou seja, nos colocamos como sujeitos passivos frente aos objetos; estes, por sua vez, são determinados por interesses que tem no mercado seu parâmetro.

Não esperemos encontrar na consciência (em-si) do indivíduo reconhecimento desta situação. Se assim o fosse, pelo menos no campo subjetivo, não verificaríamos a existência do fenômeno do estranhamento. A não ser que estivéssemos em frente a um caso de “estranhamento auto-imposto” ou “estranhamento masoquista”. É justamente por ser uma apropriação em-si, espontânea, que faz com que tenhamos que superar as análises puramente subjetivistas.

Uma entrevista com jogadores ou espectadores muito provavelmente jamais identificará este fenômeno com a clareza que a análise objetiva pode detectar – sem que, para isso, deva negar as expressões subjetivas.

Como consequência, muito provavelmente encontraremos não outros tipos de motivação para a prática (ou o consumo) que não os determinados pela lógica da

mercadorização: “As emoções dos esportistas são fetichizadas pelo mercado, como que independentes daqueles que as sentem.” (SILVA, 1991, p. 54). E, mais uma vez, pesquisas que aprofundam num tipo de psicologia individual, não encontrarão nos analisados, outra coisa que não a posição de ressaltar estes elementos motivacionais, com a certeza que lhe são próprios. As motivações foram todas ditadas por estes elementos externos e fetichizados. Acontece que a apropriação passiva, relativamente inconsciente, não os autoriza entender o fenômeno em sua totalidade.

Objetivando o que acima pontuamos, peguemos como exemplo entrevistas com jogadores de futebol, a partir dos estudos de Nestrovski (2005). Quando perguntados sobre como explicariam sua escolha pelo futebol, 22,5% dos entrevistados afirmaram ter sido “um futuro melhor para mim e para meus familiares” (p. 104) contra 11,2% que trataram das belas jogadas. O mesmo autor, ao citar uma entrevista de Tostão, ex jogador de futebol da seleção brasileira da década de 70, encontra neste ainda resquícios mais próximos daquilo que convencionamos chamar de sentidos concretos da cultura corporal: “[...] optei pelo futebol antes de entrar numa faculdade, pois percebia que valia a pena. **Vi na carreira de jogador não uma profissão, mas um lazer responsável**, lucrativo, temporário, que eu não podia desperdiçar.” (p. 114, grifos nossos). Ainda que já emaranhado pela lógica da mercadoria (e do lucro), percebemos uma mudança em curso do sentido da atividade que pode se expressar na resposta que pontua o sentido do futebol como passaporte para mudar de vida e o futebol como pratica que encontra sentido no próprio futebol.

Esta mudança de sentido não acontece inicialmente na própria subjetividade dos indivíduos; antes, encontram na realidade concreta, as determinações para os novos objetivos:

[...] ainda no âmbito das classes, entre outras coisas, o fato de que os interesses e os valores morais e éticos (capital cultural/econômico), que os desportistas das classes populares e médias trazem consigo para o exercício do desporto, se coadunam com as exigências provenientes da profissionalização, tanto no que diz respeito ao treinamento em si quanto da busca das vitórias, títulos e recordes. (NESTROVSKI, 2005, p. 113).

Esta determinação objetiva, que encontra eco nas representações subjetivas, acaba por modificar o sentido das praticas da cultura corporal.

[...] é ilusório pretender justificar o desporto moderno como uma escola da moral e das virtudes. Em apenas algumas décadas, o desporto libertou-se do lirismo e das virtudes, acertou o passo com a lógica pós-moralista, narcísica e espetacular. O desporto virtuísta metamorfoseou-se em esfera reciclada pela lógica da comercialização, da diferenciação marginal, da renovação acelerada. A aprendizagem dos valores já não é mais o que convém, o que é dado a ver, através do desporto e das manifestações, é o show das vedetas e a rivalidade entre clubes e nações. (NESTROVSKI, 2005, p. 113).

[...] o significado do desporto competitivo é entendido como um mecanismo de emprego, de renda e de uma educação disciplinada, prioritariamente voltada para a afirmação das virtudes viris. Referidas ênfases, demonstraram a visão utilitarista do desporto, em que os elementos substantivos passaram pela questão do profissionalismo e da disciplina. (NESTROVSKI, 2005, p. 122)⁸⁶.

São estas determinações objetivas que formam, não unilateralmente, a subjetividade de praticantes e espectadores das mais diversas modalidades. A aceitação em-si, passivamente sofrida, espontaneamente aceita, pode confundir pesquisadores como se estas expressões, esta aparência, fosse a essência do fenômeno. Como se não pudéssemos nos colocar contrários a esta perspectiva já que se trata de uma interpretação pessoal e universalmente válida.

Só o método rigoroso- neste caso, o materialismo histórico e dialético- nos permite partir da aparência e, sem permanecer nela, buscar a essência dos fenômenos.

Feitas estas ressalvas, podemos analisar alguns desdobramentos deste fenômeno estranhado em diversos elementos do esporte tentando, sempre que possível, pensar no atleta e no espectador.

Temos as regras impostas por órgãos regulamentadores da prática esportiva. Ao jogador e telespectador, ainda que conhecedores de todas, resta a posição passiva frente às mesmas. São determinações a serem seguidas caso contrário as sanções – também estabelecidas de fora do jogo- podem recair sobre os praticantes. Não falamos apenas das regras institucionais que encontram em Federações e Confederações seu criador; falamos também das praticas corriqueiras, daquilo que se estabelece como código mesmo que não tenha sustentação em uma entidade oficial. A posição dos sujeitos se mantém espontânea, passivamente sofrida. Não se reconhecem como sujeitos que ao se apropriar delas, tem o

86 O mesmo autor (p. 125) vai demonstrar, através de dados, uma relação entre a posição de classe e escolha por determinadas modalidades e pelos objetivos com que sujeitos de classe se postam para as práticas. O que só reforça nosso entendimento.

poder de se objetivar e modifica-las; dando a elas o sentido que lhes é mais conveniente. Vimos que estes sentidos são determinados por outrem.

O gesto esportivo, no caso do espectador, é também passivamente consumido como se nenhuma outra forma possa ser estabelecida que não aquelas previamente determinadas muito provavelmente veiculadas pela mídia que tem em um atleta modelo o exemplo a ser seguido. No caso do atleta, este consumo passivo se dá pelos ensinamentos de gestos previamente estabelecidos com a caracterização de gestos perfeitos.

Acreditamos que isso, por si só, já justificaria a negatividade com que estamos julgando o fenômeno da cultura corporal estranhada. Mas avancemos para algo já tratado neste trabalho: o doping.

Levando-se em consideração sua necessidade objetiva (profissional) e subjetiva (desejo) de vencer, fenômenos como o doping esportivo tornam-se relativamente comuns no esporte espetáculo. O famoso código vitória/derrota também mostra relação com essa problemática, na medida em que é uma exigência da produção e consumo da mercadoria esporte espetáculo, chegando mesmo a ser independente da situação em que ele ocorre. Tanto o atleta como o espectador se rendem a determinação desse código, como força externa a eles. (SILVA, 1991, p. 54).

É muito comum na grande imprensa a culpabilização do atleta como se este fosse o único responsável por casos como estes. Esta acusação é própria daqueles que veem na psicologia individual a ciência mãe para identificar os fenômenos humanos. É como falamos acima, tentar enxergar na subjetividade do atleta as determinações para sua ação, é recorrer ao equívoco de ali encontrar as causas dos fenômenos, ou seja, “um auto estranhamento”, “um auto doping”, “um auto treinamento exacerbado”, etc.

Vejamos como o campo da economia política avança nas explicações que tem na realidade concreta sua determinação maior e reconhece as mediações e a subjetividade do sujeito estranhado.

O ciclista Norte-americano Lance Armstrong é a “bola da vez”. Pego no exame anti-doping, foi levado a confessar que se dopou quando da sua participação na competição ciclística mais importante do mundo: a Volta da França. Quando questionado sob se ganharia 6 destas provas caso não estivesse dopado, o atleta respondeu sem pestanejar: “não”!

É aqui que aprofundamos no debate para além da psicologia individual. Já nos perguntamos sobre as pressões diversas que sofrem os jogadores? Ser um herói nacional, ser o sustentáculo de uma família, ser o garoto propaganda de determinada marca, são apenas elementos desta multiplicidade de determinações.

Submetidos à cadências infernais e às exigências da competição (obrigação de resultados impostos pelos torcedores, empresários públicos ou privados, canais de televisão), os esportistas são cada vez mais tentados a lançar mão de recursos contestáveis para ultrapassar seus limites. Como surpreender-se? As imagens predominantes deste fim de século são aquelas que exaltam a vitória. O desempenho faz a lei. Este neo-individualismo, esta vontade de vencer e de ampliar os limites do possível, consagram novas marcas que balizam o imaginário: concorrência, competição, sucesso. (BOURG, 1995, p. 62).

Perguntas – de um trabalhador que lê: é interessante para as modalidades esportivas ou, que é mais acertado, para a cadeia produtiva esportiva, que tenhamos jogos em que não existe a possibilidade de quebra de recordes? É interessante que nenhum homem tenha superado a barreira dos 10 segundos na corrida de 100 metros? Quanta expectativa não se criou em volta do corredor Jamaicano Usain Bolt quando da possibilidade de um insucesso (ou a consagração) nas Olimpíadas de Londres, pós insucesso⁸⁷ no mundial de Atletismo, um ano antes?

O imponderável, a possibilidade de recorde é o combustível que mantém a cadeia produtiva.

O mesmo Bourg, citando a famosa história de doping do Canadense Ben Johnson nos jogos olímpicos de Seul, em 1988, explica:

De um lado o atleta sofria uma considerável pressão das empresas (Nike, Diadora, Toshiba), que lhe pagavam quantias equivalentes a dezenas de milhões de francos por suas façanhas; pressão também do Canadá, que o transformava em herói nacional, pois o atleta lhe permitia afirmar sua existência ao lado dos Estados Unidos na classificação dos grandes países esportivos; de sua equipe (médico, treinador, conselheiro) e dos telespectadores. Que público estaria disposto a se interessar por um final olímpico sem recorde? (BOURG, 1995, p. 62).

87 O corredor “queimou” a largada – saiu do bloco de partida antes do sinal oficial-e foi desclassificado.

Como cobrar do sujeito atleta se este encontra como legado uma relação social pautada na lógica concorrencial que faz um músico usar substâncias para tocar no concerto sem ser traído pelo nervosismo; um estudante passar a noite em claro por meio de substâncias para estudar para a próxima prova; um artista de filme pornográfico usar substância para manter o vigor, etc⁸⁸? O que o diferencia destes profissionais? “[...] como impedir o atleta de querer ultrapassar sem cessar suas possibilidades quando os imperativos do espetáculo que o faz viver exigem uma contínua progressão de recordes?” (BOURG, 1995, p. 64).

Uma discussão séria sobre doping deveria levar em consideração os treinamentos extenuantes, causa de algumas aproximações ao doping. Também deveria levar em consideração a lógica esportiva – que apresentamos acima- como determinante maior para o uso de substâncias proibidas. O doping, neste caso, é apenas – isso mesmo, apenas- uma expressão, uma forma de sobreviver neste mundo de lógica concorrencial exacerbada.

Todas estas determinações se apresentam aos atletas como se naturais fossem, restando a estes a aceitação passiva. Por não se reconhecerem como sujeitos históricos, não vislumbram a possibilidade de outro formato de prática.

Tudo bem que o exemplo do doping é um pouco mais complicado já que existe uma propaganda esportiva, até mesmo pra manter a lógica falida do esporte-saúde-moral, contra o uso destas substâncias. Mas isto tem sido ineficiente frente às determinações, por nós, mostradas acima.

No campo do cotidiano dos atletas, não encontraremos mediações teóricas que os ajudem neste esclarecimento. E ainda assim, quando as tem, são subsumidas pelos interesses objetivos/profissionais; pela própria necessidade de sobreviver. Mais uma vez reforçamos o determinante objetivo da identificação espontânea. É no campo do não cotidiano, ou seja, da teoria, da abstração, que temos possibilidades efetivas de desnudar estas determinações, suas causas e consequências.

Sem essa mediação, resta ao atleta – e, em certa medida, ao espectador- a apropriação em-si. Podemos, lembrando de Konder (2009), elencar 3 dificuldades para a passagem de qualidade de uma apropriação em-si para uma possível apropriação para-si dos atletas: o não

88 Para saber mais, indicamos o documentário “Bigger, stronger and faster”: “maior, mais forte e mais rápido”.

reconhecimento de sua posição de sujeito histórico, ou seja, de quem tem e faz história e, portanto, é o produtor da cultura corporal; o fato de se ter uma jornada de trabalho extenuante que lhe impede de avançar nos estudos das teorias que o possibilitaria pensar com exatidão e; o próprio processo educacional – lato e estrito- que é todo ele também determinado pela lógica da competição. Sobre este último ponto, falaremos abaixo.

Além da regra e do gesto motor, temos a fetichização dos sentidos humanos e das capacidades físicas e a consequente apropriação passiva, espontânea, por parte dos produtores – atletas- e consumidores- espectadores.

O fetiche dos sentidos humanos e das qualidades físicas, que se tornam modelos a ser seguidos, somados com a desconexão do todo e a incapacidade para compreender um conjunto de fatos, levam o esportista a tomar atitudes extremas e desconhecidas até pouco tempo. (SILVA, 1991, p. 54).

Sobre este caso – o da fetichização das capacidades físicas- e, podemos acrescentar, de modelos estéticos, temos o exemplo claro das academias de ginástica. Muitas pessoas buscam um padrão corporal para além das suas possibilidades e, mais que isso, dos seus limites biológicos quase que absolutos. Também por isso, não é a toa que as modificações corporais – plásticas diversas⁸⁹, tatuagem, piercing, bronzamentos artificiais, etc. - alcançam números cada vez mais altos.

A apropriação passiva, espontânea, em-si, permite a criação de padrões das mais diversas ordens: seja da regra, do gesto, do dito padrão corporal, do doping enquanto necessidade, do treinamento exacerbado, etc.

[...] à medida que o movimento corporal humano se mercadoriza ele se violenta, ganha outros contornos, provoca outras subjetividades em seus praticantes e em seus assistentes, forja outra corporeidade, constrói novos padrões de estética, de eficiência, etc. (GHIRALDELLI JR, 1990, p. 198).

89 No site da Sociedade Brasileira de cirurgias plásticas “<http://www2.cirurgiaplastica.org.br/#!/cirurgias-e-procedimentos>” encontramos a possibilidade de realização de 13 modalidades de cirurgias. Algumas podem ser subdividas em até 7 tipos (nas de face, por exemplo). Destas, apenas uma é claramente voltada para uma patologia (câncer de pele). Temos até a incrível façanha de rejuvenescimento da pele. Ora, se se constitui enquanto um nicho de mercado, este mesmo mercado passa a determinar os padrões estéticos que mais lhe interessam. Mecanismos diversos podem ser utilizados para difundir os padrões.

Logo acima colocamos a educação – lato e estrito senso- como um dos empecilhos para que o atleta –e, via de regra, o espectador- consiga transitar da apropriação em-si à apropriação para-si. Destacamos mais uma vez – já o fizemos no capítulo 1- a importância da escola enquanto espaço do “não-cotidiano” (DUARTE, 2009). Desta vez, ao invés de pensar a educação como um todo, pensemos apenas a Educação Física.

Uma Educação Física pautada exclusivamente nos interesses dos alunos, pautada no seu cotidiano – sob o “manto” de uma pretensa democracia-, centrada naquilo que dá prazer aos estudantes, em suma, não instrumentalizada pela teoria que permite a superação do senso comum, não consegue superar este estado de apropriação espontânea. Não que estejamos responsabilizando a educação escolar por todo o processo de estranhamento, longe disso; apenas pontuamos que uma estrutura já montada para que a apropriação em-si seja universalizada – para além das suas necessárias e inelimináveis funções- ao encontrar eco numa escola igualmente aparelhada para a manutenção desta ordem, praticamente impossibilitará, nas condições atuais, o “pensar com exatidão”, o salto de qualidade entre o que se sabe e o que se deve saber, entre o “senso comum e a consciência filosófica” (SAVIANI, 2007), entre a prática social sincrética e a prática social sintética (SAVIANI, 2005), entre a “curiosidade ingênua” e a “curiosidade epistemológica” (FREIRE, 1996), entre o “senso comum” e “conhecimento científico universal” (COLETIVO DE AUTORES, 1992). E, neste sentido, a escola perde toda sua função.

O trabalho desenvolvido com o esporte no interior da escola, também pode apontar no sentido da sua fetichização. A disciplina de educação física, ainda que com objetivos relacionados ao processo educacional, reproduz, quase que de maneira inquestionável, o modelo do esporte espetáculo, tornando-o um dos seus conteúdos programáticos de maior destaque. (SILVA, 1991, p. 56)

Podemos estender a análise para as praticas esportivas não diretamente ligadas ao mundo institucionalizado do esporte moderno; aquilo que a depender da região do Brasil, pode levar nomes dos mais diversos: “bába”, “pelada”, ou simplesmente “jogar bola”.

Podemos até mencionar que alguns elementos estruturais, como o espaço físico ou mesmo o equipamento esportivo (bolas, traves, chuteiras, camisas, etc.), por si só, reproduzem

a apropriação passiva (um tipo de entendimento de que sem estes instrumentos não é possível uma prática plena). De onde vem esta determinação? Da mesma lógica mercadológica. Esta atinge até mesmo os despossuídos de condições financeiras para materializar suas vontades. O que dizer, por exemplo, do produto falsificado se não como uma forma espontânea de sentimento de pertencimento a um determinado grupo⁹⁰?

Mas não só isso, avancemos, também, para a própria prática. Algo que a priori não tem como sentido da atividade o processo de valor, nem por isso deixa de ser influenciado por este. Não são poucas as reproduções da lógica interna do esporte, chamado de rendimento, nos campos de várzea, nas “peladas” do final de semana. O que nos parece mais claro é a lógica do vencer a qualquer custo. Nada mais poderia justificar a intensidade com que os “peladeiros” se empenham em nome de uma vitória -que, ao contrário do “primo rico”, não os leva a nada - a não ser a uma satisfação individual. Neste campo, também podemos perceber uma mudança no sentido da atividade. Onde pensaríamos que o sentido estaria centrado da satisfação pessoal por participar da atividade, encontra seu sentido no mesmo fator que leva o atleta de alto rendimento ao desgaste extremo.

A situação piora pelo fato de o atleta de final de semana não ter o aparato médico e toda uma estrutura que tem o atleta profissional. O que dizer, por exemplo, de um “peladeiro” que tem que operar o joelho por conta do futebol de final de semana? A que pesar, é bem verdade, que algumas destas cirurgias são fruto de uma má preparação. Ainda assim, o estopim da contusão encontra causa naquilo que motivou a prática, o seu sentido: o vencer.

Contornos mais dramáticos podem ser vivenciados quando a atividade em si envolve um conjunto de técnicas de ataque e defesa, uso de golpes para neutralizar, imobilizar, desequilibra ou excluir um outro de um determinado espaço. Estamos falando das lutas.

Um processo de pensamento que deve ter começado quando o primeiro homem passou deliberadamente uma rasteira em outro evoluiu e transformou-se numa poderosa combinação de disciplinas intelectuais e físicas, análogas às empregadas por um músico ou dançarino profissional. (REID E CROUCHER 1983).

90 Imitar o cabelo do Neymar também entra no bojo da discussão.

Quando esta expressão é apropriada pela lógica do esporte moderno, ou seja, quando a luta é esportivizada⁹¹, as filhas de Marte – deus da Guerra- são adotadas por Victória – deusa da vitória (MARTA, 2011). Boa parte dos sentidos esportivos, especialmente o binômio vencer/perder, passa a ditar os rumos da luta.

Mesmo pontuando que o esporte, como expressão da cultura corporal mais desenvolvido, nos ajuda a entender o menos desenvolvido, pensamos ser interessante citar exemplos em outros campos, em espaços não diretamente envolvido na pratica competitiva formal, mas que reproduzem a lógica de inversão de sentido das atividades humanas da cultura corporal.

Por exemplo: “O consumo da dança nas casas noturnas se submete às músicas de sucesso, em que os objetos se portam como sujeitos, enquanto que todos os que eram os antigos sujeitos - os consumidores - tornam-se objetificados.” (TORTOLA e LARA, 2013, p. 5). As autoras, tratando da imposição da indústria cultural, que determina “o que” ter acesso e “como” ter acesso, no campo da dança em casas noturnas de Maringá, apontam que existe uma modificação no sentido desta pratica; não mais o “fazer artístico e transformador” (p. 15), mas as intencionalidades mediadas por aquilo que elas chamam de consumo alienado: gestualidade da moda, consumo étílico ou encontros afetivos⁹².

Não é intenção deste trabalho tratar da categoria ideologia como, aliás, não era tratar de fetiche. Acontece que assim como este, a ideologia é algo que pode ser observado enquanto desdobramento do processo de estranhamento, de apropriação em-si, de identificação espontânea. Como afirma Iasi (2011) alienação – estranhamento- e ideologia não são sinônimos, mas a segunda encontra na primeira um terreno fértil para sua reprodução.

Ainda que saibamos que existe uma multiplicidade de possibilidades de se explicar o conceito de ideologia, ficamos com aquela que se relaciona com o estranhamento: “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (ENGELS e MARX, 2011, p. 47).

91 Tendo na sigla MMA (*Mixed Marcial Arts*) sua expressão mais desenvolvida e na marca UFC (*UltimateFightChampionship*) seu maior expoente atual.

92 Os dois últimos, influenciados pelas casas noturnas.

Ao ter uma apropriação passiva, uma identificação espontânea, um não reconhecimento do protagonismo histórico, tem-se como natural as condições e produções com as quais nos deparamos no nosso cotidiano. Este é o campo fértil para a determinação ideológica de uma determinada forma de prática esportiva.

É neste momento em que discordamos da ideia de que o esporte moderno perdeu seu caráter de difusor de princípios morais. Podemos até aceitar que não mais o virtuosismo aristocrático, a moral asséptica burguesa do início do século XX, seja seu balizador. Mas isto de forma alguma anula que exista uma nova moral a ser socializada. E, portanto, além de se constituir enquanto mercadoria valiosa pode o esporte – ou a cultura corporal esportivizada – difundir uma nova moral: por exemplo, os valores da lógica concorrencial, o princípio da competição como algo natural dos seres humanos. A classe economicamente dominante tem nestas expressões subjetivas um ótimo veículo de manutenção da base material capitalista.

A apropriação passiva faz com que os sujeitos envolvidos tenham esta forma como natural, imodificável e eterna. Para isso, o mesmo Iasi (2011), denominou de “ultra-generalização”: ideia de que a forma como me deparo com a realidade social, pode ser generalizada como única possível⁹³.

Neste momento que o discurso ideológico de superação encontra eco para se difundir. Programa esportivo que se preze, ao tratar de retrospectiva esportiva precisa citar acontecimentos de superação: é o atleta que joga com o braço engessado, o atleta que compete com dor, o lutador que prefere ter uma fratura transversa no úmero ao invés de desistir do combate⁹⁴, ou a clássica imagem da maratonista chegando à linha final quase que desmaiando.

A ideia de superação individual dos limites, longe de ser algo totalmente maléfico, em alguns casos é até louvável, apresenta seu caráter ideológico ao universalizar algo pontual. Como se esta superação não estivesse condicionada pela totalidade. Neste caso reproduz um dos princípios básicos da moral capitalista: a individualidade, a liberdade e o esforço individual como causa do sucesso (ou insucesso).

Podemos sintetizar este capítulo reagrupando o que foi colocado de forma dispersa acima.

93 O autor cita a família, a escola e o trabalho.

94 Caso emblemático do lutador baiano Rodrigo Minotauro em luta contra o americano Frank Mir, no UFC 140.

É muito claro que existe uma relação de unidade entre o que chamamos de expressão subjetiva e expressão subjetiva do estranhamento. Ambas expressam o processo de estranhamento do produto, do processo e do gênero humano no campo da cultura corporal.

Objetivamente quem produz a cultura corporal não a consome em sua plenitude. Tratamos de um consumo universal. Se tratamos de uma produção universal, fruto de um acúmulo histórico da humanidade, não podemos ficar satisfeitos com uma apropriação relativa, limitada.

Para que possa se caracterizar como mais uma mercadoria no grande mercado, tem a cultura corporal que modificar sua estrutura; de uma produção humana não separável – algo que imporia limites à sua mercadorização- para uma mercadoria separável, ou relativamente separável. Para tal necessita da mediação da ciência e tecnologia.

Seu valor-de-uso é secundarizado em relação ao valor. Suas qualidades são ofuscadas em nome do frio cálculo que quantifica quantidades de trabalho. Assim tem-se a abstração do trabalho concreto dos produtores da cultura corporal, restando-lhes o trabalho abstrato, algo comum que os coloca no bojo do trabalho coletivo capitalista.

Ao ser apropriada por esta dinâmica, tem a modificação do seu sentido: de uma possibilidade de satisfação de necessidades espirituais de caráter lúdico, estético, competitivo, para o sentido de se constituir como objeto de compra e venda; objetivo a ser buscado, não sem tensão e contradição, seja na escola, no lazer e, fundamentalmente, no esporte institucionalizado.

Ainda no campo daquilo que entendemos pelo viés da unidade, tem como expressões subjetivas a apropriação em-si das praticas, identificação espontânea, apropriação passiva pelo não reconhecimento do ser humano de seu papel enquanto sujeito histórico das produções da cultura corporal (tendo-as, portanto, como naturais, imutáveis).

E, portanto, fechamos o ciclo identificando que se eu não me identifico naquilo que produzo – objetivamente e subjetivamente- e ao processo de produção – ditado, cada vez mais, pela intensa divisão social do trabalho- não me reconheço em minha atividade criadora – e olhe que estamos tratando de uma atividade outrora caracterizada como atividade livre e criadora. Ou seja, não me reconheço naquilo que me caracteriza enquanto indivíduo – ao ter minhas fruições determinadas pelo mercado- nem como gênero humano – quando se anula em

mim a possibilidade da atividade totalmente consciente. Sou relegado a uma consciência em-si.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como relatado na introdução deste trabalho o que vai diferenciar um percurso científico de uma análise do senso comum é, sinteticamente falando, que entre uma pergunta e uma resposta temos um rigor metódico; neste caso, um rigor científico. Um conjunto de instrumentos que, mais ou menos, nos ajudam a superar os pontos de vistas do senso comum, que nos permite avançar de uma hipótese – ainda que, neste trabalho, tenhamos optado por não definir hipóteses- para uma tese, de um “eu acho” para um “tenho certeza”, da síntese à síntese ou, fundamentalmente, do concreto empírico ao concreto pensado. Acreditamos que sem esta mediação da abstração nos seria impossível alcançar novos níveis de entendimento do objeto em questão.

Longe de acreditar que este caminho nos apresente o conhecimento imutável, seguem aqui nossas considerações, nossas verdades históricas. O fato de serem socialmente estabelecidas e historicamente determinadas, não anula que sejam verdades.

Cabe resgatar o caminho percorrido, especialmente retomando o fio condutor da pesquisa, ou seja, o problema de pesquisa, a pergunta síntese. Formulamos desta maneira: “como se manifesta o fenômeno da alienação e estranhamento em uma produção humana de ordem não material, neste caso, na cultura corporal?”. Concomitante, formulamos nosso objetivo: “elaborar uma síntese sobre a relação entre o fenômeno da alienação e estranhamento e a produção humana da cultura corporal.”.

Nosso problema maior era o de entender como uma produção não material, em que o produto é não separável do produtor no ato do consumo, pode se estranhar a quem a produziu, tanto de forma individual quanto de forma geral, ou seja, como as produções humanas desta qualidade podem se estranhar do gênero humano. No campo das produções materiais isso parecia já fato consumado.

Para nos ajudar nesta tarefa, sistematizamos a discussão em três capítulos: um que versa sobre a categoria central de nosso trabalho, a alienação; outro que realiza um estudo sobre a produção humana que observamos, a cultura corporal. Estes dois capítulos nos permitiram avançar no terceiro para apontar como o fenômeno de expressa no campo da cultura corporal.

Como síntese do primeiro capítulo temos, inicialmente, que reforçar o entendimento diferenciado que demos às categorias da alienação (*Entausserung*) e estranhamento (*Entfremdung*). Para tal, buscamos a tradição marxista, mais precisamente os textos marxianos, especialmente os Manuscritos de 1844. Pelo que apresentamos na introdução – ao comparar esta tradição com os pensamentos de Rousseau, Hegel, Feuerbach e os Socialistas Utópicos- Marx (e Engels) desenvolveram um entendimento que avança sobre os demais especialmente por buscar na realidade objetiva a raiz do problema do estranhamento. Isto não quis dizer que tenham negado a expressão subjetiva do fenômeno.

A primeira categoria – alienação- trata do processo de objetivação, externalização, extrusão pra fora, passagem de um estado para outro; algo sem o que a espécie humana jamais alcançaria o grau de desenvolvimento facilmente perceptível hoje. E, portanto, independente de época histórica. No segundo momento tratamos do estranhamento, fenômeno observado a partir da determinação de dado momento histórico, neste caso, uma sociedade de classes, mais precisamente o modo de produção capitalista.

Como o estranhamento só é possível por conta da objetivação, e esta tem no estranhamento sua forma histórica de expressão, tratamos não de uma identidade, mas da determinação de um pelo o outro.

Resgatamos nos clássicos as categorias correlatas que nos ajudaram a entender este fenômeno: pontuamos o trabalho enquanto intercâmbio orgânico entre o ser humano e a natureza como pilar de todo nosso entendimento, pressuposto do desenvolvimento do homem, ponto de partida para entender a gênese da espécie humana – em sua fase de desenvolvimento sócio-histórico –, a linguagem, as relações sociais, o processo de apropriação e objetivação e, por fim, analisar o produto final objetivado. Neste momento alocamos a cultura corporal no campo das produções não materiais onde o produto é não separável no ato de consumo.

Compondo o quadro de determinação de um pelo outro, restava-nos aprofundar no fenômeno do estranhamento. De como uma produção humana pode se estranhar de seu produtor, de como a atividade criadora pode se tornar atividade de desefetivação, de estranhamento. Para tal resgatamos o conceito de trabalho histórico, ou seja, o trabalho na sociedade capitalista: abstrato, assalariado, alienado. Na mesma linha, definimos como o objeto, aquilo em que o ser humano se reconhece, transita para o campo da perda do objeto e servidão ao mesmo.

Aqui, nos foi esclarecedor tratar da especificidade do estranhamento no campo de outras produções não materiais: religião, ciência e, fundamentalmente, na arte, de onde tiramos a maior parte dos entendimentos.

Para tal foi essencial o diálogo com as categorias de trabalho abstrato, valor-de-uso, valor e valor-de-troca. Explicar como as qualidades do trabalho e, conseqüentemente, do objeto são submetidas à quantificação necessária para se constituírem enquanto mercadorias.

As conseqüências desta determinação histórica são os elementos que nos servem de síntese do capítulo. Existe um estranhamento entre o produto e o produtor, entre este e a produção, si mesmo e o gênero humano. O significado da atividade passa a não mais corresponder ao seu sentido. Sai a atividade criadora humana, entra a quantificação fria e universalizante das relações humanas pautadas na troca de mercadorias.

Enquanto expressões subjetivas do fenômeno, elencamos as que nos serviram de pressuposto para entender esta relação no campo da cultura corporal: “compreensão passivamente sofrida”; “apropriação em-si”; “não-efetivação das possibilidades historicamente produzidas de objetivação consciente, social, livre e universal.”; “estranhamento”; “separação entre sentido e significado”; “identificação espontânea” e “desefetivação, perda do objeto e servidão ao objeto”.

No segundo capítulo avançamos para o entendimento do que vem a ser cultura corporal, não sem antes abordar a questão da cultura no plano mais geral. Ainda que não seja esta a questão central do trabalho, tratamos de demarcar que estamos tratando de produções supra-biológicas, exclusivamente humanas.

Pontuamos ressalvas quanto ao termo – cultura corporal-, contexto de sua criação e uso indevido por parte dos que apenas a entendem pelas formas de expressão: jogos, esporte, lutas, ginástica, etc. Também, reservamos parte considerável do capítulo para formular respostas às críticas feitas por Daólio (2004) endereçadas ao termo bem como aos pressupostos dos seus formuladores.

O passo seguinte foi o da difícil tarefa de delimitar um termo sem que se configure como uma definição “dicionaresca”.

Mais uma vez resgatamos a categoria “trabalho” como elemento central de nossa análise. Desta vez, destacando que a cultura corporal se origina da complexificação desta ação

primeira, dela se afastando progressivamente por não mais objetivar a transformação da natureza. Esclarecemos que isto não nos autoriza afirmar que as produções da cultura corporal não estão relacionadas – ou determinadas- pela forma como os seres humanos produzem e reproduzem socialmente a vida; pelas necessidades concretas e graus de desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, pelo modo de produção.

Para nos ajudar neste campo, resgatamos a polêmica sobre a relação trabalho e educação – outra produção de ordem não material- destacando as observações de Saviani (2007), Tumolo (2011) e Lessa (2007). Enquanto síntese superadora, que nos ajudou a alocar a cultura corporal, defendemos o conceito de “atividade humana” e “práxis” como bem utilizadas por, respectivamente, Leontiev (1978) e Souza Junior (2010). Definimos a cultura corporal como atividade humana.

Finalizamos o capítulo com uma definição temporária sobre a cultura corporal como produção essencialmente humana e, portanto, no campo das produções suprabiológicas parcialmente independentes dos desenvolvimentos biológicos. É socialmente elaborada e historicamente determinada. Encontra-se no campo das produções não materiais em cuja especificidade é que aquilo que é objetivado é, inicialmente, apropriado no próprio ato de produção. Também, conferindo-lhe especificidade sobre outras produções de ordem não material, atende às necessidades de ordem subjetiva atribuindo-lhes sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, agonistas, competitivos ou outros. Encontra-se apartada, no que concerne à sua função social, do trabalho enquanto intercâmbio orgânico; o que não significa que esteja apartada da forma como historicamente os seres humanos produzem e reproduzem socialmente a vida, sendo por estas condições, em última instância, determinada. Suas formas de expressão no atual grau de desenvolvimento podem ser reconhecidas como jogos, esporte, ginástica, dança, mimica, arte circense, luta e outras. O desenvolvimento histórico e a apropriação por parte da Educação Física possibilita pensar que além de se constituir enquanto produção humana podem se relacionar com objetivos correlatos – e secundários: saúde, desenvolvimento de determinadas habilidades, técnicas e outras.

Coube ao terceiro, e último, capítulo a síntese do material, ou seja, sistematizar como o fenômeno do estranhamento se materializa no campo da cultura corporal. Dividimo-lo em três grandes tópicos.

No primeiro momento relacionamos cultura corporal com modo de produção para fins de entendimento de como esta chega ao grau de desenvolvimento que temos hoje.

Percebemos que não se trata de uma evolução linear, mas de uma determinação sócio-histórica. Aqui reforçamos a impossibilidade de se “atingir” o núcleo da discussão tratando do objeto como amostra laboratorial, ou seja, um objeto descolado do real concreto em sua multiplicidade de fatores internos e fruto de uma síntese de múltiplas determinações, tendo a base econômica como fator determinante de última instância.

No segundo tópico tratamos do que convencionamos chamar de expressões objetivas do estranhamento, ou seja, dados objetivos que elucidam a mercadorização da cultura corporal, suas características e consequência: a questão de um produto que se estranha a quem produziu. Aqui, mais algumas divisões. Tratamos das modificações estruturais da cultura corporal: a subsunção do valor-de-uso pelo valor e a condição de trabalho do atleta e especialista enquanto produtores essenciais da cultura corporal enquanto atividade produtiva capitalista. Exemplos diversos foram utilizados não como forma de generalizar, mas como forma de expressar singularmente o que estamos abstratamente formulando.

O terceiro tópico do último capítulo trata do que convencionamos chamar de expressão subjetiva do estranhamento. Ainda que tratemos das duas coisas – expressão objetiva e subjetiva- de forma dialética – separadas apenas por questões expositivas- entendemo-las como duas etapas do mesmo movimento.

Precisamente, ao avaliar que o objeto por mim produzido, por uma série de mediações, tendo a mercadoria como premissa, se estranha de mim, seu produtor, o processo de apropriação destas passa a ser ditado por esta determinação histórica.

É aqui o exato momento em que temos que tratar destas apropriações não mais como entidades abstraídas da realidade – como fizemos no primeiro momento do primeiro capítulo, mas sim pela forma como ocorre no modo de produção capitalista, ou seja, como uma apropriação em-si, passivamente sofrida, uma identificação espontânea. Relaciono-me com o produto de minha produção não como algo por mim criado, mas como algo dado, natural. A relação dos produtores da cultura corporal se dá da mesma forma como nos relacionamos com a natureza, ou seja, como um “a priori”, pressuposto de minha atividade.

Destacamos a modificação do sentido da atividade da cultura corporal que, aos “olhos” do capital passa a ter “valor-de-uso” de valorizar mercadorias correlatas, bem como se constituir enquanto mercadoria quantitativamente avaliada e valorizada.

Este é, como vimos, um campo fértil para a reprodução ideológica e para a apropriação do esporte, por exemplo, pela aceitação do doping, do movimento padronizado, do treinamento extenuante, da extração de mais-valia mascarada pelos altos salários e pelo consumo de subprodutos.

Em caráter de síntese, foi este o percurso que nos instrumentalizou para a resposta à pergunta inicial. Aliás, acreditamos que o terceiro capítulo é já a resposta para nosso problema de pesquisa; é a síntese que buscamos ao levantar a dúvida sobre a possibilidade de ocorrer o estranhamento no campo da cultura corporal.

Se na introdução do trabalho esta relação se constituía ainda no campo da dúvida, após o terceiro capítulo, não nos resta nenhuma objeção ao fato concretamente observável.

Destacamos que fez-se necessário uma mudança estrutural nas produções humanas da cultura corporal para que esta se constitua como mais um produto a circular no grande mercado; produto, aliás, de alto valor comercial (vide nossos exemplos sobre megaeventos).

Esta mudança estrutural não deixa impune as qualidades desta produção. Mediado pelos meios de comunicação, pode a mercadoria ser consumida separada do seu produtor. Isto permite ao capital alcançar seu fim último: o lucro, fruto do trabalho não pago de outra mercadoria valiosa, mas que tem valor menor do que a cultura corporal, ou seja, a mercadoria força de trabalho do atleta (e dos especialistas envolvidos em todo o processo).

E, por conta disto, nossa definição sobre o que é cultura corporal teve que ser, mais uma vez, atualizada: desta vez, perde seu caráter de não separável para o de separável. Temos em mente as ressalvas do Marx (1978), desde que os limites apontados por este tenham que ser relativizados no momento atual. Até existem, mas a mudança qualitativa faz com que se tornem mais tênues, quase que imperceptíveis. Se antes o Capital apenas adentrava em questões pontuais, agora sua inserção é mais evidente. Se antes existia uma aversão mútua entre as produções criadoras e livres e a forma de produzir capitalista, a universalização da troca de mercadorias tratou de eliminar, ainda que relativamente, esta aversão.

Não é demais lembrar da nossa definição de duplo caráter da cultura corporal. As produções humanas, sem deixar de ser produção humana, ganham caráter de mercadoria; isto, em última instância, vai determinar uma mudança estrutural nestas: seu valor-de-uso é submetido ao valor. No campo da cultura corporal, as intencionalidades estéticas, lúdicas, competitiva, etc. são submetidas ao lucro enquanto objetivo final. Além do mais, podemos

avançar no entendimento de que mesmo que a mercadoria seja consumida em separado ao produtor, pelas próprias qualidades deste, não temos uma separação em absoluto, ou seja, o produtor ainda consome já no ato de sua produção. Por isso apontamos que as produções podem ser mais ou menos separáveis.

Este não é um debate subjetivista ou absolutamente abstraído da realidade. Na introdução desta dissertação, apontamos que a categoria realidade e possibilidades perpassa todo nosso trabalho. Ora, o que agora fazemos é levantar uma série de elementos para o entendimento da realidade. Esta nos permite projetar as possibilidades; de potencialidades, passam estas a galgar concreticidade.

E, neste caminho, já de saída, destacamos que a possibilidade superadora do que acabamos de pontuar não deve se limitar a uma mudança simplesmente quantitativa, ou seja, o alargamento da participação da população no processo de consumo da cultura corporal. Ainda que entendamos que não existe esta possibilidade no momento em que se constituem enquanto mercadoria, cabe pontuar que esta não é a solução, ainda que possa se configurar enquanto elemento pontual de uma mudança maior.

Pensamos que a apropriação por uma parte maior da população pode ser alcançada por duas vias: a via da reivindicação popular; e a via da concessão capitalista. Ainda que legítima – a reivindicação popular- em ambos os casos não superamos a apropriação em-si. Mesmo aquilo que é fruto da reivindicação popular, pode ser mediado pelos interesses burgueses. Não esqueçamos: as ideias dominantes de cada época são as ideias da classe economicamente dominante. No corpo do texto citamos que a posição que uma determinada classe ocupa na esfera produtiva, não necessariamente encontra expressão na subjetividade. E, portanto, podemos ter uma reivindicação popular que pense a cultura corporal não nos moldes dos interesses objetivos da classe. No segundo caso – da concessão capitalista- nada mais faz do que cumprir sua missão, ou seja, expandir – ainda que com limites- a circulação de mercadoria, objetivo final do modo de produção em questão. Os limites, neste caso, advêm da própria natureza da mercadoria. E, portanto, não nos parece ser a solução radical.

Não se constitui enquanto solução pelo fato de termos uma mudança qualitativa nestas produções. Em síntese, o que antes tinha a função de satisfação de necessidades da imaginação, passa a fazer sentido enquanto atividade geradora de lucro (com todas consequências por nós colocadas). E mais, não se trata de um reconhecimento pleno por parte dos produtores já que esta relação de apropriação é ditada pelo estranhamento, pela

apropriação passiva, pela identificação espontânea, apropriação em-si. A mudança quantitativa, ainda que saibamos, limitada, não conseguiria alterar o quadro.

Apenas como exemplo podemos lembrar da fala de Chauí (2007) que, ao tratar da democracia no campo da cultura, aponta três elementos imprescindíveis para que se alcance este patamar: a plena possibilidade de produção, consumo e decisão. Isto, por si só, nos demonstra o quanto estamos longe deste patamar. Não o superaremos enquanto tivermos as produções da cultura corporal como pressupostos de nossa atividade, algo dado, imutável.

É inevitável que aqui utilizemos do mesmo argumento de Duarte (2009) para destacar que não se trata de projetar uma sociabilidade absolutamente livre da apropriação em-si. Isto permanecerá a acontecer enquanto momento de desenvolvimento humano. Trata-se, de outro lado, de combater a apropriação em-si enquanto finalidade última de todas as produções humanas. No campo da cultura corporal as consequências são danosas: aceitação das regras; naturalização de padrões estéticos, técnicos e táticos; aceitação do lucro enquanto fim último da prática esportiva; doping cada vez mais generalizado; obsolescência programada do atleta como algo natural, resultado de características imutáveis; a ideia de superação, resistência à dor (sem dor não há progresso) imposta como modelo a ser seguido; não reconhecimento enquanto produtor da cultura corporal; aceitação da condição de consumidor de sub-produtos; estranhamento quanto as decisões políticas que envolvem o acesso a esta produções; naturalização de características próprias da lógica concorrencial; etc.

Outra ressalva do autor, por nós utilizada, tem a ver com a defesa de que não se trata de uma consecução de etapas, mas a questão da mudança em processo. Sobre isso, estamos limitados à própria estrutura econômica pautada no estranhamento. E, portanto, a mudança absoluta, sucede a uma mudança estrutural.

Cabe, por outro lado, resgatar a função social de algumas instituições no que concerne ao processo de modificação da apropriação em-si para apropriação para-si.

Foge às intencionalidades deste trabalho, e aqui apenas apresentamos pontos a serem superados em outras produções, a defesa pela escola e a educação física não enquanto espaço de reprodução da apropriação em-si. Se assim o faz, não existe sentido na escola e na educação física. Repetir o que já está posto no campo do cotidiano esvazia de todo o sentido o espaço escola e a disciplina educação física. Cabe a estes cumprir o papel, junto com outros espaços, de se inserir no movimento de superação desta condição humana.

O entendimento dialético entre a pauta específica e a pauta mais geral nos ajuda a entender qual papel decisivo deve ser assumido pela escola (e educação física) no bojo da rede complexa de movimentações que projetam a modificação estrutura daquilo que, em última instância, determina a própria apropriação em-si.

Esta projeção é uma lacuna deixada por este trabalho a ser assumido por outras produções, ou seja, o papel da escola, mas, no nosso caso, no campo da educação física, na tarefa de contribuir, dentro dos limites estruturais, no processo de transição da individualidade em-si em individualidade para-si no campo da cultura corporal. Trata-se de abordar a organização do trabalho pedagógico e a organização didática a partir deste horizonte. Trata-se de pensar a socialização dos elementos da cultura corporal – jogos, lutas, esportes, dança, ginástica, mímica, atividade circense, etc.- a partir deste objetivo. Ainda que se constitua enquanto passo importante, reforçamos que não se limita a ampliar sua socialização; o que neste trabalho vimos apontando é que além de uma negação relativa no acesso, temos uma apropriação mediada pelas relações de estranhamento.

Finalizamos aqui com algumas sínteses deste trabalho.

Na introdução desse trabalho colocamos que os problemas de acesso às produções da cultura corporal aparecem como se dissociados fossem. O esforço que aqui fizemos mostra que, além das especificidades, temos uma lógica que os aproxima, a mercadoria. E, portanto, tem uma essência em comum. Já citamos no terceiro capítulo, mas cabe aqui renovar; o esforço deste trabalho é o de garantir o conceito do fenômeno do estranhamento na cultura corporal. Sugerimos que outros trabalhos façam o caminho de volta, ou seja, o de materializar esta expressão nos campos singulares: jogos, esporte, luta, dança etc.

Estamos diante de mais uma mercadoria a circular pelo grande mercado mundial. Para tal uma mudança estrutural foi planejada para que esta atividade, outrora rodeada por uma auréola de assepsia, possa ter suas qualidades sendo quantificadas. A cultura corporal, portanto, transita para o campo das produções em que o produto é relativamente separável do produtor no momento do consumo.

Já falamos, mas cabe aqui reforçar que estas mudanças alteram drasticamente o processo de apropriação dos bens produzidos pela humanidade. Não os temos mais como produções nossas, mas como pressupostos de nossas atividades. E, portanto, não nos reconhecemos como produtores da cultura corporal; quando muito, nos reconhecemos como

consumidores – passivos- destas. Ainda que nos identifiquemos – e nos apaixonemos- por estas, esta relação é mediada pelo espontaneísmo, pela naturalização, pela apropriação em-si.

Não nos permitimos relativizações, pelo contrário, pontuamos a análise objetiva dos fatos concretos tendo como parâmetro, também objetivo, os interesses da classe trabalhadora e, portanto, da maioria e, por consequência, da humanidade.

REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Amália Pie Abib; et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURG, Jean-Fraçois. **Recordes a qualquer preço**. Le Monde Diplomatique. V. 1, n. 1, nov, 1995.

CARVALHO, Mauri de. **Esporte em democracia: a gênese do político**. Vitória: EDUFES, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. Salvador: EGBA: coleção cultura é o que?, 2007.

_____. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ed.Ática, 2000.

CHEPTULIN, Alexandre. **A DIALETICA MATERIALISTA: Categorias e leis da Dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

CHILD, Gordon. **O que aconteceu na história**. São Paulo: Circulo do livro, 1942.

DANTAS, Marcos. Informação e capitalismo: uma abordagem marxiana. In: ALIAGA, Luciana; AMORIM, Henrique; MARCELINO, Paula. **MARXISMO: TEORIA, HISTÓRIA E POLÍTICA**. São Paulo: Alameda, 2011.

DAÓLIO, Jocimar. **Educação Física e o conceito de cultura**. Campinas: Autores Associados (Coleção polêmicas de nosso tempo), 2004.

DUARTE, Newton. **FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO, CONSCIÊNCIA E ELIENAÇÃO: O SER HUMANO NA PSICOLOGIA DE A. N. LEONTIEV**. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 11 de Junho de 2011.

_____. **A Individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-critica da formação do indivíduo**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ENGELS, Friedrich. **Carta para Joseph Bloch**. Disponível em:
<http://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em 17 de Janeiro de 2013.

_____. **A Origem da Família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do macaco em Homem**. 4 ed. São Paulo: Global, 1990.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia Alemã**: critica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitemo, 2007.

_____. **A Sagrada família ou A critica da Critica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo Editora, 2003.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo Editora, 1998.

ESCOBAR, Michele Ortega. COLETIVO DE AUTORES: a cultura corporal em questão (Posfácio). In: CASTELANI FILHO, Lino, et al. **Metodologia do ensino de educação Física**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009.

ESCOBAR, Michele Ortega e TAFFAREL, CelliNelza. **CULTURA CORPORAL E OS DUALISMOS NECESSÁRIOS A ORDEM DO CAPITAL**. Disponível em:
<http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/>. Acesso em: 14 de Janeiro de 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da Língua Portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**; saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

FREITAS. Luiz Carlos. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e didática**. Campinas: Editora Papyrus, 1995.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Indicações para o estudo do movimento corporal humano da educação física a partir da dialética materialista. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 11, n. 3, p. 197-200, 1990.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª Ed., São Paulo: Atlas, 1999.

HILDEBRANDT, Reiner. **Textos pedagógicos sobre o ensino da educação física**. 3 ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Dilema de Hamlet: o ser e o não ser a consciência**. São Paulo: VIRAMUNDO, 2002

JUSTO, Sandro de Mello. **CULTURA CORPORAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: O “COLETIVO” NA CONSTRUÇÃO DE UMA PERSPECTIVA MARXISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**. 245 f. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

KONDER, Leandro. **Marxismo e Alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. 2 ed. Expressão Popular: São Paulo, 2009.

KOSIK, Karel, **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 6 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. 2 ed. Campinas: Editora Alínea, 2010.

MARTA, Felipe Eduardo Ferreira. **A Memória da lutas**: as artes marciais orientais e a sua presença na cultura corporal de São Paulo. São Paulo: EDUC, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo: São Paulo, 2008.

_____. **O Capital, livro 1, capítulo VI (inédito)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MASCARENHAS, Gilmar. Globalização e espetáculo: o Brasil dos megaeventos esportivos. In: DEL PIORE, Mary; MELO, Vitor Andrade de. **História do esporte no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MELLO, Suely Amaral. Cultura, mediação e atividade, in MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima Mendonça; SILVA, Vandeí Pinto da; MILLER, Stela. **Marx, Gramsci e Vigotski**: aproximações. Araraquara: Junqueira e Marim; Marília: Cultura Academia, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Boitempo: São Paulo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 6° ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

NESTROVSKI, Artur. O cotidiano do atleta: um olhar sociocultural e econômico. In: FREITAS, Clara Maria Silvestre Monteiro de. **Da emoção à contradição no esporte**: uma reengenharia da modernidade. Recife: EDUPE, 2005.

NETO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PRADO, Débora. **COPA E OLIMPÍADAS: o que realmente está em jogo?** Caros Amigos, ano XV, n. 168, 2011.

RANIERI, Jesus José. **Alienação e estranhamento em Marx: dos Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844 à Ideologia Alemã**. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP – 2000.

REID, Howard; CROUCHER, Michael. **O caminho do guerreiro**. São Paulo: Cultrix, 1983.

REIS, Ronaldo Rosas. O fetiche-cinema contra o cinema-utopia: cinema mercadoria, reificação e resistência. In: ALIAGA, Luciana; AMORIM, Henrique; MARCELINO, Paula. **MARXISMO: TEORIA, HISTÓRIA E POLÍTICA**. São Paulo: Alameda, 2011.

ROUYER, J. **Pesquisas sobre o significado Humano do Desporto e dos tempos livres, e problemas da história da educação física**. Lisboa/Portugal: Seara Nova, 1977.

SALLES, Marcelo. **Rio 2016 Olimpíadas sociais: jogos ou negócios olímpicos?** Caros Amigos, ano XIII, n. 152, novembro, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 17. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007.

_____. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

_____. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

SILVA, Ana Márcia. **Esporte espetáculo: a mercadorização do movimento corporal humano**. 1991. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; VAZ, Alexandre Fernandes. Esporte, globalização e negócios: o Brasil dos dias de hoje. In: DEL PIORE, Mary; MELO, Vitor Andrade de. **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

SOARES, Carmem Lucia et al. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA JUNIOR, Justino de Souza. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do Capital**. São Paulo: Idéias e letras, 2010.

SPINOLA, NoelioDantaslé (etall). **A cadeia produtiva do esporte no Estado da Bahia (Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Feira de Santana, Alagoinhas e Juazeiro)**. Relatório de pesquisa – Instituto de Pesquisas Aplicadas da Bahia. Convênio 703063/2009 celebrado com o Governo Federal: Ministério dos Esportes. 2009

TAFFAREL, Celi NelzaZulke; ESCOBAR, Michele Ortega. **MAS, AFINAL, O QUE É EDUCAÇÃO FÍSICA? REAFIRMANDO O MARXISMO CONTRA O SIMPLISMO INTELLECTUAL**. Disponível em: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/>. Acesso em: 26 de Janeiro de 2013.

_____. **CULTURA CORPORAL E OS DUALISMOS NECESSÁRIOS A ORDEM DO CAPITAL**. Disponível em: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/>. Acesso em: 26 de Janeiro de 2013.

TAFFAREL, CeliNelzaZulke; et al. **DIRETRIZ CURRICULAR PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A CIDADE E O CAMPO**. Disponível em: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/>. Acesso em: 24 de Junho de 2011.

TORTOLA, Eliane Regina Crestani; LARA, Larissa Michelle. **A DANÇA COMO PRODUTO À VENDA EM CASAS NOTURNAS: UM MAPEAMENTO DO TERRENO MERCADOLÓGICO**. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/19999>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2013.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

TUMOLO, Paulo. **O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E O TRABALHO NA FORMA SOCIAL DO CAPITAL**. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 05 de Agosto de 2011.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **As ideias estéticas de Marx**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

WHITE, Leslie A.; DILLINGHAM, Beth. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.